

RELATÓRIO DE

GESTÃO BIÊNIO

2021-2022



TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL
DO PARÁ



CORTE ELEITORAL – BIÊNIO 2021/2022

MEMBROS EFETIVOS

Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento - Presidente

Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior - Vice-Presidente

Juíza Carina Cátia Bastos de Senna – Juíza Federal

Juiz Álvaro José Norat de Vasconcelos (TJ)

Juiz Edmar Silva Pereira (TJ)

Dr. Diogo Seixas Condurú (OAB)

Dr. Rafael Fecury Nogueira (OAB)

MEMBROS SUBSTITUTOS

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário

Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque

Juiz José Airton de Aguiar Portela (TRF)

Juíza Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira (TJ)

Juiz Marcus Alan de Melo Gomes (TJ)

Dr. José Maria Rodrigues Alves Júnior (OAB)

MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

Dr. Alan Rogério Mansur Silva (MPF)

Dr. José Augusto Torres Potiguar (MPF)

GESTÃO

Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento - Presidente

Patrícia Saboya - Chefe de Gabinete da Presidência

Giselle Oliveira - Assessora Jurídica da Presidência

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - EJE

Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento - Diretora

Dr. Diogo Seixas Condurú - Vice-Diretor

Elaine Cristina de Jesus Santana da Silva Machado - Coordenadora

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Renata Claudia Martins Ferreira - Assessora

OUVIDORIA

Dr. Edmar Silva Pereira - Juiz Ouvidor

Valéria Athayde Fontelles de Lima - Assessora

OUVIDORIA DA MULHER

Dra. Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira - Juíza Ouvidora

SECRETARIA DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO

Miguel Chicre Bitar de Moraes - Secretário

DIRETORIA-GERAL

Felipe Houat de Brito - Diretor-Geral

Marcela Mota de Albuquerque Neves - Assessora Jurídica da Diretoria-Geral

Eduardo de Sousa Araújo - Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral

Roberto Lopes Rocha - Assessor

SECRETARIAS

Hérika Carla da Costa Sodré de Souza – Secretária de Administração

Sabrina Bittencourt Guimarães Castro - Secretária de Gestão de Pessoas

Mayra Carvalho Cavalcante Pantoja e Silva - Secretária Judiciária

Edson da Cruz Costa - Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Sandro Gonçalves Borges - Secretário de Planejamento

Alessandro dos Santos Cruz - Secretário de Tecnologia da Informação

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior - Vice-Presidente e Corregedor

Nathalie Christina de Oliveira Castro – Secretária da Corregedoria

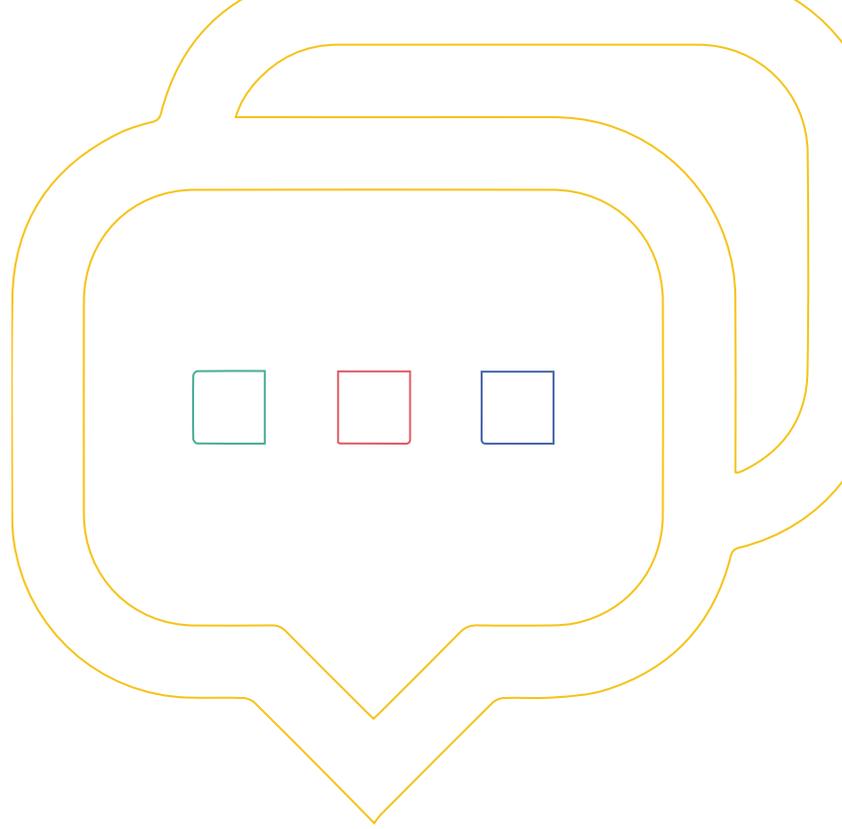
Rosimeire Oliveira Nascimento - Assessora Jurídica da Corregedoria

Eula Gorayeb Santos Fonseca - Chefe de Gabinete da Corregedoria



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021 / 2022 SUMÁRIO

Mensagens.....	7
Serviço da Sociedade.....	21
Desenvolvendo Pessoas.....	53
Justiça 5.0	67
Administração 5.0	81
TRE Inclusivo.....	113
Segurança Integral.....	121
CooperAção.....	129
Eventos.....	141
Eleições.....	173
Premiações	199



MENSAGENS

The logo for 'MENSAGENS' features a yellow speech bubble icon with three colored dots (green, red, blue) inside, positioned to the left of the word 'MENSAGENS' in a bold, blue, sans-serif font. Below the text is a horizontal bar composed of several colored segments: yellow, white, black, blue, red, and white.



Desembargadora **Luzia Nadja Guimarães Nascimento**
Presidente do TRE-Pará, Biênio 2021/2022

DO DESAFIO À CONQUISTA: O BIÊNIO 2021-2022 NO TRE PARÁ

Walt Disney, um visionário décadas à frente de seu tempo e administrador de mão-cheia, cujo legado ainda leva a humanidade a sonhar diariamente, disse: “Um dia aprendi que sonhos existem para tornarem-se realidade. E, desde aquele dia, já não durmo para descansar. Simplesmente, durmo para sonhar”.

E é assim que posso resumir a trajetória desse biênio de gestão no Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Sonhos, por vezes só meus; em outros momentos, sonhados por toda a equipe, mas que sempre refletiram o desejo premente das eleitoras e eleitores do Estado do Pará, aos quais devotamos todo o nosso empenho pessoal e profissional.

Por isso, minha mensagem é de gratidão, alegria e de breve prestação de contas neste Relatório de Gestão.

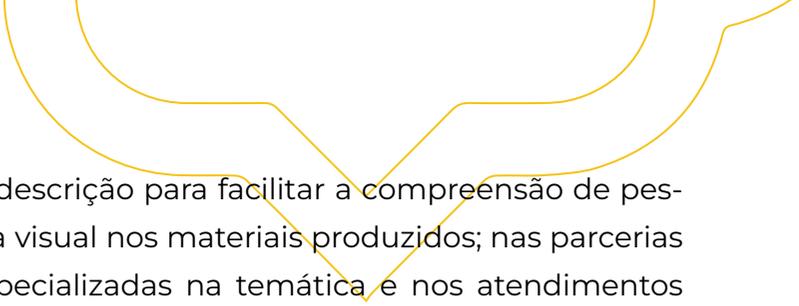
Logo no início da gestão, construímos o Plano de Gestão Participativo, elaborado por juízes eleitorais e diretores de Zonas, confirmando o elevado nível de conhecimento e capacidade dos servidores e servidoras desta Justiça Especializada. O Plano dividiu-se em sete Principais Eixos de Metas e Programas Desenvolvidos:

- ▶ **EIXO 01 - PROGRAMA A SERVIÇO DA SOCIEDADE:** Um olhar externo de aprimoramento do alcance desta Especializada aos seus eleitores e jurisdicionados, com a abertura de novos postos de atendi-



mento por todo o Estado; a revitalização e a inauguração de novos e modernos Fóruns Eleitorais; as mais de 200 Ações Itinerantes realizadas; a criação de novos Canais de Acesso à Justiça Eleitoral, como o Balcão Virtual e o serviço Disque-Eleitor permanente; as ações da Escola Judiciária Eleitoral e do Centro Cultural, e da Ouvidoria, e a reformulação da Assessoria de Comunicação, com criativas e atualizadas campanhas nas mídias, utilizando-se de linguagem atual e de fácil compreensão;

- ▶ **EIXO 02 - PROGRAMA DESENVOLVENDO PESSOAS:** Um rol de ações voltadas ao fortalecimento da saúde física e psíquica, da capacitação, do conhecimento, da modernização e automação da rotina administrativa da gestão, agora por meio eletrônico, da valorização e reconhecimento do patrimônio humano do Tribunal Eleitoral: servidores, estagiários e colaboradores;
- ▶ **EIXO 03 - PROGRAMA JUSTIÇA 5.0:** Formado por projetos e novos processos voltados à celeridade e eficiência na prestação jurisdicional, com o cumprimento de metas de julgamento do CNJ no 1º e 2º Grau de jurisdição; sessões eletrônicas de julgamento, acessibilidade e interatividade na transmissão das sessões plenárias híbridas; uso de visual law e digitalização integral do acervo corrente de processos em trâmite no Tribunal;
- ▶ **EIXO 04 - PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO 5.0:** Permitiu repensar e otimizar os processos de contratação e gestão de pessoas, para equilibrar a força de trabalho por meio do Gabinete Virtual; revisão de normas e procedimentos administrativos; reformulação da estrutura administrativa por duas significativas oportunidades; gestão orçamentária e financeira eficiente; sustentabilidade com o expoente do início da construção da usina fotovoltaica do Tribunal em Santarém e o novo Planejamento Estratégico do Tribunal para o período 2021-2026, além do Planejamento Integrado e Colaborativo das Eleições Gerais de 2022;
- ▶ **EIXO 05 - PROGRAMA TRE INCLUSIVO:** Ações e melhorias na infraestrutura que visam, especialmente, assegurar a acessibilidade em todos os níveis e formas de atendimento, a exemplo da utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todos os eventos e sessões do



Tribunal, e da audiodescrição para facilitar a compreensão de pessoas com deficiência visual nos materiais produzidos; nas parcerias com instituições especializadas na temática e nos atendimentos próprios para pessoas com deficiência em mutirões e ações específicas;

- ▶ **EIXO 06 - PROGRAMA SEGURANÇA INTEGRAL:** Reformulação de normas e políticas de segurança da informação e de pessoas; implantação e disseminação, por meio de eventos, da Lei Geral de Proteção de Dados; criação da área de Inteligência do Regional; reaparelhamento da Polícia Judicial (GPJ); criação da área de Segurança Cibernética e a parceria constante com as forças de segurança federais, estaduais e municipais, que culminou com um pleito geral tranquilo e ordeiro, como também de duas eleições suplementares sem nenhuma intercorrência de média ou alta gravidade, e
- ▶ **EIXO 07 - PROGRAMA COOPERAÇÃO:** Assinatura de inúmeros instrumentos de convênio e acordos de cooperação para reforço de pessoal em postos de atendimento e zonas eleitorais, para melhorias prediais nos cartórios do interior. Em outras oportunidades, para o intercâmbio de informações, ou implantação efetiva da Cooperação Judiciária, além da cessão de soluções premiadas de Tecnologia da Informação do TRE Pará para outros Tribunais e órgãos e a economicidade em contratações compartilhadas. No entanto, o alcance dessa programação foi ampliado durante a gestão, à medida em que novas oportunidades, parcerias e ainda normas e leis nos impulsionaram para outros desafios. Assim, aquelas que inicialmente eram 54 ações, acabaram por se multiplicar no biênio.

Início meus agradecimentos à Corte Eleitoral nas pessoas dos membros titulares – desembargador vice-presidente e corregedor Leonam Gondim da Cruz Júnior; juíza federal Carina Cátia Bastos de Senna; juiz Álvaro José Norat de Vasconcelos; juiz Edmar Silva Pereira; jurista Diogo Seixas Condurú; juiz Rafael Fecury Nogueira - e suplentes - desembargador José Maria Teixeira do Rosário, desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque, juiz José Airton de Aguiar Portela, juíza Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira, juiz Marcus Alan de Melo Gomes, jurista José Maria Rodrigues Alves Júnior; ao procurador Regional Eleitoral, José Augusto Torres Po-



tiguar, e ao seu substituto, Alan Rogério Mansur Silva, como também às senhoras advogadas e aos senhores advogados pela efetiva colaboração e apoio prestado a esta Presidência.

Logo no primeiro dia do biênio formamos a Comissão Técnica Especial de Atenção à Pandemia do Covid-19 (CTESAP). Com ela, conseguimos informações e aconselhamento técnico-científico para o pleno equilíbrio entre o compromisso e a responsabilidade, com a eficiente prestação de serviço público e a saúde de nossos servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras. Nunca paramos de trabalhar.

Agradeço aqui a todos os profissionais de saúde do TRE Pará. Deste modo, reitero que pessoas sempre foram o foco desta administração. No desenvolvimento de pessoas foram realizadas inúmeras ações e eventos de capacitação, além de oferecidas bolsas de graduação e pós-graduação. Destaco o já mencionado Projeto Gabinete Virtual, replicado em outros Tribunais do País.

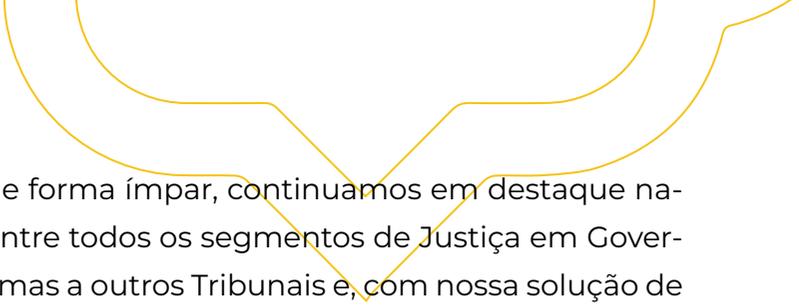
Expandimos e especializamos o quadro de estagiários e, reorganizando-os, conseguimos levar o Programa pela primeira vez às Zonas Eleitorais, conquistando ainda reconhecimento como a terceira Melhor Instituição Pública do Brasil para se estagiar.

Por essas e tantas outras iniciativas, agradeço à Secretaria, na pessoa da senhora Sabrina Bittencourt Guimarães Castro, e as suas coordenadoras e a seus coordenadores, com toda a sua equipe.

Na Secretaria de Administração, destaco a criação do almoxarifado virtual; reformas e melhorias de acessibilidade nos fóruns eleitorais do interior; realocação de Fóruns Eleitorais; conclusão e inauguração do novo e moderno Fórum Eleitoral de Ananindeua Raimunda “Serrão” Conceição Tavares Souza, permitindo que as zonas ali existentes, no segundo maior município populacional do Estado, funcionem no mesmo local, facilitando o acesso de nosso eleitorado e demais interessados e interessadas.

E também o projeto, o terreno, os recursos orçamentários e a contratação da primeira etapa da Usina Fotovoltaica do TRE Pará, que em médio prazo tornará o Regional autossuficiente em suas necessidades energéticas, e a concretização do Projeto Votos de Esperança, que transformou antigas urnas de lona em bolsas, pastas e outros materiais, em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), por meio da Fábrica Esperança, com uso pelas escolas públicas do material utilizado.

Registro os meus aplausos à secretária, senhora Hérika Carla da Costa Sodré de Souza, e a sua equipe.



Na Tecnologia da Informação, de forma ímpar, continuamos em destaque nacional, obtendo em 2021 o 1º lugar entre todos os segmentos de Justiça em Governança de TI. Cedemos diversos Sistemas a outros Tribunais e, com nossa solução de votação eletrônica on-line, o VOTANet, fomos provedores de 76 eleições de instituições, associações e clubes. Avançamos na ampliação dos serviços em nuvem e no desenvolvimento de soluções administrativas e de apoio às eleições.

Criamos uma Coordenadoria de Cibersegurança e, com o apoio do TSE, adquirimos soluções tecnológicas de proteção à integridade da rede, dos sistemas e dos dados pessoais do eleitorado.

Renovamos 50% do parque de urnas eletrônicas, e capacitamos, organizamos e contratamos a logística e o suporte técnico de duas Eleições Suplementares e das Eleições Gerais de 2022, com muito zelo, controle e detalhamento. Agradeço pela entrega e pelo empenho dessa equipe, na pessoa do senhor secretário Alessandro dos Santos Cruz.

Modernizamos a prestação jurisdicional e avançamos nas demandas e determinações do CNJ; cumprimos as metas estabelecidas; implantamos as Sessões Eletrônicas de Julgamento (SEJUEs); colocamos à disposição dos usuários o Juízo 100% Digital em todas as unidades judiciárias e iniciamos a instalação dos Pontos de Inclusão Digital no vasto território paraense.

Agradeço e reconheço ainda o brilho e esmero de todos os integrantes da Secretaria Judiciária (SJ), na pessoa da senhora secretária Mayra Carvalho Cavalcante Pantoja e Silva.

É natural que diante destes projetos, em especial das Eleições, e do volume de recursos necessários, houve com acerto a gestão responsável e eficiente do orçamento e das finanças. Agradeço a todas e a todos da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOFC), na pessoa do senhor secretário Edson Cruz Costa. Se não existem projetos sem orçamento, também não existem sem planejamento.

Criada nesta gestão, a Secretaria nos deixa o legado de um Planejamento Estratégico colaborativo para os próximos seis anos; a instalação do primeiro Laboratório de Inovação (LIODS); a realização de duas avaliações das eleições e a construção histórica do primeiro Planejamento Integrado de Eleições, com a participação direta de mais de 55% das Zonas Eleitorais do Estado.

Meus agradecimentos a todas e a todos da Secretaria de Planejamento, na pessoa do senhor secretário Sandro Gonçalves Borges.

Finalizando o rol das secretarias, quero ainda registrar a seriedade e os benefi-



cios das auditorias integradas e coordenadas; o acompanhamento da execução de suas recomendações e as consultorias realizadas pela Secretaria de Auditoria do

Obrigada a toda a equipe da SEAUD, na pessoa do senhor secretário Miguel Chicre Bittar!

Quero também celebrar e agradecer a evolução da nossa Ouvidoria Regional Eleitoral, na pessoa do senhor ouvidor dr. Edmar da Silva Pereira, e da ouvidora da Mulher, dra. Rosa Navegantes, que permitiram à sociedade exercer o controle do serviço público previsto na Constituição Federal.

Possibilitaram, ainda, com grande júbilo, o recebimento da premiação do 1º lugar entre todos os Tribunais no Ranking da Transparência do CNJ, com 100% dos pontos alcançados. Quanto orgulho a este Tribunal Regional!

A Escola Judicial Eleitoral, nas pessoas do vice-diretor, juiz Diogo Seixas Condurú, e da coordenadora Elaine de Jesus Santana e equipe, que também merecem destaque e agradecimento.

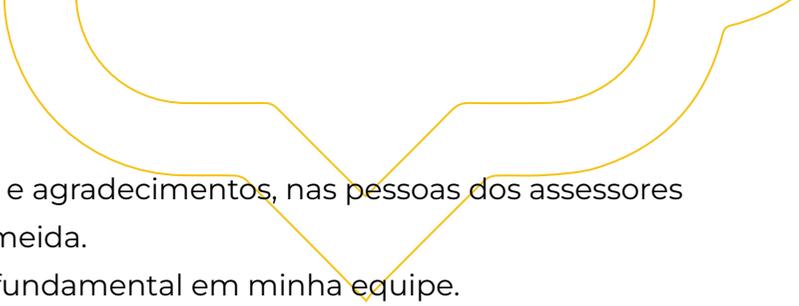
Avançamos ainda com o Projeto da Escola de Formação Política; a realização de Seminários de Direito Eleitoral; a interiorização das ações da Escola, por meio do Programa 1º Grau de Cidadania, do Eleitor do Futuro, do Projeto Vem TREinar nas Urnas; do Programa de entrevistas “Beiju com Histórias”; o inédito jogo digital Game “Dia E” para o público jovem e, ainda, o fortalecimento do Centro Cultural e da Gestão da Memória (CCJE e Asmemo), com o resgate da história do Tribunal pelas exposições voltadas ao grande público.

Entre muitos destaques registro também o Programa de Visita às Zonas Pará Eleitoral; a expansão de postos de atendimento; o Juízo 100% Digital, e os mais de 150 atendimentos itinerantes, em 110 municípios diferentes, inclusive em regiões quilombolas, ribeirinhas e indígenas, ação que elevou em 12% este eleitorado e nos alçou a uma premiação nacional de inclusão pelo TSE.

Sei que muitas dessas ações já são conhecidas. Foram noticiadas pela imprensa, divulgadas nos portais corporativos e nas redes sociais, e isso se deve, sobretudo, ao louvável trabalho realizado pela Assessoria de Comunicação do Tribunal, na pessoa da assessora Renata Cláudia Martins, e equipe.

Ao meu gabinete, conduzido pela servidora Patrícia Guimarães Rocha de Saboya, minha companheira de viagens e de todas as longas horas neste Tribunal, deixo minha gratidão e levo as melhores lembranças.

À Assessoria Executiva de Governança e Apoio à Gestão, unidade criada pelo diretor-geral, como gosto de brincar, para realizar aquilo que para alguns era “impossível”.



Registro aqui minha admiração e agradecimentos, nas pessoas dos assessores Roberto Lopes Rocha e Lauriana Almeida.

Obrigado por terem sido parte fundamental em minha equipe.

Com participação contínua e direta em cada uma das ações e equipes citadas desde o início deste discurso, é devido o agradecimento ao diretor-geral, servidor Felipe Houat de Brito, que muito bem soube na liderança de pessoas mover e captar recursos, ponderar e materializar desejos e ideias, em projetos e entregas. Daqui, deixo a saudade e levo a sua amizade e plena gratidão.

Assim, não poderia deixar de registrar o reconhecimento nacional de excelência desta instituição, o alcance do Prêmio CNJ de Qualidade do ano de 2022, na Categoria Diamante.

Aos desembargadores Leonam Gondim da Cruz Júnior e José Maria Teixeira do Rosário, os quais conheço de longa data, julgadores exemplares, com perfis e trajetórias diferentes, mas que comungam como características a responsabilidade republicana na condução e prestação dos serviços judiciários, a inclusão, a valorização do ser humano e, principalmente, a humildade, deixo os meus melhores desejos de profícua e exitosa gestão.

Por fim, mas sempre em primeiro lugar, meu fervoroso agradecimento ao Deus criador e onipotente por me sustentar com sua bondade e misericórdia na gestão eleitoral do Pará, e em toda a minha vida, proclamando como sempre faço: “Todo o poder e a glória. É Dele a vitória alcançada em minha vida”.

Muito obrigada!

Desembargadora **Luzia Nadja Guimarães Nascimento**

Presidente do TRE-Pará, Biênio 2021/2022



Felipe Houat de Brito
Diretor-Geral do TRE-Pará
Biênio 2021/2022



INOVAÇÃO, CONQUISTAS E COMPROMISSO COM O ELEITOR

No biênio 2021/2022, sob a liderança da desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE Pará) enfrentou desafios significativos, mas alcançou feitos notáveis, que permanecerão na memória dos jurisdicionados e servidores. Desde o início, ficou claro que nossa gestão seria marcada pela inovação, e ainda pela inclusão, diversidade, acessibilidade, transparência e, principalmente, pelo compromisso com o eleitorado paraense.

Em um início cercado de incertezas, com a pandemia de Covid-19 ainda afetando nossas vidas, optamos por agir, mas também por cuidar. Como primeiro ato, estabelecemos com renomados profissionais de saúde internos e externos uma comissão técnica, que nos permitiu superar esse momento de forma responsável e cuidadosa, com cada um de nossos servidores, sem nunca esquecer a nossa missão principal: servir.

Por isso, lançamos o Projeto Pará Eleitoral, levando serviços e informações sobre a Justiça Eleitoral a mais de 40 municípios de forma presencial, buscando apoio de entes públicos estaduais e municipais, lideranças locais e das serventias eleitorais, recuperando e ampliando instalações de atendimento, e ainda realizando um extenso e inclusivo calendário de ações itinerantes em regiões rurais de difícil acesso - quilombolas, ribeirinhas e indígenas. Um esforço que resultou na marca histórica de mais de 160 mil eleitores atendidos em comunidades remotas, fato in-



clusive premiado e reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral e pré-selecionado ao Prêmio Inovare.

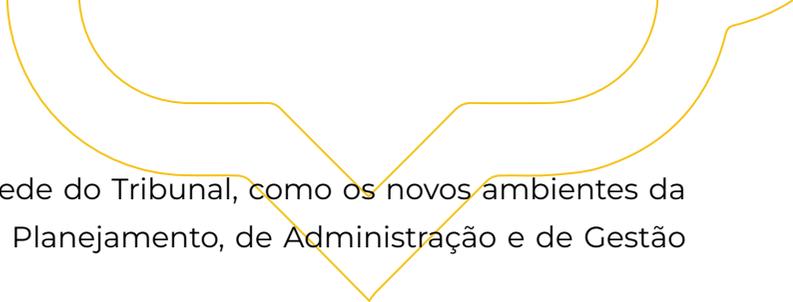
Buscamos também inovar em outras áreas, como levar educação política para crianças, jovens e adultos, firmando parcerias com universidades e instituições de renome, como o UNICEF/ONU e Ministério Público. Dentre muitas entregas, podemos destacar a Escola de Formação Política e a criação de um game destinado a incentivar a participação da juventude no processo democrático.

Não paramos por aí; fomos inclusivos. Por meio do Núcleo Socioambiental, além das campanhas e feitos de sustentabilidade, notadamente reconhecidos pelo CNJ, realizamos ações específicas para pessoas com deficiência, inclusive com produção de material gráfico especializado, mutirões de atendimento, campanhas educativas, implantação dos serviços de Libras e audiodescrição, e criação do cargo de supervisor de acessibilidade de locais de votação, destacando a colaboração com comunidades carentes e entidades do terceiro setor, a exemplo dos serviços de grafismo para renovar nossos ambientes de trabalho, tornando-os mais acolhedores e produtivos.

E fomos além. Criamos o Projeto Votos de Esperança, transformando, com o apoio de mulheres egressas do sistema penitenciário, urnas de lona inservíveis em bolsas, mochilas, estojos e outros materiais para fins educativos, envolvendo alunos do ensino fundamental e ensino médio de escolas públicas estaduais. Sem deixar de mencionar um dos maiores legados da gestão: a entrega do projeto e das primeiras etapas da construção de uma usina fotovoltaica no município de Santarém, capaz de suportar todas as necessidades energéticas da Justiça Eleitoral do Pará, demonstrando o nosso compromisso com a sustentabilidade.

Na prestação jurisdicional, diante dos desafios de alcançar as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, lançamos o inédito projeto Gabinete Virtual, equilibrando toda a força de trabalho das zonas eleitorais e seus talentos para melhor atender às necessidades desta Especializada. Alcançamos todas as metas em 1º e 2º Graus, digitalizando ainda, em uma grande força-tarefa, 100% do acervo processual do Tribunal, além de otimizar as sessões plenárias, dotando-as de modernos equipamentos audiovisuais e criando as Sessões de Julgamento Eletrônico (SEJUEs).

Em infraestrutura, realizamos reformas, mudanças e construções de fóruns eleitorais, com destaque para o imponente Fórum do segundo maior município do Estado do Pará, Ananindeua, e os de Cametá e Monte Alegre, além das significati-



vas mudanças nas instalações da sede do Tribunal, como os novos ambientes da Diretoria-geral e das Secretarias de Planejamento, de Administração e de Gestão de Pessoas.

Em Tecnologia da Informação, obtivemos o primeiro lugar nacional no Índice de Governança de TI – iGovTIC, do CNJ. Renovamos 50% do parque de urnas eletrônicas e equipamentos da sede e das zonas eleitorais, em um massivo reaparelhamento tecnológico. Lançamos soluções e sistemas adotados em âmbito nacional, priorizando ainda significativos investimentos na área de segurança da informação, com a criação de coordenadoria específica para efetivar as ações e dar continuidade ao processo, garantindo, assim, a integridade dos dados e a confiança do eleitorado.

Em Gestão de Pessoas, ampliamos o quadro funcional do Tribunal, realizamos significativas campanhas de saúde e vacinação, e o inédito feito de reduzir, ao ponto de zerar em alguns casos, a contribuição para o plano de saúde. Liquidamos também, de forma integral, o histórico banco de horas dos servidores, além de recordes de investimentos em capacitações, palestras e eventos, não só voltados à prestação jurisdicional, mas também à liderança, ao bem-estar, à saúde mental, à inovação, à governança e ao compliance.

Reestruturamos toda a secretaria do Tribunal, atualizando, por duas vezes, o Regulamento do TRE e a sua estrutura funcional, ampliando-a, criando novas assessorias, secretarias, coordenadorias, seções e núcleos aderentes às necessidades contemporâneas e recomendações dos órgãos de controle - modelo repetido e seguido por muitos outros Tribunais Regionais.

Em transparência, também fomos destaque, criando novos sistemas de informação e portais nacionais, o que nos permitiu atingir o primeiro lugar nacional no Ranking da Transparência 2022 do CNJ.

A busca incessante pelo alcance de todas as metas estabelecidas pelo Poder Judiciário, bem como os grandes avanços em governança, Tecnologia da Informação e transparência resultaram na conquista dos selos Prata e Diamante de Qualidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Com sua visão de inovação, perfil ativo e atuante em cada uma das ações realizadas no TRE Pará, agradeço imensamente à Exma. Desembargadora Presidente, Luzia Nadja Guimarães Nascimento, pela oportunidade concedida de apoiá-la na condução do Tribunal neste biênio. Um processo intenso de entregas, conquistas, de muito aprendizado e resiliência, e também de amizade, leve convívio e muito amor à coisa pública, ao servir. Registro minha plena gratidão e sincera amizade.



Agradeço também a todo o secretariado, assessores, coordenadores, chefes e a toda a equipe do TRE Pará - magistrados, servidores, colaboradores e estagiários - por sua dedicação e pelas realizações durante este biênio. O legado aqui deixado, como costumávamos dizer: “Os vinte anos em dois”, é fruto do esforço coletivo de uma instituição madura, já reconhecida, mas que se propõe sempre a ir além, reinventando-se e superando adversidades.

Certo de que foi uma jornada desafiadora, mas gratificante, sinto-me realizado, na condição de servidor da casa, e orgulhoso pelos resultados alcançados. Um biênio que será lembrado como um marco na história do TRE Pará. Uma gestão moderna, sim; inovadora, sim, mas, principalmente, de pessoas para pessoas.

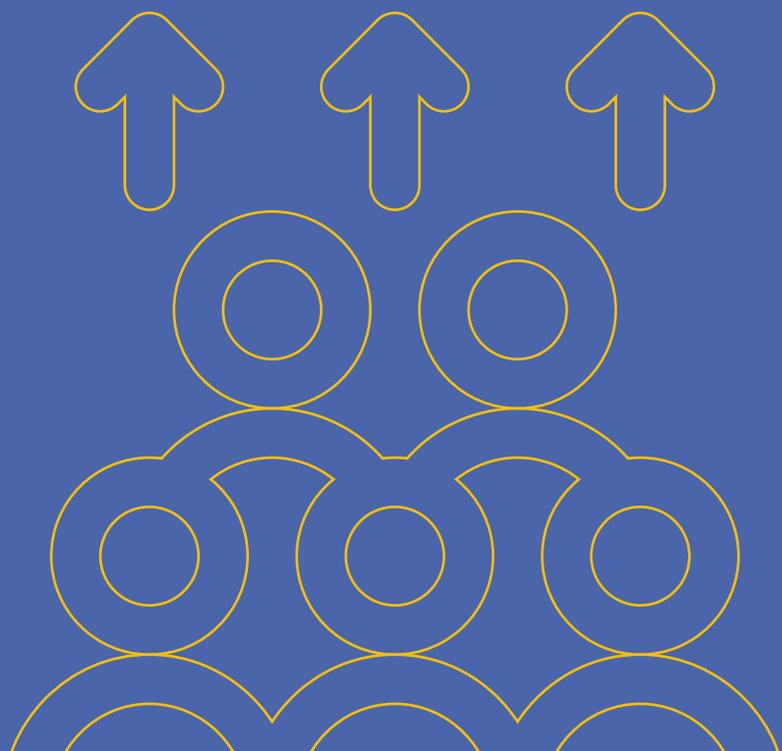
Muito obrigado!

Felipe Houat de Brito

Diretor-Geral do TRE-Pará, Biênio 2021/2022



A SERVIÇO DA
SOCIEDADE





OUVIDORIA DA MULHER FORTALECE LUTA CONTRA VIOLÊNCIA

Em 3 de agosto de 2022 foi instalada a Ouvidoria da Mulher, com o objetivo de realizar a escuta ativa e acolher as reivindicações relacionadas à violência contra a mulher, garantindo seus direitos políticos. A juíza Rosa de Fátima Navegantes, integrante da Corte Eleitoral, assumiu a coordenação da Ouvidoria da Mulher. A cerimônia de instalação teve a participação da desembargadora

Tânia Reckziegel, ouvidora da Mulher no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Ouvidoria da Mulher será integrada à Comissão de Incentivo à Participação Feminina e à Comissão de Prevenção, Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação no âmbito do TRE Pará, além de contar com outras parcerias de instituições públicas e privadas.

ESPAÇO PARA COMPARTILHAR, APOIAR E ACOLHER

Na cerimônia de instalação da Ouvidoria da Mulher ocorreu uma roda de conversa no Centro Cultural do TRE Pará, sobre o tema “A Ouvidoria da Mulher como espaço de participação social”. A mediação coube à desembargadora Tânia Regina Reckziegel, ouvidora nacional da Mulher do CNJ e pela ouvidora da Mulher do TRE Pará, juíza Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira. Participaram servidoras e servidores do TRE, integrantes da Ouvidoria da Mulher, alunas do curso de Formação Política da Escola Judi-

ciária Eleitoral (EJE), representantes de entidades ligadas à causa feminina e mulheres que militam em partidos políticos.

Na página ao lado da esquerda para direita desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, presidente do TRE Pará; juíza Rosa de Fátima Navegantes, integrante da Corte Eleitoral e responsável pela Ouvidoria da Mulher; desembargadora Tânia Reckziegel, ouvidora nacional da Mulher do CNJ, e juiz Edmar Silva Pereira, ouvidor do TRE Pará (acima). No alto à direita: Desembargadora Tânia Reckziegel durante a palestra; Representantes de entidades de mulheres; Roda de conversa com servidoras do TRE Pará e representantes de entidades de mulheres; Equipe que atua na Ouvidoria da Mulher (abaixo).



“ A Ouvidoria da Mulher representa o papel social da Justiça Eleitoral em prol da igualdade de gênero”.



OUVIDORIA ELEITORAL QUER OUVIR VOCÊ

A Ouvidoria Judicial Eleitoral (OJE) é o órgão do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) responsável por receber manifestações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios. A OJE também é responsável por verificar o nível de satisfação dos usuários e promover a interação com as diversas unidades do Tribunal.

FALE CONOSCO!



0800-0960007

(91) 3346 8036, (91) 3346-8037,
(91) 3346-8069 (91) 3346-8008,
das 8h00 às 15h00, em dias úteis.



ouvidoria@tre-pa.jus.br

disponível 24 horas por dia, todos os dias.



FORMULÁRIO ELETRÔNICO

<https://www.tre-pa.jus.br/o-tre/ouvidoria/fale-com-o-ouvidor-registro-de-solicitacao>



CARTA AO TRE-PA

Rua João Diogo, 288 – Campina
66015-902 – Belém – PA
aos cuidados da Ouvidoria



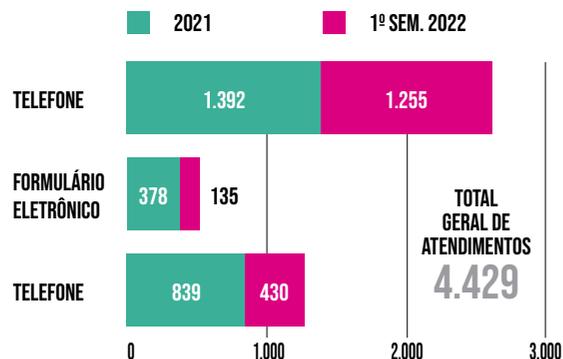
PESSOALMENTE

Rua João Diogo, 288 – Campina
Belém – PA, na Sala da Ouvidoria,
das 8h00 às 15h00, em dias úteis.



Juiz Edmar Silva Pereira (à esq.), ouvidor do TRE Pará, e a assessora Valéria Athayde Fontelles de Lima em visita ao conselheiro e ouvidor do CNJ, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho.

ATENDIMENTOS PELA OUVIDORIA



IMPLANTAÇÃO DO PAGTESOURO

Dentro da perspectiva voltada a trazer a constante modernização e agilidade dos serviços colocados à disposição da sociedade, em 2021 iniciou-se a implantação da funcionalidade que permite às eleitoras e aos eleitores a possibilidade de emissão de boletos pela internet para quitação de multas eleitorais decorrentes de ausência às urnas e/ou aos trabalhos eleitorais, mediante a utilização de pagamento instantâneo, via PagTesouro, por meio de Guia Recolhimento da União Digital (via boleto bancário, Pix ou cartão de crédito), em consulta de débitos eleitorais oferecida nos portais da Justiça Eleitoral.

Em 2022, houve ampliação do catálogo de serviços via PagTesouro co-

locados à disposição dos usuários externos, passando a permitir também a quitação de débitos referentes a multas e devoluções ao Erário de valores do Fundo Partidário e Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) imputadas aos partidos políticos.

A disponibilização do serviço tem por finalidade agilizar o atendimento nos cartórios eleitorais, caso a cidadã ou o cidadão necessitem regularizar sua situação eleitoral (realizar revisão ou transferência, reabilitar título cancelado, entre outros), bem como conferir maior rapidez ao atendimento das entidades partidárias em relação a penalidades ou restituição aos cofres públicos, conforme determinado em processos judiciais.



ACESSE O PAGTESOURO NO ÂMBITO DO TRE/PA
<https://pagtesouro.tre-pa.jus.br/>
<https://www.tre-pa.jus.br/servicos-judiciais/pagtesouro>

ESCOLA DE FORMAÇÃO

POLÍTICA

É FINALISTA DO INNOVARE

Aluno Samuel Cunha recebe diploma das mãos da Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento e da Juíza Rosa Navegantes; e, por fim, (no alto) Andréa Rendeiro, aluna da turma 2ª turma; e, Cleide Marina, oradora da 2ª turma;

A escola de formação política do Tribunal Regional Eleitoral do Pará é uma iniciativa que seleciona membros da sociedade civil, de diversas origens e posicionamentos e prepara por meio de capacitação, dividida em três módulos, que tratam sobre todas as fases do processo eleitoral.

A primeira turma iniciada em 2021 formou 42 alunas e alunos, já a segunda turma de 2022 formou mais 47, totalizando 89 cidadãos e cidadãs beneficiados com os conhecimentos adquiridos neste projeto com carga horária de 42 horas, ampliando e diversificando, assim, o número de pessoas qualificadas para atuar na comunidade, na vida política e até para concorrer



aos cargos públicos eletivos.

As aulas foram transmitidas pela plataforma Google Meet, com uma aula presencial ao final de cada módulo e uma oficina prática sobre como montar um plano parlamentar e um plano de governo. O projeto, que tem como lema “Conhecimento Político para ampliar a Participação Política”, foi selecionado entre os finalistas do Prêmio Innovare.





Formatura da 1ª turma (foto acima). Abaixo da esquerda para direita: aluna da 1ª turma; Formatura 2ª turma; e, Oficina: Como montar um plano parlamentar e de governo.



Apostila da
Escola de
Formação
Política do TRE
Pará



Playlist de
vídeos da
Escola de
Formação
Política do
TRE Pará no
Youtube





GESTÃO DA MEMÓRIA

Desde 2020 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fomenta a política de Gestão de Memória do Poder Judiciário, que compreende um conjunto de ações e práticas de preservação, valorização e divulgação da história do Poder Judiciário, contida em seus documentos, processos, arquivos, bibliotecas, museus, memoriais, personalidades, objetos e imóveis, abarcando atividades relacionadas à pesquisa, conservação, restauração, reserva técnica, comunicação, ação cultural e educativa.

Seguindo as diretrizes do CNJ, o TRE Pará

instituiu em 2021 a Comissão de Gestão da Memória que, juntamente com o Grupo Gestor do Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará (CCJE), elaborou a proposta de Política de Gestão da Memória do Tribunal.

Já em 2022 foi criada a unidade Assessoria Especial de Gestão da Memória, Cultura e Biblioteca além de realizar a contratação de um historiador (terceirizado). A nova unidade iniciou um processo de levantamento, recuperação e preservação da memória institucional, assim como passou a gerir exposições e eventos do CCJE.

CENTRO DE MEMÓRIA VIRTUAL

Lançado em maio de 2022, visa disponibilizar para acesso e divulgação um acervo documental do TRE Pará, via web, através do AtoM (plataforma de código-fonte aberto, multilíngue e gratuita).

Para o resgate do acervo da memória institucional da Justiça Eleitoral do Pará que se encontra fora dos seus arquivos e anteriores a 1945 (ano de reinstalação do TRE Pará), foi assinado, em 4 de novembro de 2021, um Acordo de Cooperação entre o TRE-PA e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

O objetivo do acordo foi o levantamento, a higienização, a digitalização, a catalogação e a transferência do repositório arquivístico da Justiça Eleitoral do Pará sob a guarda do Centro de Memória da Amazônia (CMA), além de realiza-

ção de pesquisa sobre a história da Justiça Eleitoral no Pará nos acervos da Fundação Tancredo Neves, do Arquivo Público do Estado do Pará, dentre outros.

NORMATIVOS APLICÁVEIS

Resolução CNJ 324/2020 – Gestão de Memória e de Gestão Documental e Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname); Portaria TRE-PA 20.432/2021 – Comissão de Gestão da Memória da Justiça Eleitoral do Pará; Resolução TRE-PA 5693/2021 – Política de Gestão da Memória da Justiça Eleitoral do Pará.

Na foto abaixo, o registro da assinatura do Acordo de cooperação do TRE Pará e a UFPA. Ao Centro, o professor doutor Emmanuel Zagury Tourinho (reitor da UFPA) e a Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento (Presidente do TRE do Pará).





FORMULÁRIO ELEITOR DO FUTURO

Para facilitar a gerência da Escola Judiciária Eleitoral (EJE) com relação à solicitação de ações do programa Eleitor do Futuro por entidades externas, foi criado e disponibilizado no site internet do TRE Pará (link abaixo) um formulário que possibilita o cadastro dos pedidos a serem apreciados pela EJE.



<https://www.tre-pa.jus.br/otre/escola-judiciaria-eleitoral/programas/eleitor-do-futuro>

INCLUSÃO DE JOVENS NO PROCESSO ELEITORAL

O TRE Pará acredita que o eleitor do futuro se forma hoje, por isso desenvolve uma iniciativa voltada a esclarecer temas ligados à democracia, política, cidadania e importância do voto livre e consciente, fortalecendo o compromisso da Justiça Eleitoral com a democracia brasileira, por meio da inclusão de crianças, adolescentes e jovens no processo eleitoral. O programa é levado a escolas e instituições de ensino na Região Metropolitana de Belém e no interior do Estado, em palestras e treinamentos utilizando a urna eletrônica. No biênio 2021/2022 o projeto alcançou duas aldeias indígenas e atendeu mais de 12 mil pessoas. O público-

-alvo é formado por jovens e crianças na faixa etária de 8 a 16 anos, atendendo ainda centros comunitários da terceira idade e outros segmentos sociais.

Ainda no início de 2021, o projeto ganhou nova turminha, com a edição de uma cartilha inédita: “A importância das escolhas!”, que conta a história de duas alunas e dois alunos - Vitor, Lara, Paulinho e Camila que estão na escola conversando sobre a escolha, pelo voto eletrônico, do representante de turma. Para solicitar as ações do Projeto “Eleitor do Futuro”, escolas e demais instituições devem preencher um formulário disponível no site do TRE Pará.



Mais informações
acesse o site do
TRE Pará



TE LIGA, JOVEM!

Direcionado a um público específico, o “Te Liga, Jovem!” objetiva incentivar o alistamento eleitoral, promover a educação política e combater a desinformação, utilizando a produção de vídeos com encenações para o YouTube e rodas de conversas em escolas de nível médio, junto com o alistamento eleitoral.

O ponto alto do “Te Liga, Jovem!” está nas rodas de conversas sobre a “Importância do voto e desinformação no processo eleitoral”, realizadas em escolas dos municípios de Belém, Castanhal, Marabá e Parauapebas, no Pará, além de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá. Outras atividades, como peças teatrais encenadas pelos estudantes, apresentações de grupos musicais e de dança também integram as ações do “Te Liga, Jovem!”.



ELEITORES COM 16 E 17 ANOS (PARÁ)

Junho/2020
89.645mil
1,56%

Junho/2022
140.838mil
2,31%

Fonte: Estatísticas do eleitorado – Por sexo e faixa etária. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>

O programa contribui para impulsionar o aumento do eleitorado na faixa etária de 16 a 17 anos, em que o voto é facultativo.





REVISTA DO TRE PARÁ

No biênio 2021-2022 foram lançados os volumes 11º e 12º da Revista do TRE Pará, um estímulo à produção científica local e nacional que divulga artigos de profissionais e acadêmicos da área jurídica, focado na temática eleitoral, além de divulgar os principais fatos que ocorreram neste Tribunal no período.

Uma novidade desta Gestão foi a nomeação de um conselho editorial plural e forte, destinado a acompanhar todas as fases da Revista, com revisões e aprovações dos textos. Vale ressaltar que as duas edições publicaram 16 artigos de doutrina, o que demonstra um amplo interesse científico pela Revista.

Em respeito ao meio ambiente, as edições foram virtuais e acessíveis, com audiodescrição e tradução em libras. Todas as edições encontram-se disponíveis no site do Tribunal Regional Eleitoral, por meio de link específico.



<https://www.tre-pa.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Agosto/revista-eletronica-do-tre-para-ja-esta-disponivel?SearchableText=revista>

COMUNICAÇÃO VIRTUAL APROXIMA TRIBUNAL DA SOCIEDADE



Criar e conduzir canais de comunicação virtual com a eleitora e o eleitor é uma das ações previstas no Plano de Gestão do biênio 2021-2022. Nesse sentido, inúmeras campanhas foram desenvolvidas ao longo dos dois anos, relacionadas abaixo:

Espia Eleitor – São postagens regulares nas redes sociais do TRE que reúnem vídeos e cards, com informações relacionadas aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral aos cidadãos, como alistamento, revisão, transferência, quitação eleitoral e certidões. A iniciativa permite que qualquer pessoa participe da gravação dos vídeos, fazendo perguntas aos servidores.

TRE PARÁ COMEMORA – Série de cards postados no ano de 2021, nas redes sociais oficiais do Tribunal, sobre datas comemorativas estaduais e nacionais, associando-as a informações sobre temas eleitorais.

Aniversário dos Municípios – Quatro cards

publicados nas redes sociais, em 2021, em comemoração ao dia de emancipação de 70 municípios paraenses, com informações gerais do eleitorado e da zona eleitoral, além de curiosidades municipais.

Urna Pai D'Égua - O Projeto “Urna Pai D'Égua” inclui uma série de vídeos com conteúdo informativo, linguagem clara, simples e direta, sobre a história, importância e curiosidades da urna eletrônica, evidenciando-a como equipamento fundamental para a democracia brasileira.

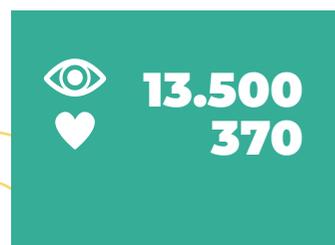
Bandeira dos Municípios - Série de cards semanais veiculados em 2022, que leva ao conhecimento da sociedade a bandeira de um município do Pará e uma curiosidade sobre ícones e símbolos da respectiva bandeira e cidade.



TRE Comemora



Espia Eleitor



Municípios



Urna Pai D'Égua



GAME ORIENTA JOVENS NO PROCESSO ELEITORAL

Lançado em 2022, o game “Dia E” simula o dia das eleições. O jogo orienta de forma lúdica sobre as regras do processo eleitoral, utilizando personagens dos programas de cidadania “Eleitor do Futuro” e “Te Liga, Jovem!”.

A pessoa precisa responder desde a documentação correta para votar até comportamentos permitidos ou proibidos no dia da eleição, para que possa passar de fase e alcançar a pontuação máxima.

Desenvolvido por meio de Acordo de Cooperação entre o TRE Pará e a empresa Inteceleri Tecnologia para Educação Ltda., o game “Dia E” será o primeiro de outros jogos com foco em cidadania. O projeto foi



Assinatura do acordo de cooperação com a Inteceleri. ao centro, a desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, presidente do TRE Pará

coordenado pela Escola Judiciária Eleitoral em parceria com o Laboratório de Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do TRE Pará (Aldeia iLab) e a Fundação Guamá, que administra o Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá, em Belém.

O game, inicialmente apenas para Android, pode ser baixado por meio do QR Code ao lado.

PRIMEIRO GRAU DE CIDADANIA

A iniciativa dá suporte às zonas eleitorais em ações de educação cidadã, especialmente o programa nacional “Eleitor do Futuro”, o “Te Liga, Jovem!” e o “Vem TREinar Eleições 2022”.

A demanda foi solicitada pelo Comitê Gestor Regional e Orçamentário da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau (COP1G), do TRE Pará, e contou com a adesão de 45 zonas eleitorais, que abrangem 37 mu-

nicípios paraenses.

Em março de 2022, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) e a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) realizaram oficina prática com servidores zonas eleitorais e oferecidos treinamento sobre os sistemas das urnas eletrônicas e dinâmicas utilizadas nas ações de conscientização das crianças e jovens sobre a importância do voto e a segurança do processo eleitoral.



**NORMATIVO
APLICAVEL**
PORTARIA TRE-PA
DE N° 20.338/2021

SERVIÇO PERMANENTE
DO DISQUE ELEITOR
SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

8h às 14h

DISQUE ELEITOR PERMANENTE

ATENDE TODO O PARÁ

O serviço permanente de atendimento telefônico Disque Eleitor é o canal de comunicação direta entre o cidadão e a Justiça Eleitoral do Pará, que busca esclarecer dúvidas sobre locais de votação, documentação necessária para votar, como justificar a ausência, orientações referentes à votação, en-

tre outros assuntos.

O Disque Eleitor atende em todo o Pará pelo número 148, e proporciona maior comodidade para quem precisa utilizar os serviços oferecidos pelo Tribunal, sem que haja a necessidade de deslocamento aos Cartórios Eleitorais, o que evita filas, aglomerações e tempo de espera.

REPOSITÓRIO CADASTRA MULHERES JURISTAS

O TRE Pará desenvolveu aplicativo que permite o cadastramento de mulheres juristas com expertise nas diferentes áreas do Direito, para utilização nas ações da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Repositório de Mulheres Juristas pode ser consultado no site do Tribunal (link ao lado), podendo ser acessado também pelo formulário de cadastro de novas juristas.



<https://www.tre-pa.jus.br/o-tre/participacao-feminina/repositorio-de-mulheres-juristas>

NORMATIVOS APLICÁVEIS

LEI 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), art. 7º, incisos II e III; **RESOLUÇÃO CNJ 255/2018** – Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

E-DENÚNCIA

Qualquer cidadão pode denunciar à Justiça Eleitoral propaganda eleitoral irregular na internet pelo E-denúncia, fortalecendo os princípios da participação popular, transparência e lisura do pleito. Para viabilizar a apresentação das denúncias foram desenvolvidos um formulário externo, disponível no site do TRE Pará, e um módulo interno, utilizado para gerenciar as denúncias.

NORMATIVOS APLICÁVEIS

PORTARIA TRE PARÁ 21.270 / 2022 – Rotinas para o exercício do poder de polícia sobre a propaganda eleitoral na internet no TRE Pará (2º Grau) nas Eleições Gerais de 2022; RESOLUÇÃO TSE 23.608/2019 – Representações, reclamações e pedidos de direito de resposta previstos na Lei 9.504/1997 para as eleições; RESOLUÇÃO TSE 23.610/2019 – Propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral.

TRIBUNAL

EXPANDE POSTOS

DE ATENDIMENTO AO ELEITOR

A ampliação da acessibilidade aos serviços foi alçada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará, constando, inclusive, como indicador estratégico o “Índice de Acessibilidade”, que evidencia em seu descritivo a preocupação com a garantia de meios para usuários e usuárias utilizarem os serviços eleitorais.

Neste sentido, foi firmado Acordo de Cooperação Técnica entre o TRE Pará e o Governo do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Plane-

jamento e Administração (Seplad), que resultou na instalação de diversos postos de atendimento da Justiça Eleitoral em unidades da “Estação Cidadania” (lista abaixo). O Acordo também previu a cessão de servidores de apoio ao atendimento.

Um segundo Acordo propiciou a ativação de três postos de atendimento da Justiça Eleitoral nas Usinas da Paz, localizadas no bairro da Cabanagem (em Belém), e nos municípios de Ananindeua e Marituba.

ESTAÇÃO CIDADANIA	ENDEREÇO
Guamá	Av. José Bonifácio, 2308, Guamá, Belém, PA
Pátio Belém	Shopping Pátio Belém – Tv. Padre Eutíquio, 1078, Belém, PA
Bosque Grão Pará	Shopping Bosque Grão-Pará – Av. Centenário, 1052, Térreo, Val de Caes, Belém, PA
Metrópole Ananindeua	Shopping Metrópole Ananindeua – Rodovia BR 316, 4500, Km 4, Coqueiro, Ananindeua, PA
Marabá	Partage Shopping Marabá – Rod. Transamazônica, Q. 15, L. 10, Nova Marabá, 68.507, Marabá, PA
Santarém	Av. Rui Barbosa, Prainha, Santarém, PA
Parauapebas Carajás	Karajás Shopping – Rodovia Municipal Faruk Salmen, Km 7, Parauapebas, PA



CARTÓRIOS MUDAM DE ENDEREÇO

Nos anos de 2021 e 2022 houve seis mudanças de Cartórios Eleitorais para imóveis novos, locados e adaptados pelo TRE Pará, para proporcionar infraestrutura adequada ao de-

envolvimento das atividades da Justiça Eleitoral, garantindo maior acessibilidade, conforto e segurança ao público externo e um melhor ambiente de trabalho ao corpo funcional.

NOVOS IMÓVEIS

86ª ZE

Curralinho

102ª ZE

Jacareacanga

54ª ZE

Senador José Porfírio

48ª ZE

São Sebastião
da Boa Vista

19ª ZE

Monte Alegre

12ª ZE

Cametá



NOVO FÓRUM DE ANANINDEUA REÚNE DUAS ZONAS E OFERECE MELHOR AMBIENTE

Uma das ações mais relevantes realizações do biênio 2021-2022 foi a inauguração do Fórum Eleitoral “Raimunda Serrão Conceição Tavares de Souza”, com Central Única de Atendimento. O prédio moderno e com acessibilidade fica no município de Ananindeua, segundo maior colégio eleitoral do Pará, com quase 350 mil eleitores.

O imponente imóvel, com cerca de 750 m² (metros quadrados) de área construída, é a nova sede administrativa das 43^a e 72^a Zonas Eleitorais, que antes funcionavam em locais distintos, e sem condições para atender à grande demanda dos eleitores, partidos políticos, candidatos e advogados, sobretudo nos momentos mais importantes do processo eleitoral.

A reunião das duas zonas eleitorais em

apenas um ambiente, com Central Única de Atendimento, em área de fácil acesso, propiciou mais celeridade e padronização aos serviços prestados ao público, além de benefícios imediatos à rotina de trabalho dos servidores, que agora podem atuar de forma centralizada e integrada, compartilhando recursos e unificando procedimentos.

Para viabilizar essa união, entre os meses de maio e junho de 2022 houve a liberação do prédio onde funcionava o Depósito de Materiais Permanentes do Tribunal, sendo este integralmente transferido para um local seguro, de dimensões adequadas e mais próximo à sede do Tribunal, em Belém.

O planejamento da Secretaria de Administração e apoio da Diretoria-Geral, a obra de

readaptação foi iniciada em julho de 2022, imediatamente após a desocupação do prédio, e foi concluída em 180 dias, o calendário eleitoral e a magnitude das intervenções realizadas. Os serviços foram executados por meio do Contrato nº 25/2022, com o custo final de R\$ 2.080.218,74.

ACESSIBILIDADE GARANTIDA

O projeto arquitetônico, elaborado pela equipe técnica de engenharia do TRE Pará, contemplou área administrativa das zonas, gabinete para magistrados, espaço de convivência, sala de audiência, sala de treinamento e amplo espaço para atendimento ao público, tudo observando os requisitos de acessibilidade, como piso tátil, rampas, placas de sinalização em Braille, bebedouros acessíveis, banheiros especiais e elevador para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.

A cerimônia do novo Fórum Eleitoral de Ananindeua ocorreu em 19 de janeiro de 2023,

quando autoridades da Justiça Eleitoral e do Executivo e Legislativo municipais puderam conhecer as instalações plenamente funcionais, entregues com paisagismo, amplo estacionamento, climatização, mobiliário padronizado e equipamentos instalados.

O Fórum Eleitoral “Raimunda Serrão Conceição Tavares Souza” é o primeiro prédio do Tribunal a levar o nome de uma servidora, uma justa homenagem pelos mais de 40 anos de serviços prestados, a maior parte no atendimento aos eleitores e eleitoras.

A entrega da obra demonstra o arrojo, profissionalismo e eficiência da Gestão 2021-2022, e cumpre o compromisso de propiciar a infraestrutura adequada para o atendimento aos jurisdicionados, elevando a qualidade da prestação de serviços e oferecendo condições dignas de trabalho aos servidores e servidoras, magistrados e colaboradores da Justiça Eleitoral.



O Fórum Eleitoral “Raimunda Serrão Conceição Tavares Souza” é o primeiro prédio do Tribunal a levar o nome de uma servidora



ATENDIMENTO ITINERANTE

CHEGA A MAIS DE 300 LOCALIDADES, EM 110 MUNICÍPIOS

Em um estado com as dimensões e peculiaridades do Pará, onde o deslocamento pode envolver diversas formas de transporte, e até mesmo todas ao mesmo tempo, integrar por meio da cidadania é um desafio. Atento a essa questão, o TER Pará intensificou os atendimentos itinerantes, levando os serviços da Justiça Eleitoral aos locais mais distantes e de difícil acesso. De 2021 até o dia 4 de maio de 2022, foram

registrados mais de 160 mil atendimentos, beneficiando habitantes em mais de 300 localidades, em 110 municípios.

A população teve acesso aos serviços de alistamento, revisão, transferência e emissão de certidão de quitação. O diretor-geral do TRE Pará, Felipe Brito, ressaltou na ocasião que levar esses serviços às populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas é essencial para consolidar a democracia no Estado. “O Pará, ao



longo dos últimos quatro anos, sofreu um crescimento expressivo do seu eleitorado, ultrapassando a marca de mais de 6 milhões nesse último ciclo eleitoral. Isso ocorreu, possivelmente, por conta dos grandes projetos que vêm sendo desenvolvidos pela Justiça Eleitoral em todas as regiões do Pará, principalmente no Oeste, onde há um crescimento expressivo, muito por conta de ações itinerantes que o Tribunal vem conduzindo para buscar eleitores que, muitas vezes, existiam, mas não faziam parte desse processo eleitoral”, explicou Felipe Brito.

Para chegar até essa população, que vive mais distante das zonas urbanas, em áreas de difícil acesso, foram necessárias ações envolvendo praticamente toda a estrutura do Tribunal Regional. “O TRE moveu um grande esforço no último biênio, alcançando esses eleitores e majorando em até 17%, por exemplo, o número de eleitores ribeirinhos, e em 10% o nú-

mero de eleitores em áreas rurais, que são percentuais muito expressivos. É, mais ou menos, 11% do crescimento do eleitorado de maneira geral. Para isso, muitas vezes usamos transporte multimodal, rodoviário e embarcações, para levar esses serviços à população”, acrescentou.

No início de 2022, com a proximidade do fechamento do Cadastro Eleitoral, em 4 de maio, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará intensificou as ações itinerantes em busca da regularização de eleitoras e eleitores em todo o Estado.

Entre as ações itinerantes estão as realizadas em Terras Indígenas, para regularizar a situação eleitoral desses povos, como a que ocorreu em 10 de abril, na Aldeia Indígena Cajueiro, a cerca de 140 quilômetros da sede do município de Paragominas, no sudeste paraense, com acesso somente por estrada de terra batida.





ATENDIMENTO NA ALDEIA

INDÍGENA CAJUEIRO, EM PARAGOMINAS

No local vive a etnia Tembé, que recebeu serviços como alistamento eleitoral, revisão, emissão de certidão de quitação e ações do Programa “Te Liga, Jovem!”

A aldeia faz parte da Terra Indígena Alto Rio Guamá (Tiarg), que abrange 279 mil hecta-

res dos municípios de Garrafão do Norte, Santa Luzia do Pará, Nova Esperança do Piriá e Paragominas, entre a margem direita do Rio Guamá e a margem esquerda do Rio Gurupi, no limite com o Maranhão.

Na aldeia vivem cerca de 350 indígenas.

No local funciona uma seção eleitoral com 302 eleitoras e eleitores, do Cajueiro e outras aldeias próximas. Todos são da família linguística Tupi-Guarani, pertencentes aos povos Guajá, Ka'apor e Tembé.

A presidente do TRE Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, e o diretor-geral Felipe Brito estiveram no local, onde foram recebidos com música e dança pelos indígenas, como forma de agradecimento.

“Estamos muito gratos por essa iniciativa, muito mesmo, por vocês terem vindo aqui ensinar nossos jovens e crianças a usar a urna”, disse o cacique Reginaldo Tembé. “Estamos muito felizes e queremos agradecer, porque essa é a primeira vez que recebemos esses serviços aqui, e esperamos que isso possa ocorrer outras vezes”, completou o cacique-geral Kaparaí Tembé.

A presidente do Tribunal também agradeceu pela oportunidade de conhecer de perto a cultura do povo Tembé, e reforçou a necessidade de levar ações de cidadania a todas e todos

os moradores do Pará. “Essa ação mostra como a Justiça Eleitoral é uma justiça cidadã, empenhada em trazer a real democracia a toda a população do nosso Estado”, enfatizou.

Em seguida, a desembargadora foi convidada por duas guerreiras da aldeia, Érika Tembé e Valsanta Tembé, para participar de um canto de guerra, e recebeu a pintura de guerreira no rosto e uma tiara indígena. Em agradecimento, a presidente do TRE entregou camisas do Programa Nacional Eleitor do Futuro para os dois caciques.





AÇÕES COORDENADAS DE CADASTRAMENTO **ELEVAM EM 5,63%** O ELEITORADO DO ESTADO

Em 2022, mais de 6 milhões de eleitoras e eleitores foram registrados no Pará, sendo cerca de 1 milhão na capital em Belém. Entre as eleições de 2020 e 2022, o eleitorado paraense cresceu 5,63%.

“Entre 2009 e 2019 foi realizado o cadastramento biométrico. Todo o eleitorado passou por uma revisão e, naturalmente, houve diminuição. Mas em 2022 nós ultrapassamos 6 milhões de eleitores, uma marca nunca alcançada antes pelo Estado do Pará, e que mais uma vez refor-

ça o interesse das pessoas em participar desse processo”, concluiu o diretor-geral Felipe Brito.

Dados divulgados em 15 de junho de 2022, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atestaram que 156 milhões de eleitores brasileiros estavam aptos a votar nas Eleições Gerais 2022.

CRESCE NÚMERO DE ELEITORES ENTRE INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E RIBEIRINHOS

Há minorias que acabam se tornando maioria no Pará. “Quando a gente trabalha



nessa estratificação do eleitorado, o ribeirinho e o rural representam quase 2 milhões de eleitores – cerca de 1/3 do nosso eleitorado, um valor bastante expressivo. O eleitorado rural, inclusive, teve um crescimento muito grande – quase 9% - em relação a 2020, enquanto o urbano teve crescimento de 4,12%, também inferior ao ribeirinho, que cresceu 4,40%. E esse crescimento é observado em todos os segmentos, incluídos os eleitorados indígena e quilombola, porque o TRE conduziu várias ações itinerantes em mais de 110 municípios do Estado do Pará, atendendo eleitores que, em regra, não conseguem acessar o serviço on-line”, detalhou o diretor-geral Felipe Brito.

MULHERES FORMAM A METADE DO ELEITORADO NO PARÁ

A maioria do eleitorado brasileiro continua formada por mulheres, que representam 52,65% do total. O mesmo dado é constatado no Pará. As mulheres correspondem a 50% do eleitorado – totalizando 3.066.174 eleitoras -, ultrapassando os homens em cerca de 50 mil cadastros.



VOTO FACULTATIVO AUMENTA ENTRE JOVENS DE 16 E 17 ANOS

No Brasil, o voto é facultativo para jovens de 16 e 17 anos, pessoas acima dos 70 anos e analfabetos. Entre os jovens, o Pará soma mais de 122 mil eleitores. “Quando iniciamos a campanha para convocar os jovens eleitores tínhamos pouco mais de 0,25% de eleitores nessa faixa etária. E esse número chegou a mais de 2%, um número significativo”, avaliou o diretor-geral do TRE Pará, Felipe Brito.

A abstenção entre eleitores com mais de 70 anos também foi muito baixa. “Eles correspondem a um número expressivo. São mais de 400 mil eleitores no Estado do Pará, o que diz que eles continuam interessados (no processo eleitoral), e que foram atendidos recentemente para se manterem aptos ao voto, seja fazendo uma atualização de endereço ou uma mudança de seção, buscando os serviços da Justiça Eleitoral”, acrescentou o diretor-geral.

“O TRE Pará tem diversas iniciativas que incentivam a participação feminina na política, tanto nos cargos políticos como no voto feminino. Nesse pleito houve um crescimento do eleitorado masculino um pouco maior, mas o número total de mulheres ultrapassa os 3 milhões, o que diz ainda que o nosso eleitorado é feminino”, ressaltou o diretor-geral.

EM QUATRO ANOS, USO DO NOME SOCIAL SALTA DE 246 PARA 919

Outro dado interessante é que o número de eleitores no Pará utilizando o nome social saltou de 246, em 2018, para 919 nas Eleições

Gerais de 2022. Isso mostra a garantia dada a pessoas transgêneros, transexuais e travestis para que tenham o nome que escolheram impresso no título de eleitor e no caderno de votação. Esse direito é garantido pela Justiça Eleitoral desde 2018.

MAIS DE 360 MIL CIDADÃOS, DE VÁRIAS IDADES, APTOS AO PRIMEIRO VOTO

Um dado curioso foi que 367 mil eleitores estavam aptos a votar pela primeira vez no Pará, em diferentes faixas etárias. “É um número bastante espantoso porque os eleitores entre 16 e 18 anos, que teoricamente seriam aqueles que votariam pela primeira vez, eram



cerca de 122 mil, e esse outro número chega a ser quase três vezes maior, o que demonstra que eleitores de 20, 30 e até 40 anos não participavam do processo eleitoral, e agora, com as ações eleitorais, puderam exercer seu direito ao voto”, destacou o diretor-geral.

MAIORIA DO ELEITORADO TEM ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

A maioria do eleitorado no Pará não completou o ensino fundamental (26,33%), número próximo ao de eleitores com o ensino médio completo (25,03%), o segundo maior eleitorado.

Em contraponto, apenas 7,26% dos eleitores completaram o ensino superior, percentual inferior ao de eleitores que apenas sabem ler e escrever (9,58%), enquanto os analfabetos correspondem a 5,67% do eleitorado.

BIOMETRIA JÁ ALCANÇA MAIS DE 88% DOS ELEITORES

Diante das medidas sanitárias adotadas a partir da pandemia de Covid-19, a Justiça Eleitoral manteve a suspensão do uso da biometria como meio de identificação nas eleições de 2022.

Nos últimos seis anos, os dados mostram um avanço significativo na coleta dos dados biométricos. No Pará, a biometria já alcançou 88,51% dos eleitores.



BALCÃO VIRTUAL

ATENDIMENTO AO PÚBLICO IMPLANTADO EM 2021



O Tribunal Regional Eleitoral do Pará implantou o atendimento ao público externo por videoconferência, por meio do “Balcão Virtual”. A iniciativa foi regulamentada pela Portaria Conjunta nº 2 - TRE/PRE/DG/GABDG -, no âmbito da Justiça Eleitoral do Pará.

O Balcão Virtual é uma ferramenta que permite às partes ou aos advogados interessados, atuantes nos processos judiciais, físicos ou eletrônicos, o contato por videoconferência com o setor de atendimento de cada unidade judiciária (Zonas Eleitorais - 1º Grau, e Secretaria Judiciária - 2ª Grau) do TRE Pará.

O “Balcão” passou a tratar de questões

processuais (andamento, diligências e julgamento, dentre outros temas) relativas aos processos judiciais em tramitação nas unidades judiciárias, bem como aos sistemas de prestação de contas anual e de campanha.

O objetivo é proporcionar ao cidadão um meio de atendimento mais prático, acessível e ágil. O atendimento por meio do Balcão Virtual ocorre apenas no horário normal destinado ao público.

Porém, no período eleitoral (15 de agosto a 19 de dezembro de 2022) o serviço foi oferecido de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h, bem como aos sábados, domingos e feriados, das 16h às 19h.



PARQUE DE URNAS RENOVADO EM 50%

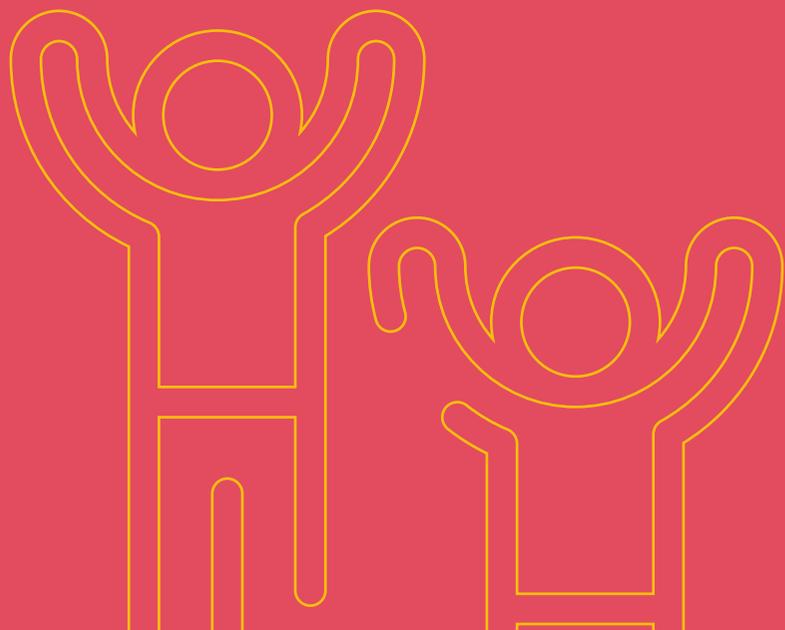
Com mais 9.760 equipamentos integrados ao montante, o TRE Pará passou a dispor de quase 24 mil urnas eletrônicas.

De acordo com o secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal, Alessandro Cruz, a aquisição foi essencial para o pleito de 2022. “Esta quantidade representou uma renovação de 50% das urnas que vamos utilizar nas seções eleitorais”, informou.





DESENVOLVENDO
PESSOAS



SERVIDORES DO TRE PARÁ GANHAM DESTAQUE EM JORNADA DE DIREITO ELEITORAL

As servidoras Kelly Anunciação Ferreira e Maíra de Barros Domingues, e o servidor e Rubens Cavalcante da Silva, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, tiveram suas propostas de enunciados aprovadas na 1ª Jornada de Direito Eleitoral de 2021.

O evento, de cunho acadêmico e científico, foi realizado pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE), com apoio da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), e vi-

sou delinear posições interpretativas das normas aplicáveis ao Direito Eleitoral, adequando-as às inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, a partir de debates entre os participantes.

Nesta primeira edição foram aprovados 66 enunciados nos temas Direitos Políticos, Justiça Eleitoral, Propaganda Política, Financiamento de Campanha, Contencioso Eleitoral, Crimes Eleitorais, Participação Democrática e Partidos Políticos.



ENUNCIADO 1 - “É exigível prova de quitação com o serviço militar para fins de registro de candidatura de pré-candidato do sexo masculino, com idade entre 18 e 45 anos, quando a impugnação ou a notícia de inelegibilidade lhe imputarem a suspensão dos direitos políticos decorrente da recusa em cumprir a obrigação correspondente ou prestação alternativa.”

ENUNCIADO 21 - “É responsabilidade das instituições financeiras encaminhar tempestivamente à Justiça Eleitoral os extratos bancários eletrônicos

das contas bancárias destinadas à movimentação de recursos de campanha eleitoral de partidos políticos e candidatos, com a identificação pelo CPF ou CNPJ de todos os doadores e fornecedores de campanha eleitoral.”

ENUNCIADO 23 - “Em sede de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), o término do mandato eletivo não enseja a perda superveniente do interesse processual, impondo-se seu prosseguimento para fins de eventual aplicação da inelegibilidade aos responsáveis pela conduta abusiva.”



MUDANÇA **NORMATIVA** É TEMA DE SEMINÁRIO

Foi realizado em novembro de 2021 o Seminário “Eleições 2022 – Transmutações normativas: aplicabilidade e garantias”, uma parceria entre a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep) e o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE Pará).

O seminário ocorreu de forma híbrida (presencial e virtual) e teve como objetivo debater as alterações normativas para as Eleições de 2022, instituídas pela Emenda Constitucional 111/2021, Lei Complementar nº 184/2021, Lei 14.208/2021 e Lei 14.211/2021, bem como a proposta do novo Código Eleitoral. O seminário teve carga horária de 9h e contou com a participação de mais de 100 pessoas.

No evento, realizado no dia 26 de novembro, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre o TRE Pará e a Abradep, com duração de 36 meses, objetivando o compartilhamento de experiências no campo da democracia e do Direito Eleitoral.



Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento assina acordo; Participantes do Seminário Transmutações Normativas

PALESTRA “FAKE NEWS: VELHOS PROBLEMAS EM NOVOS AMBIENTES”



Promovido em parceria entre a Escola Judiciária Eleitoral do Pará (EJE/PA) e a Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará, a palestra “Fake News - velhos problemas em novos ambientes” foi realizada no plenário Antônio Koury, com transmissão ao vivo, via YouTube do TRE Pará, proferida pelo vice-procurador-geral da República e vice-procurador-geral eleitoral no Tribunal Super-

rior Eleitoral, Paulo Gonet.

Mais de 120 alunos da Escola Superior da Amazônia (Esamaz) participaram da programação, quando puderam conversar com os servidores da EJE e da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) sobre a segurança do processo eleitoral e das urnas eletrônicas. Eles também participaram do treinamento da ordem de votação das eleições de 2022.



Participantes da palestra Fake News - Velhos Problemas em novos ambientes; Vice-Procurador-Geral Eleitoral no TSE, Paulo Gonet (ao centro), com organizadores da palestra acima). Conversa sobre a importância do voto com a Coordenadora da EJE/PA, Elaine Santana (à esquerda) e, Urna eletrônica com o treino da ordem de votação das eleições de 2022. (no alto).

SEMINÁRIO ABORDA AUTONOMIA DA JUSTIÇA ELEITORAL E PODERES ELEITOS

No dia 11 de agosto de 2021, em comemoração ao Dia da Advogada e do Advogado, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará promoveu o Seminário “A autonomia da Justiça Eleitoral frente aos poderes eleitos”, evento direcionado ao público em geral, alcançando 248 inscritos.

O seminário ocorreu de forma on-line pelo

canal do Youtube do TRE Pará. A programação incluiu: O papel da Justiça Eleitoral na democracia; Autonomia Legislativa da Justiça Eleitoral e execução de seus próprios atos, e “O julgamento dos crimes comuns conexos aos crimes eleitorais”.

Grandes juristas, magistradas, magistrados, servidoras e servidores e representantes do meio acadêmico paraense compareceram ao evento.

CANAL DA COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA É LANÇADO EM SEMINÁRIO DE INOVAÇÃO

O Seminário de Inovação e Cooperação Judiciária na Justiça Eleitoral ocorreu no dia 11 de junho de 2021, com a participação do integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro, e do juiz federal do TRF-5, Marco Bruno Miranda Clementino. O evento foi realizado simultaneamente nos formatos presencial, no plenário Antônio Koury, na sede do TRE Pará, e remoto, via canal do YouTube.

Organizado pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE), o evento foi coordenado pelo Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ) e pelo juiz substituto do TRE Pará, Marcus Alan de Melo Gomes. No seminário foi lançado oficialmente o Canal da Cooperação Judiciária,

com o objetivo de simplificar e dar celeridade aos atos processuais.

O evento encerrou a programação da Semana da Inovação e Cooperação Judiciária, que ocorreu de 7 a 11 de junho de 2021.

NORMATIVO APLICÁVEL

Resolução CNJ nº 350/2020 – Cooperação Judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades.

Veja o vídeo do Seminário
Inovação e Cooperação
Judiciária no YouTube.





CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL PARA JUÍZES

Entre os meses de dezembro de 2021 e agosto de 2022 foram formadas duas turmas do Curso de Formação Inicial de Magistradas e Magistrados – Módulo Eleitoral, cadastrado na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam), para as novas magistradas e magistrados que tomaram posse no Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Em 2021, participaram do curso 27 integrantes da magistratura, e 24 no ano seguinte.

A realização do curso é uma exigência da Resolução nº 2/2016, da Enfam, com carga horária de 24 horas, e tem como foco as atividades da magistratura para o exercício da prática jurisdicional em um cenário de complexidade social, econômica e cultural, por meio de metodologias ativas, empregadas para desenvolver competências necessárias ao exercício da função judicante. O Tribunal Regional Eleitoral participou no módulo Direito Eleitoral com servidoras, servidores, magistradas e magistrados, atuando como docentes.

BOLSA DE ESTUDOS PARA SERVIDORES

A política de qualificação continuada do quadro funcional tem entre suas ferramentas o Programa Bolsa de Estudos, que seleciona anualmente servidoras e servidores para receberem auxílio financeiro, com custeio parcial de cursos de graduação e pós-graduação, resultando em desenvolvimento pessoal e profissional.

Para a seleção das inscrições, o programa utilizou a estratégia de eleger áreas de conhecimento mapeadas como prioritárias para o auxílio, com o objetivo de potencializar e qualificar ainda mais o Tribunal, considerando suas necessidades em cada momento.

Assim, foram indicadas como preferenciais, em 2021, a formação nas áreas de Gestão

Pública, Estatística e Inteligência Artificial, e em 2022 as áreas de Psicologia, Contabilidade, Estatística, Serviço Social, Cibersegurança e Gestão Estratégica.

Foram ofertadas 14 novas vagas durante o biênio, conforme a seguinte tabela:

ANO	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	(R\$)
2021	3	5	45.452,65
2022	4	2	82.000,00
TOTAL	7	7	127.452,65

CAPACITAÇÃO NACIONAL DAS EJE'S

O Projeto de Capacitação Nacional (CNEJEs) foi desenvolvido pela EJE/TSE em parceria com as escolas Judiciárias Eleitorais Regionais, com o objetivo de alinhar as ações de capacitação desenvolvidas para magistradas e magistrados, e servidoras e servidores nos diversos Tribunais Eleitorais.

A Capacitação Nacional das EJE's ofereceu, pela primeira vez, a abordagem de temas estratégicos para as Eleições de 2022. O material instrucional, vídeos, estudos de casos e diretrizes foram disponibilizados para as EJE's, que tiveram a liberdade de selecionar as oficinas, contratar docentes/tutorados e customizar os módulos de capacitação de acordo com as suas especificidades.

A EJE/PA participou da construção do projeto durante

os encontros nacionais das Escolas Judiciárias, e ofertou vagas para as servidoras e servidores do TRE Pará para 19 **cursos**, entre os quais:

- ◆ Desinformação e processo eletrônico de votação Ações eleitorais em espécie.
- ◆ Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) aplicada à propaganda eleitoral
- ◆ Financiamento de candidaturas femininas e de pessoas negras.
- ◆ Comunicação Institucional Inclusiva durante o processo eleitoral.
- ◆ Violência Política contra mulheres.
- ◆ Acessibilidade no processo eleitoral: do cadastro ao voto.

INVESTIMENTO

MAIS DE R\$ 1,5 MILHÃO EM CAPACITAÇÃO

As ações de treinamento e desenvolvimento do quadro de pessoal foram definidas pelas diversas unidades do Tribunal e consolidadas no Plano Anual de Capacitação, cujo investimento totalizou R\$ 1.565.520,88 no biênio.

As capacitações realizadas (cursos externos e in company) atenderam às ações estratégicas do Tribunal, nas áreas de Arquitetura e Engenharia; Auditoria; Cerimonial e Protocolo; Comunicação Institu-

cional; Direito; Educação e Pedagogia; Gestão de Aquisições; Gestão de Bens; Gestão de Pessoas; Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil; Planejamento; Segurança e Tecnologia da Informação.

Durante o biênio, foram executadas 115 ações educacionais, com mais de 3 mil vagas ofertadas para o desenvolvimento de magistrados, servidores e colaboradores em competências nas dimensões técnicas, genéricas e gerenciais.

CAPACITAÇÕES



1,56 MI



3.000



115

ÁREA DE CONHECIMENTO	INVESTIMENTO TOTAL (R\$)	
	2021	2022
Aquisições	223.318,20	121.513,75
Arquitetura e Engenharia	7.500,00	2.670,00
Auditoria	11.880,00	-
Cerimonial e Protocolo	4.950,00	40.000,00
Comunicação Social	32.000,00	18.000,00
Direito	25.425,24	38.468,24
Educação	-	16.805,10
Gestão de Materiais	13.068,00	-
Gestão de Pessoas	136.011,84	167.030,87
Gestão Documental e da Memória	12.600,00	32.000,00
Governança	-	10.750,00
Inovação	-	74.340,00
Orçamento, Finanças e Contabilidade	33.234,00	22.548,95
Linguagem	26.283,72	-
Planejamento	33.080,00	-
Segurança	40.000,00	32.000,00
Tecnologia da Informação	94.055,18	42.350,00
TOTAL	93.406,18	33.115,05

MODALIDADES	2021		2022	
	AÇÕES	CONCLUIN- TES	AÇÕES	CONCLUIN- TES
In Company	32	1.289	23	1.402
Externos	32	251	28	108
TOTAL	64	1.540	51	1.510

TIPO DE CONTRATAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL (R\$)	
	2021	2022
Cursos In Company	325.672,02	399.306,21
Cursos Externos	367.734,16	219.170,70
Licenças – Plataforma EAD	17.820,00	35.994,00
Consultoria de Conteúdo	100.000,00	-
TOTAL	811.226,18	754.294,70

PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL APONTA 87% DE SATISFAÇÃO

A pesquisa de clima organizacional realizada em 2021 apontou um índice de 87% de satisfação geral de servidores e servidoras, estagiários e estagiárias, e colaboradores e colaboradoras do

Tribunal. Foram avaliadas questões sobre liderança, qualidade de vida, comunicação interna, reconhecimento e valorização, qualidade e produtividade, ambiente de trabalho e organização.



LICENÇAS EM PLATAFORMAS DE EDUCAÇÃO E SEGURANÇA DIGITAL

O Tribunal também contratou, em 2021, dez licenças para utilização da plataforma Allura, pelo período de 12 meses, o que vem permitindo a conclusão de inúmeras capacitações ofertadas na plataforma pelas equipes das unidades de Planejamento e de Tecnologia da Informação.

Em 2022, o Tribunal autorizou a contratação

de 600 licenças da plataforma Qualitek Tecnologia, pelo período de três anos, o que possibilitará aos servidores a participação em um programa permanente de capacitação em Segurança de Informação, de forma a reduzir a vulnerabilidade e melhor proteger os sistemas e bancos de dados do Tribunal contra acessos não autorizados.

TRILHAS DE APRENDIZAGEM CAPACITAM FUTUROS GESTORES

Em 2021, foi contratada a consultoria da empresa Inteletto, que desenvolveu, no ambiente de educação a distância do TRE Pará, um programa de capacitação para que atu-

ais e futuros gestores do Tribunal possam conhecer e aprofundar-se no estudo das competências gerenciais requeridas para os cargos de gestão.

HUMANIZAÇÃO DOS AMBIENTES CONTRIBUI

PARA O BEM-ESTAR GERAL

O Projeto de Humanização dos Ambientes instala quadros decorativos provenientes de exposições na galeria da Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral do Pará (CCJE). A humanização dos ambientes cria condições melhores para seus frequentadores, contribuindo para a evolução pessoal, o aperfeiçoamento das suas aptidões por meio da interação com o meio e a melhoria psicológica e física, ajudando no bem-estar geral no ambiente de trabalho.

Gabinete da
Secretaria
Judiciária, na
sede do TRE Pará;
Fórum Eleitoral
Desembargador
Manoel Cacella
Alves, em
Santarém
(ao lado).





IDEIAS INOVADORAS E BOAS PRÁTICAS

O Prêmio de Ideias Inovadoras e Boas Práticas no TRE Pará foi criado para estimular a criatividade e iniciativas inovadoras de sucesso; reconhecer, valorizar e premiar profissionais que atuam de forma criativa e produtiva, e con-

tribuir para o alcance de macrodesafios do Planejamento Estratégico.

Participaram servidores, magistrados e colaboradores, junto com suas equipes.

Dez projetos desenvolvidos nas unidades administrativas do Tribunal Regional Eleitoral



do Pará foram certificados. Destes, três foram agraciados na cerimônia de entrega do 1º Prêmio Ideias Inovadoras e Boas Práticas do TRE Pará, iniciativa inédita que contou com a presença da presidente do Tribunal, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento; de representantes dos projetos; secretárias e secretários; servidoras e servidores, e colaboradores e colaboradores.

Os vencedores foram: Game “Dia E” (1º lugar); Escola de Formação Política (2º lugar), e

Te Liga, Jovem (3º lugar), desenvolvidos pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE).

Além das premiações, todos os projetos participantes foram certificados: Cartilha de Acessibilidade com ênfase no voto dos deficientes intelectuais; Papel Zero na SGP; Vem Treinar + Eleições 2022; Primeiro Grau de Cidadania; Escola de Formação Política; Te Liga, Jovem; Game “Dia E”; Gabinete Virtual; Mapa dos Locais de Votação e Programa do Envolvimento do Servidor na Comunidade (Pesc).



JUSTIÇA 5.0





Juiz Rafael Fecury Nogueira grava vídeo explicativo que acompanha todas as notificações

SECRETARIA JUDICIÁRIA ADOTA VISUAL LAW

No ano de 2021 a Secretaria Judiciária do TRE Pará desenvolveu com sucesso o projeto Visual Law visando implantar ferramentas de direito visual no processamento judiciário do 2º grau, buscando facilitar a compreensão das comunicações processuais encaminhadas diretamente aos destinatários, tendo como alvo o público externo, por vezes não acostumado à linguagem jurídica.

Para tanto, foram selecionados os principais atos de comunicação pessoal realizados pelas unidades de processamento e definidos modelos que sirvam como padrão para aplicação da técnica visual law, tendo sido adotada para as intimações para pagamento de multas eleitorais e prestações de contas eleitorais.

No ano de 2022 a iniciativa foi ampliada para o complexo processo de trabalho das prestações de contas anuais, tendo sido padronizados, reestruturados e adequados os mode-

los de notificações direcionadas aos partidos políticos e seus dirigentes omissos no dever de prestar contas (art. 32 da Lei nº 9.096/95).

Dessa forma, aos referidos documentos foram incorporados pictogramas característicos da identidade visual do projeto, disponibilizando-se, ainda, vídeo explicativo, acessível através de QR-Code, por meio do qual o Exmo. Sr. Rafael Fecury Nogueira, Juiz-Membro do TRE-PA explicita as razões do envio do documento, o que este significa, quais as sanções a que os prestadores estão sujeitos caso não seja regularizada a pendência e como esta deve ser tratada, informações, pois, essenciais ao jurisdicionado.

O projeto visual law, portanto, se mostra e se consolida, no âmbito do Tribunal Regional do Pará, como verdadeira ferramenta de acesso à justiça, simplificando e aprimorando o diálogo entre o poder judiciário e seus clientes externos.

PROJETO JUSTIÇA

EM DIA

GARANTE CELERIDADE

O projeto “Justiça em Dia” foi idealizado em razão do acúmulo histórico de processos de prestações de contas anuais decorrentes de fatores estruturais da unidade de contas.

O propósito era a redução do estoque de prestações de contas anuais de vários exercícios, os quais se pretendeu fossem analisados e entregues para as(os) relatoras(es) com parecer conclusivo e após emissão de parecer pelo douto Ministério Público Eleitoral, aptos, portanto, para julgamento.

Foram realizadas quatro etapas: de início, elaborou-se relatório contendo o acervo de prestações de contas anuais e pedidos de regularização para os quais ainda não teria sido emitido parecer conclusivo, totalizando 96 processos, já incluindo neste quantitativo os 32 feitos das prestações de contas anuais do exercício 2020 ainda, à época, a serem apresentados.

Em seguida, realizou-se análise de cenário, cotejando estoque e definindo parâmetros

para recrutamento de servidores. O projeto teve, então, sequência com a seleção e ajustes das equipes, análise processual e emissão dos pareceres de diligências, de regularidade, conclusivos, de regularização de contas e, quando fosse o caso, de omissão.

A Coordenadoria de Dados Partidários e Prestações de Contas da Secretaria Judiciária (CDPP/SJ) elaborou, buscando sistematizar e aprimorar a tramitação dos processos de prestação de contas anuais, fluxograma completo incluindo todas as fases processuais, quais sejam: a) rito de omissos; b) autuação ao exame preliminar; c) exame preliminar ao conclusivo; d) reabertura da prestação de contas; e) parecer conclusivo ao julgamento; f) pós-julgamento à execução; g) execução e h) parcelamento, o qual foi compartilhado com todas as equipes.

O projeto teve como data final o dia 30 de outubro de 2022, constatando-se que em seu curso houve a emissão de pareceres conclusivos em 73 dos 96 processos mapeados (76% do total), sendo que dos 23 remanescentes 15 estão em fase avançada (emitido exame de regularidade), 4 com pareceres preliminar de diligência já emitido e 1 de omissão em fase de emissão de relatório final.

Consignamos que projeto alcançou o objetivo almejado na medida em que efetivamente contribuiu, de maneira decisiva, para a redução dos estoques de prestações de contas anuais em curso no Tribunal, muitas em metas do Conselho Nacional de Justiça.



DIGITALIZAÇÃO

DE TODOS OS PROCESSOS JUDICIAIS

O TRE Pará concluiu, em 2021, a migração de todos os seus processos judiciais tanto do primeiro quanto do 2º grau de jurisdição para o sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Só no primeiro grau foram 1.567 processos migrados para o PJe em três meses de trabalho.

A iniciativa foi feita em conjunto pela Diretoria Geral (DG), Secretaria de Administração (SA), Secretaria Judiciária (SJ) e Secre-

taria de Tecnologia da Informação (STI) e, no âmbito das Zonas Eleitorais (1º grau), contou ainda com a atuação da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE).

A tramitação dos processos de forma eletrônica aumenta a celeridade e promove a eficiência da prestação jurisdicional. Assim, as partes e os advogados não precisam mais se deslocar a um cartório eleitoral do interior, para ter acesso aos autos de um processo.

PRÊMIO PROCESSO 100% DIGITAL



Para celebrar a conclusão dos trabalhos foram realizadas cerimônias presenciais em meados de 2021 para entregar certificados e placas aos representantes das unidades que atuaram diretamente na digitalização dos processos do primeiro (Zonas Eleitorais) e segundo grau (Secretaria do TRE Pará).



ESCRITURAÇÃO ELETRÔNICA DE LIVROS CARTORÁRIOS

No Planejamento de Gestão do Biênio 2021–2022 mapeou-se a necessidade de migrar para uma escrituração eletrônica dos livros obrigatórios a fim de preservar, padronizar e facilitar a consulta dos registros cartorários.

Para tal, adotou-se uma solução tecnológica comum para ambos os graus de jurisdição. A Secretaria Judiciária e a Corregedoria trabalharam de maneira colaborativa na elaboração dos modelos de documento, no auxílio ao entendimento das regras negociais pela área de Desenvolvimento de Sistemas e no fornecimento dos feedbacks necessários durante a

geração de cada registro eletrônico.

Assim, desenvolveu-se o Módulo SEI “Escrituração Eletrônica Eleitoral de Livros Obrigatórios (EEELO)”, que entrou em produção em abril de 2022, disponibilizando os seguintes novos tipos de documento: Ata (SJ), Ata (ZE), Termo de Fiança (TF), Registro de Suspensão Condicional do Processo (SC), Registro de Transação Penal (TP), Registro de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), Termo Demonstrativo de Débito (TDD) e Termo de Multa (TM). Por fim, com objetivo de facilitar a utilização da nova e importante ferramenta foi elaborado e disponibilizado aos usuários um manual detalhado.

TRE PARÁ EDITA 10 SÚMULAS



A atuação de comissão permanente envolvendo magistrados e diversos servidores de vários setores, além de estagiários, resultou na edição de 10 súmulas (Resoluções do TRE nº 5.703/2021 e 5.737/2022). As súmulas possuem o

objetivo de pacificar a jurisprudência e tornar a atividade jurisdicional mais segura e célere, estando disponíveis no endereço eletrônico <https://www.tre-pa.jus.br/jurisprudencia/sumulas-tre-pa-1/sumulas-tre-pa> (QR Code ao lado).

DINAMISMO E TECNOLOGIA

A sessão plenária a partir da pandemia e, principalmente em 2022, contou com vários recursos, como telas de apoio que apresenta em tempo real dados do processo em julgamento; o cronômetro do tempo de sustentação oral; apoio contínuo dos julgamentos; acompanhamento dos magistrados e servidores nas partes presencial e por videoconferência das sessões; acesso ao Youtube ao vivo e no streaming.

No período eleitoral, as sessões de julgamento se multiplicaram em sessões ordinárias e extraordinárias. Demandaram-se esforços ainda maiores para que o jurisdicionado possa acompanhar as sessões de forma satisfatória e cada vez mais acessíveis.

No ano de 2022, até o dia 30 de outubro, ocorreram 81 sessões ordinárias, 16 sessões extraordinárias e 13 sessões de julgamento por meio eletrônico - Sejue.



INOVAÇÃO E COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

O Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ) do TRE Pará foi constituído no dia 08 de abril e é composto por magistrados e servidores, sendo o desembargador José Maria Teixeira Rosário, supervisor do Núcleo; o juiz Dr. Marcus Alan Gomes, coordenador; os servidores Luiz Carlos Rodrigues, representante da Secretaria Judiciária; Vilarete Oliveira, representante da Corregedoria Judicial Eleitoral e Leonardo Rêgo, representante das Zonas Eleitorais.

No intuito da ampliação da cultura da cooperação judiciária foi organizado, em parceria com a Es-

cola Judiciária Eleitoral deste regional, o Seminário de Cooperação Judiciária na Justiça Eleitoral ocorreu no dia 11 de junho de 2021, conforme detalhado em “Seminário de Inovação e Cooperação Judiciária”, neste Relatório.

O detalhamento das boas práticas realizadas e que envolvam mecanismos de cooperação entre os órgãos do Poder Judiciário e com outras instituições e entidades, para a realização de atividades administrativas e o exercício das funções jurisdicionais foi objeto de relatório específico.

MENSURAR OS RECURSOS DEVOLVIDOS AO ERÁRIO

Projeto da Secretaria Judiciária do TRE Pará busca mensurar montante de recursos devolvidos ao erário em sede de prestação de contas.

O Brasil adota sistema de financiamento partidário e de eleições misto, com predominância do recebimento de recursos públicos, seja do fundo partidário ou do fundo especial de financiamento de campanha (FEFC).

Considerando-se o aprofundamento e aprimoramento da transparência e do consequente controle social o presente projeto criou mecanismos para monitorar os julgamentos dos processos de prestações de contas partidárias e eleitorais de forma a, em especial, mensurar o efetivo recolhimento ou grau de retorno ao erário de recursos públicos recebidos.

A solução desenvolvida foi devidamente parametrizada para permitir a alimentação, processo a processo, das espécies de condenações, valores e partes envolvidas, bem como do seu eventual pagamento. As informações têm visibilidade através de diversos dashboards que buscam no rol processual os dados necessários, exibindo-os para fácil compreensão e acompanhamento.

As informações relativas aos valores das condenações serão alimentadas paulatinamente conforme as unidades integram o sistema de gestão processual como ferramenta de controle no dia a dia da secretaria judiciária, sendo certo que o sistema será monitorado, ajustado e aprimorado de forma constante.

POCKET MANAGEMENT JUDICIAL (PMJ)

Para instrumentalizar as autoridades e gestores das unidades judiciárias é necessário fornecer informações que facilitem a gestão e o direcionamento de esforços nos trabalhos diários, tendo como premissas: informações simples, usabilidade, direcionamentos a metas e indicadores institucionais.

Para atender a essa demanda, foi desenvolvido de forma integrada ao Sistema de Gestão Processual, o módulo “Meu Gabinete” com informações

gerenciais dos processos por gabinete, e dados gerenciais para Corregedoria e Presidência.

A solução objetivou colocar à disposição das autoridades judiciárias e seus assessores diretos as principais informações gerenciais do fluxo processual, com intuito de melhorar a prestação jurisdicional do TRE-PA a partir da qualificação e simplificação do acesso de informações gerenciais da atividade-fim.

IMPLANTADO SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL

A Justiça Eleitoral do Pará está com 100% dos seus processos ativos tramitando no sistema de processo judicial eletrônico (PJe).

Não obstante a maior celeridade, transparência e economia processual obtida pelo PJe, este carece de mecanismos gerenciais que possibilitem uma visão sistêmica do curso processual, controle de fases, de atribuições internas, julgamentos, metas, dentre outras métricas.

Para solucionar tal problema, a área negocial (Secretaria Judiciária), com base na experiência obtida em 2018, com a realização da primeira eleição total-

mente eletrônica, fez parceria com a área técnica (Secretaria de Tecnologia da Informação) que resultou na primeira versão do “Sistema de Gerenciamento Processual”.

Com foco nas eleições gerais de 2022, o sistema foi revisto, aprimorado e integrado com às bases de dados de outros sistemas da Justiça Eleitoral, como o PJe, CAND (Sistema de Candidaturas) e SisTot (Sistema de Totalização).

MÓDULO ESPECÍFICO PARA GABINETES DOS JUÍZES-MEMBROS

Como exemplo dos benefícios práticos do sistema tivemos a realização de todo o monitoramento do macroprocesso do registro de candidaturas (distribuição interna, andamentos, autuação e distribuição, acompanhamento da evolução das fases processuais, impugnações, julgamentos, interposição de recursos, remessa ao TSE e atualização do CAND, dentre outros controles) foi realizado através do gestor. Os dashboards foram precisos, trazendo um retrato acurado da atividade, imprescindível, sobremaneira, ante os exíguos prazos legais.

A versatilidade da aplicação é outra vantagem que foi evidenciada no ciclo eleitoral de 2022, uma vez

que ele a coordenadoria de sistemas providenciou ajustes para atender demanda da coordenadoria de processamento mediante a disponibilização de gerador de mala direta com texto padrão para intimações por mensagem instantânea via whatsapp em sede de prestações de contas eleitorais, tudo devidamente integrado.

O sistema mostra-se cada vez mais presente no dia a dia das unidades, representando solução prioritária, única, modular e customizável de controle disponível à Justiça Eleitoral paraense.





Servidores do TRE Pará ministraram treinamento à Polícia Civil

CURSO PRESENCIAL PJE É MINISTRADO À PC

Em razão da tramitação dos feitos de competência desta especializada via sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), este Tribunal Regional Eleitoral, por meio da Seção de Execução e Suporte ao PJe (SESP/CPRO/SJ), criou no PJe a procuradoria/órgão de representação da “Polícia Civil do Estado do Pará”, de modo a permitir que eventuais procedimentos que envolvam a Polícia Civil e o TRE/PA ou suas Zonas Eleitorais tramitem dentro PJe.

Em complementação, a SESP, nos dias

10 e 11 de maio de 2022, realizou treinamento (nas modalidades presencial e por videoconferência) direcionado aos representantes e servidores da Polícia Civil do Estado do Pará, para fins de atuação do referido Órgão no PJe, módulos do 1º e 2º grau, nos processos de competência desta Justiça especializada.

Tal treinamento foi conduzido por servidora da área de processamento de feito do 2º grau, que foi auxiliada por um colaborador da área de Tecnologia da Informação.



MODELO ARROJADO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

O Tribunal aprovou em 08 de julho de 2021 a Resolução TRE/PA nº 5.686/2021 que institui, no âmbito do Tribunal, a Sessão de Julgamento por Meio Eletrônico - Sejue. Trata-se de sessão que ocorre no próprio Processo Judicial Eletrônico – PJE e incrementou celeridade na prestação jurisdicional com o uso da tecnologia.

“A sessão dura cinco dias, no PJE. Ou seja, os juízes não se reúnem para fazer a sessão, como ocorre convencionalmente. O voto do relator fica disponível no processo e, a partir desse momento, os juízes têm cinco dias para ingressar no SEJUE e votar a hora que quiserem”, explica o coordenador de Apoio ao Plenário e Jurisprudência, Dimitri Pinheiro.

A resolução aprovada decorreu de apro-

fundados estudos e reuniões em que participaram a presidente da Corte, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, e os servidores da Assessoria Jurídica da Presidência e da Secretaria Judiciária - SJ. Estiveram à frente dos trabalhos os servidores da SJ/Coordenadoria de Apoio ao Plenário e Jurisprudência (CPJuris) / Seção de Acompanhamento das Sessões e Registro de Decisões Plenárias (Seaplen), Dimitri Pinheiro e Breno Augusto Martins, que, na própria sessão administrativa, apresentaram à Corte e ao público informações sobre mais essa modalidade inovadora de sessão de julgamento.

Tivemos ao todo no biênio 26 Sessões de Julgamento por Meio Eletrônico, sendo 11 em 2021 e 15 em 2022.



SESSÕES PLENÁRIAS INTERIORIZADAS

○ Tribunal Regional Eleitoral do Pará realizou Sessões Plenárias nos municípios de Santarém, Parauapebas (foto), Goianésia

do Pará e Tomé-açu, como política de aproximação do órgão ao eleitorado paraense, dando maior visibilidade à prestação jurisdicional prestada.

ACOMPANHAMENTO DE METAS NACIONAIS E PORTAL BR

As metas nacionais decididas a cada ano nos Encontro Nacional do Poder Judiciário constituem objetivos perseguidos pela estrutura judiciária brasileira visam qualificar a prestação jurisdicional.

No Tribunal Regional Eleitoral do Pará a busca pelo alcance das metas foi alçada ao nível estratégico através do indicador Índice de Cumprimento das Metas Nacionais 1 e 2 do Poder Judiciário - APPJ1.

Em esforço estruturado para melhorar o desempenho institucional no cumprimento das metas nacionais houve a criação das

reuniões semanais de acompanhamento com a participação das diversas áreas envolvidas.

O método propiciou agilidade no tratamento de questões de ajustes dos sistemas, decisões de entendimento, construções de estratégias de ação, entre outras formas de intervenção produtivas para o melhor direcionamento dos recursos institucionais.

Nesta seara, foi elaborado um painel para apresentar os dados das metas nacionais registrados no Portal Br, sendo atualizados semanalmente e disponibilizados às unidades interessadas para seu acompanhamento.

ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS DE 2º GRAU EM 2022

DECISÕES CRIMINAIS E NÃO CRIMINAIS		
Indicador	Descrição	QUANT.
Decisões terminativas de processo não-criminal no 2º Grau (DecN-Crim2º)	Todas as decisões não-criminais, colegiadas e monocráticas que põe fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (mês)	2266
Decisões terminativas de processo criminal no 2º Grau (DecCrim2º)	Todas as decisões criminais, colegiadas e monocráticas que põe fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente e as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (mês). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas.	8

*Fonte: Portal BR (Indicadores & Metas - 2º Grau - Produtividade / litigiosidade. Consulta 02/03/2023, dados de 01/01 a 31/12/2022)

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS POR CLASSE	
Ação de Investigação Judicial Eleitoral	19
Ação de Justificação de Desfiliação Partidária / Perda de Cargo Eletivo	21
Ação Rescisória	1
Apuração de Eleição	1
Carta Precatória Cível	2
Conflito de Competência Cível	2
Conflito de Jurisdição	1
Consulta	9
Cumprimento de Sentença	1
Direito de Resposta	35
Direitos Políticos	172
Duplicidade/Pluralidade de Inscrições – Coincidências	370
Exceção	3
Execução Fiscal	1
Habeas Corpus Criminal	1
Inquérito Policial	7
Instrução	12
Mandado de Segurança Cível	13
Pedido de Busca E Apreensão Criminal	2
Pedido de Providências	4
Petição Cível	62
Petição Criminal	1
Prestação de Contas Anual	41
Prestação de Contas Eleitorais	1.027
Processo Administrativo	25
Propaganda Partidária	31
Reclamação	1
Recurso Administrativo	3
Recurso Criminal Eleitoral	7
Recurso Eleitoral	484
Registro de Candidatura	1109
Regularização de Situação do Eleitor	96
Representação	137
Representação Criminal / Notícia de Crime	7
Representação Especial	5
Representação por Excesso de Prazo	2
Requerimento de Regulariz. de Omissão de Prest. de Contas Anual	3
Requerimento de Regulariz. de Omissão de Prest. de Contas Eleitorais	18
Tutela Antecipada Antecedente	27
Tutela Cautelar Antecedente	2

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS POR ÓRGÃO JULGADOR	
Presidente Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento	57
Corregedor Reg. Eleitoral, Des. Leonam Gondim da Cruz Júnior	661
Des.Leonam Gondim da Cruz Júnior	465
Juiz Álvaro José Norat de Vasconcelos	450
Juiz Edmar Silva Pereira	481
Juiz Diogo Seixas Condurú	478
Juíza Federal Carina Cátia Bastos de Senna	493
Juiz Rafael Fecury Nogueira	470
Juiz Auxiliar José Airton de Aguiar Portela	62
Juiz Auxiliar Des. José Maria Teixeira do Rosário	61
Juiz Auxiliar Marcus Alan de Melo Gomes	87
Total	3.765

ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS E ANOTAÇÕES PARTIDÁRIAS

ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES

Principalmente no ano de 2022, houve um recorde na produção de acórdãos e resoluções, devido ao empenho dos gabinetes dos juizes e da CPJuris/Seaplen, nas suas funções de apoio na sessão híbrida e suporte na sessão de julgamento por meio eletrônico - Sejue, com destaque para esta última que potencializou a celeridade nos julgamentos.

Em 2022, foram publicados **1.288 acórdãos** e **43 resoluções**, algo inédito, pois se leva em conta que foram muito poucas as decisões colegiadas relativas às eleições 2022.

Anotações SGIP		
2021	2022	Total
1.884	1.316	3.200

Anotações Delegados - 2021	
77 - SOLIDARIEDADE	3
20 - PSC	2
Total	5

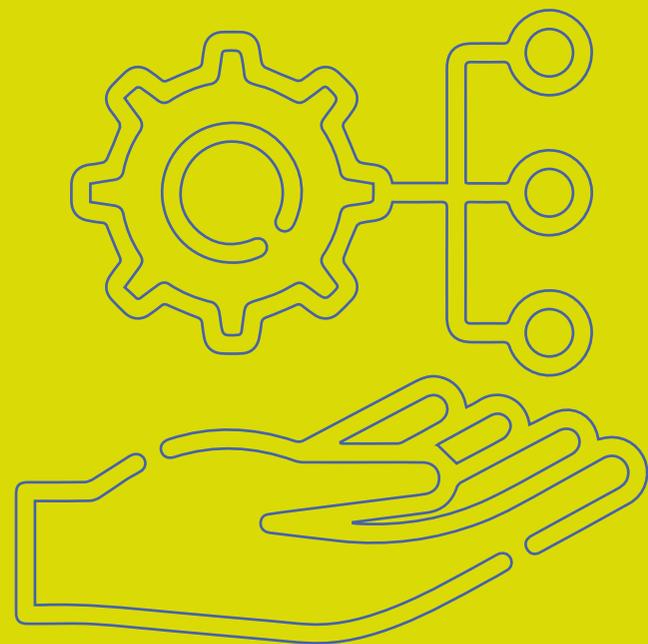
Anotações Delegados - 2022	
77 - SOLIDARIEDADE	2
22 - PL	2
55 - PSD	1
21 - PCB	3
14 - PTB	4
11 - PP	3
19 - PODE	5
Federação PSDB CIDADANIA	1
20 - PSC	2
Total	23

PEDIDOS DE ANOTAÇÃO ANALISADOS	2021		2022	
	Esta-dual	Muni-cipal	Esta-dual	Muni-cipal
36 - AGIR - Agir	7	5	7	3
70 - AVANTE - Avante	8	9	3	19
23 - CIDADANIA - Cidadania	7	72	9	79
27 - DC - Democracia Cristã	1	17	1	4
25 - DEM - Democratas (*)	-	24	-	-
15 - MDB - Movimento Democrático Brasileiro	12	248	1	155
30 - NOVO - Partido Novo	6	-	-	1
51 - PATRIOTA - Patriota	5	15	7	2
21 - PCB - Partido Comunista Brasileiro	4	-	-	-
65 - PCdoB - Partido Comunista do Brasil	4	56	1	27
29 - PCO - Partido da Causa Operária	-	-	6	-
12 - PDT - Partido Democrático Trabalhista	1	75	3	40
22 - PL - Partido Liberal	-	14	15	167
35 - PMB - Partido da Mulher Brasileira	10	1	11	3
33 - PMN - Partido da Mobilização Nacional	4	2	2	1
19 - PODE - Podemos	-	46	6	3
11 - PP - Progressistas	-	62	3	12
90 - PROS - Partido Republicano da Ordem Social	11	37	11	46
28 - PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	3	3	12	6
40 - PSB - Partido Socialista Brasileiro	8	111	3	97
20 - PSC - Partido Social Cristão	7	26	3	18
55 - PSD - Partido Social Democrático	7	206	7	129
45 - PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira	2	203	3	195
17 - PSL - Partido Social Liberal (*)	8	101	-	1
50 - PSOL - Partido Socialismo e Liberdade	8	100	7	18
16 - PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	2	1	6	1
13 - PT - Partido dos Trabalhadores	4	19	2	23
14 - PTB - Partido Trabalhista Brasileiro	10	55	8	43
43 - PV - Partido Verde	3	7	-	8
18 - REDE - Rede Sustentabilidade	10	19	8	4
10 - REPUBLICANOS - Republicanos	5	91	10	34
77 - SOLIDARIEDADE - Solidariedade	12	83	9	1
44 - UNIÃO - União Brasil	-	-	2	3
80 - UP - Unidade Popular	5	2	-	-
Federação PSDB CIDADANIA (PSDB/CIDADANIA)	-	-	2	-
Federação PSOL REDE (PSOL/REDE)	-	-	3	-
Fed. Brasil da Esperança (FE BRASIL (PT/PCDOB/PV)	-	-	2	-
TOTAIS	174	1.710	173	1.143
	1.884		1.316	

(*) DEM e PSL foram extintos por fusão em 2022, originando o União Brasil



ADMINISTRAÇÃO 5.0



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

É APROVADO POR UNANIMIDADE

O Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Pará (Peje-pa) para o período 2021/2026 foi aprovado na sessão extraordinária realizada em junho, pelos membros da Corte Eleitoral. Alguns magistrados participaram da sessão no plenário Antônio Koury, na sede do TRE, e outros por meio de videoconferência.

A desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento declarou aprovada, por unanimidade, a resolução que dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Pará para o período 2021-2026 e seu

alinhamento à estratégia nacional do Poder Judiciário.

O chefe da Secretaria de Planejamento, Sandro Borges, apresentou aos juízes da Corte a proposta de resolução ajustada com o Conselho de Governança. A proposta foi encaminhada previamente aos juízes e à procuradora do Ministério Público, para avaliação.

Participaram da sessão extraordinária a presidente do Tribunal; o corregedor eleitoral substituto, desembargador José Maria Teixeira do Rosário, e os juízes Edmar Pereira e Diogo Condurú, além de outros servidores do Tribunal.

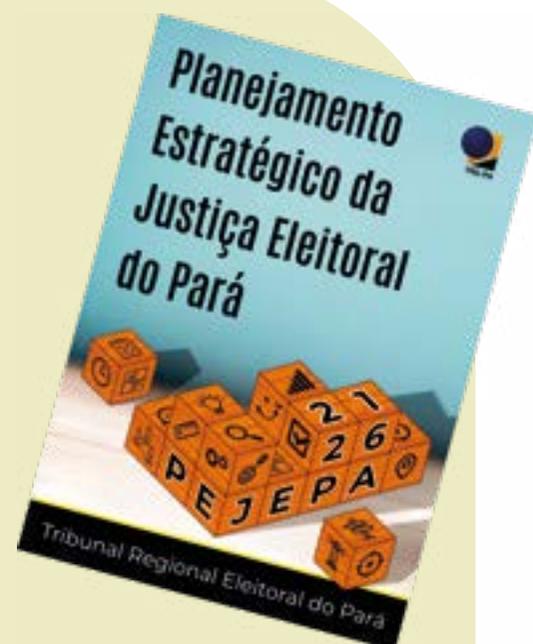


O PROCESSO DE ELABORAÇÃO

O planejamento inicial foi traçado entre os meses de novembro e dezembro de 2020. As pesquisas e ferramentas foram aplicadas entre janeiro e abril de 2021.

Em maio de 2021 foram realizadas oficinas para construção e validação dos macrodesafios. Em junho do mesmo ano, ocorreram as oficinas para descrição dos macrodesafios e indicadores, finalizando com a reunião do Conselho de Governança, composto pela presidente do Tribunal, o vice-presidente, o diretor-geral e os secretários.

No dia 28 de junho de 2021 a proposta de resolução foi aprovada, para encaminhamento ao Pleno.



Uma das apresentações utilizadas na elaboração do Pejepa 2021-2026; Diretor-geral, Felipe Houat (à esq.), com outros macrogestores em oficina do Pejepa.

Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, na cerimônia de aprovação do Pejepa 2021/2026, observada pelo secretário de Planejamento, Sandro Borges (página anterior)..



Juiz federal Marco Bruno ministrando oficina para macrogestores (à direita).

PLANO DE GESTÃO

Uma construção participativa com os macrogestores (diretor-geral, secretários e juízes), representantes das Zonas Eleitorais e o eleitor, assim foi definido o Plano de Gestão da presidente do TRE Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães.

O Plano de Gestão para o período de 2021 a 2023 onde constaram sete programas principais voltados para o público interno e externo que somam 52 ações. A construção foi com metodologia baseada em intensa participação e técnica de administração do duplo diamante.

“Estamos vivendo no mundo a 5ª Revolução Industrial que é a volta do olhar para as pessoas. Pensando em pessoas e construído por pessoas, tivemos diversos atores contri-

buindo para a construção de ações e projetos para o Plano de Gestão”, explica o diretor-geral do TRE Pará, Felipe Brito.

Os projetos foram agrupados em programas a partir das temáticas e de seus potenciais impactos de inovação e modernização: A serviço da sociedade; Desenvolvendo Pessoas; Justiça 5.0; Administração 5.0; TRE Inclusivo; Segurança Integral e Cooperação.

Todas as ações estão alinhadas aos macrodesafios do Poder Judiciário para o período de 2021-2026. Entre elas estão: expansão de novos postos eleitores; novo disque eleitor; totem de autoatendimento; escola de formação política; pacto pela cidadania; revitalização dos cartórios eleitorais.

REPOSITÓRIO ARQUIVÍSTICO

SEGURANÇA E ACESSIBILIDADE AO DOCUMENTO DA JUSTIÇA ELEITORAL

Para assegurar a preservação dos dados e documentos digitais e viabilizar maior acessibilidade às informações neles contidas o TRE Pará adotou um repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq), desenvolvido como software livre, gratuito e de código aberto, projetado para manter os dados nos mais altos padrões de preserva-

ção digital e o acesso.

Em 27/08/2021 foi homologada a implantação das plataformas AtoM e Archivemática meios preservação digital de seu acervo arquivístico. E com a experiência adquirida, o Regional do Pará atuou como colaborador técnico na implantação do RDC-Arq em outros tribunais, tais como TRE-PB, TRE-GO e TJ-AC.

SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

A Gestão direcionada por valores de eficiência, modernização, celeridade e confiabilidade durante o biênio 2021-2023 concentrou esforços no desenvol-

veu diversos sistemas administrativos para otimização das rotinas de trabalho das diversas áreas setoriais do Tribunal, com destaque para os seguintes:

SEVEN	Sistema para gerenciamento de participações em eventos organizados pelo TRE-PA, que permite inscrições on line, por exemplo.
SISTEMA DE REGISTROS ELETRÔNICOS	Desenvolvimento de módulo SEI para atender demanda da CRE para registro eletrônicos dos livros cartorários
MÓDULO SEI - PUBLICDOCS	Permite a publicação de atos normativos no publicador de documentos, de forma mais ágil.
SOF - MÓDULO DE FINANCEIRO	Possibilita a gerência mais dinâmica dos recursos orçamentários assim como a elaboração do ETPs.
SISTEMA DE CONTROLE DE IMUNIZAÇÃO	Outra aplicação desenvolvida em tempo recorde para gestão das informações das imunizações dos servidores do regional.
SISTEMAS NA ÁREA DE PESSOAL	Otimiza a marcação e alteração de férias, a indicação das substituições nos afastamentos legais dos servidores de férias, folgas ou licenças.



PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO CENTRO CULTURAL

O TRE Pará contratou o museólogo Antônio Carlos Lobo Soares para elaborar o Projeto Expográfico de Atualização e Modernização das Áreas Expositivas do Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE).

O projeto de atualização abrange os espaços destinados à exposição de longa duração, no térreo, e de exposições temporárias no pavimento superior. No térreo, o projeto de intervenção tornará a expografia mais dinâmica e interativa, com recursos tecnológicos modernos que atraiam o interesse do público juvenil, principal alvo.

Para isso, os textos utilizados na exposição atual, o acervo de urnas, medalhas, documentos históricos e o gabinete de ex-presidentes do TRE deverão ser reaproveitados. O objetivo principal da intervenção no pavimento superior é ampliar a versatilidade do espaço destinado a exposições temporárias, com a introdução de projetor, tela de grande dimensão e elementos de suporte das obras, mais modernos e dinâmicos. Acessibilidade é a palavra-chave nos espaços de exposição, em todos os sentidos.



BIBLIOTECA DO TRE PARÁ É LÍDER EM EMPRÉSTIMOS

A Biblioteca do TRE Pará funcionou normalmente nos anos de 2021 e 2022. Foi reaberta ao público externo em junho de 2021, após a contratação de um bibliotecário terceirizado.

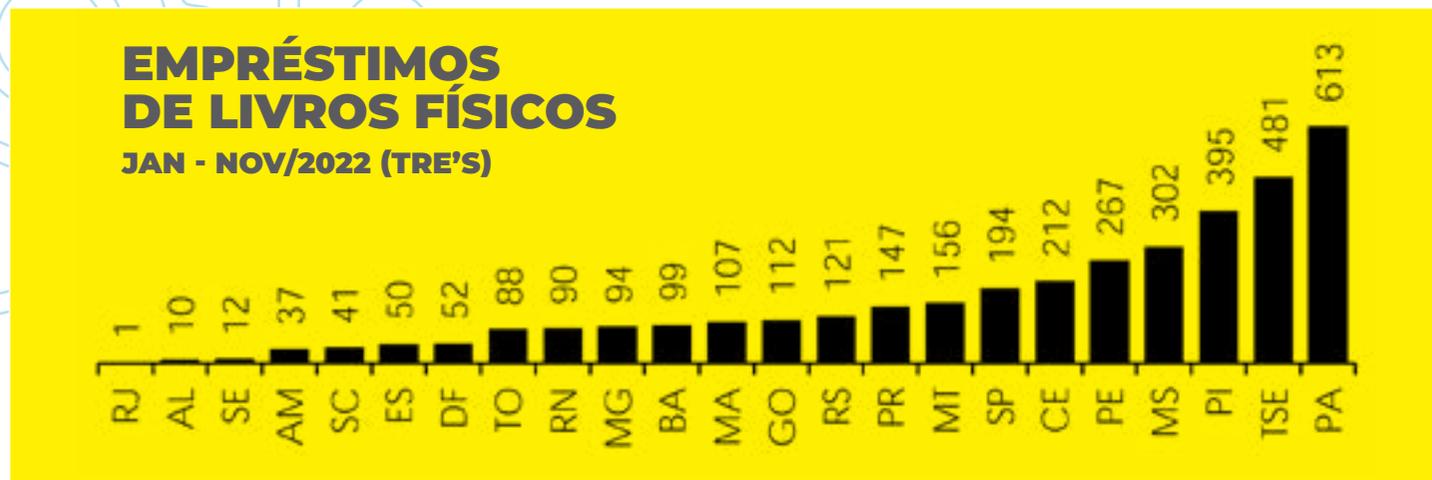
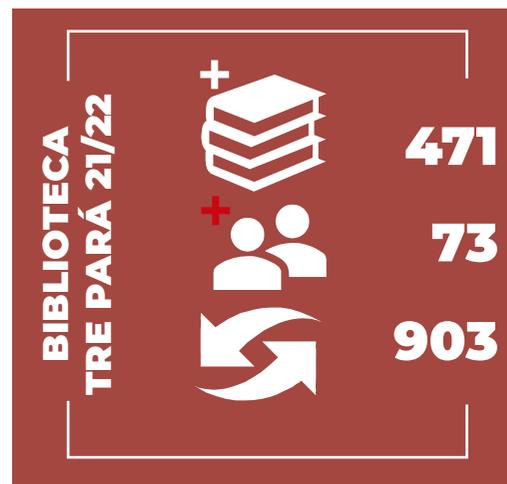
Outra ação importante desse biênio foi a publicação da Portaria que dispõe sobre o regulamento da biblioteca, especificando o cadastro de usuários e critérios para empréstimos.

A biblioteca se manteve em primeiro lugar em empréstimos de livros dentre as bibliotecas dos Tribunais Regionais Eleitorais e do próprio Tribunal Superior Eleitoral - TSE (Dados atualizados de 1 de janeiro de 2021 a 11 de novembro de 2022 da Plataforma Athena Reports V3.0).

No biênio foi disponibilizada a plataforma virtual “Minha Biblioteca”, que contempla obras de várias editoras, incluindo Saraiva, Atlas, Forense e Método, e conta com um acervo jurídico digital com mais de 3.000 títulos de

livros, atualizados nas diversas áreas do Direito, em especial no Direito Eleitoral.

Tanto a biblioteca física como a virtual buscam enriquecer e ampliar o acervo do Tribunal Regional Eleitoral do Pará e atender às demandas de magistradas, magistrados, servidoras e servidores, contribuindo para facilitar a realização de pesquisas e estudos, e proporcionando praticidade, mobilidade e rapidez no desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas no ambiente de trabalho ou fora dele.



DESBASTE DA BIBLIOTECA



Livros que não estavam sendo utilizados, por estarem desatualizados ou em estado irrecuperável, entraram na lista para desbaste

O desbaste de livros de uma biblioteca é o processo de remoção, previamente planejado e organizado, de documentos, livros, periódicos, fitas VHS e outros materiais do acervo de uma biblioteca, permitindo a atualização permanente da coleção.

Hoje, a previsão do processo de desbaste está preconizada em Portaria. Em 2021, aproximadamente 500 livros que não estavam sendo utilizados, por estarem desatualizados ou em

estado irrecuperável, entraram na lista para desbaste.

DOAÇÕES DOS LIVROS – O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Uruará (Sinspur) manifestou interesse por alguns exemplares. Os itens restantes foram encaminhados para a Cooperativa de Trabalho de Catadores de Resíduos Sólidos da Amazônia (Coopresam), que atua com reciclagem e mantém, com o Tribunal, acordo de coleta seletiva.

ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL DA 9ª ZE DE CURUÇÁ

No ano de 2017 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a extinção e o remanejamento de todas as Zonas Eleitorais que não atendessem a alguns critérios, como o número mínimo de eleitores.

Como resultado da determinação, a 9ª ZE, de Curuçá, recebeu o município de São João da Ponta, que antes fazia parte da 8ª ZE, em Vigia de Nazaré. Com a mudança, a documentação pertencente ao município remanejado também foi transferida para a 9ª Zona Eleitoral.

Com essas adequações, houve a necessidade de realizar uma organização arquivística de todo o acervo documental da Zona Eleitoral de Curuçá. Durante a ação, o material inapropriado foi recolhido e descartado de forma correta na sede do Tribunal.

Todo o patrimônio documental da 9ª ZE foi preser-



ANTES

DEPOIS

vado, sendo devidamente avaliado e classificado conforme as normas e instrumentos de gestão documental do TRE Pará. Com a ação, foi otimizado o espaço físico do Cartório, diminuindo o tempo de busca e o acesso à informação. A administração do Cartório ficou mais eficaz, melhorando o atendimento ao público e a prestação jurisdicional.

ALMOXARIFADO NA ERA VIRTUAL

O Almojarifado Virtual Nacional (AVN) é uma iniciativa do Ministério da Economia para o fornecimento de materiais de consumo administrativo. O Almojarifado Virtual é uma forma mais simples, rápida e econômica de adquirir produtos de escritório, e conta com entregas em todo o território nacional.

O serviço tornou possível a aquisição de itens de consumo administrativo, como materiais de escritório, suprimentos de informática e papelaria. Itens classificados como permanentes - computador e quadro branco, por exemplo - não são fornecidos pela iniciativa.

Dentre as vantagens de adesão ao AVN estão a re-

dução significativa dos custos administrativos, o alinhamento dos materiais à sustentabilidade, a desburocratização do processo de fornecimento, a redução de espaço físico ocupado com estoque e a mitigação do risco de perecimento de produtos por mudanças bruscas de consumo, como a observada durante o período da pandemia.

A primeira entrega de materiais de expediente adquiridos por meio do AVN ocorreu em junho de 2022.

NOVO DEPÓSITO

O novo depósito de bens do TRE Pará, localizado no bairro da Campina, em Belém, está em pleno funcionamento. Depois de algumas adaptações, feitas pela equipe terceirizada da Seção de Manutenção de Sistemas Prediais (Semap), foi dado início ao processo de transferência física dos bens.

Atualmente, os bens permanentes, antes armazenados no galpão em Ananindeua, estão a cinco minutos da sede do Tribunal, em um novo e adequado espaço, que conta com ampla área de armazenagem, sala administrativa, garagem, área de manobra e portaria com segurança 24 horas, além de: Atendimento mais célere das demandas das unidades do TRE Pará; Ampliação do espaço útil de armazenamento e otimização da



ocupação com porta-paletes; Redução dos custos com transporte e operacional para ida ao depósito; Melhor controle patrimonial das unidades responsáveis.

Ainda em 2022 foram adquiridos paletes, porta-paletes e empilhadeira elétrica para melhor guarda e movimentação dos bens no depósito, otimizando o aproveitamento do espaço.

DOAÇÃO DE BENS

O TRE Pará iniciou a doação de diversos bens a órgãos públicos e 11 instituições sociais, previamente selecionadas por meio de editais, que tornaram públicos os processos de desfazimento iniciados no segundo semestre de 2021. Foram beneficiadas as escolas estaduais Cruzeiro do Sul e Yolanda Peralta, além da Secretaria de Administração (Se-

mad), da Prefeitura de Abaetetuba.

Na categoria de bens permanentes, itens como bebedouros, peças de mobiliário, cadeiras giratórias, cadeiras e mesas plásticas, estantes, gaveteiros e condicionadores de ar.

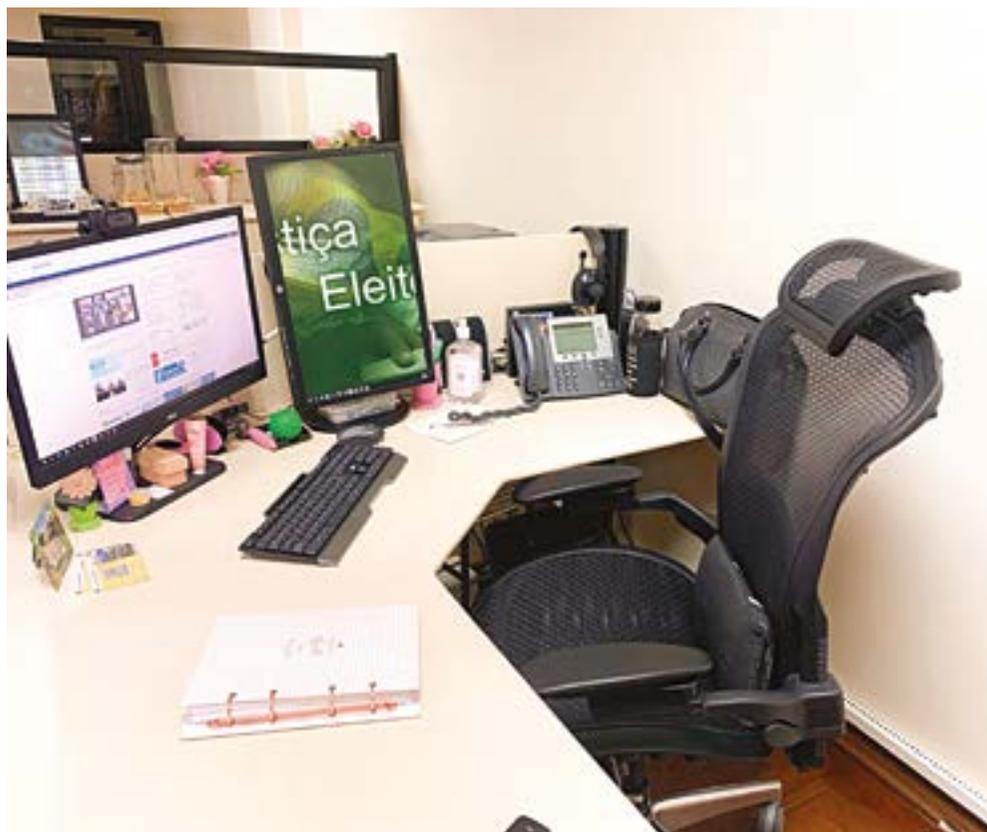
Entre os bens de informática foram entregues microcomputadores, notebooks, impressoras, teclados, monitores e estabilizadores, totalizando 1.800 itens. As doações atendem a diversos objetivos sociais e de sustentabilidade, privilegiando o interesse social, além de contribuir para o funcionamento de outros órgãos públicos e instituições, sem que seja necessário o uso de recursos públicos para novas aquisições.



MOBILIÁRIO ERGONÔMICO

Com o objetivo de melhorar a saúde e a comodidade das servidoras e dos servidores do TRE Pará foram adquiridas 700 novas poltronas ergonômicas, para substituir integralmente as existentes na sede, as quais, mesmo atendendo aos requisitos gerais de ergonomia, não possuíam apoio lombar.

Outras iniciativas que tiveram como objetivo oferecer um ambiente de trabalho mais confortável e produtivo, como reformas de salas, revitalizações prediais e instalação de novas centrais de ar-condicionado, foram feitas ao longo da gestão.



PESQUISA AVALIA TRANSPORTE

Com objetivo de melhorar continuamente a qualidade do serviço e alcançar alto padrão de excelência, a área de Transporte do TRE Pará lançou a Pesquisa Permanente de Satisfação, que visa obter, a partir da opinião e do feedback das servidoras e dos servidores, informações sobre o serviço oferecido.

Com os dados será possível implantar as melhorias sugeridas, aumentando a qualidade do serviço prestado. Todos os veículos da frota contam com formulário de avaliação fixado ao banco, que permite, de forma rápida e prática,

acessar a pesquisa por meio de QR Code e avaliar a cortesia do condutor, a segurança na direção e as condições do veículo.



NOVOS EQUIPAMENTOS

PARA REUNIÕES E APRESENTAÇÕES

A pandemia de Covid-19 exigiu do Tribunal uma rápida adaptação às novas rotinas de sessões virtuais de julgamento, trabalho remoto e reuniões a distância.

Tudo isso demanda recursos audiovisuais no dia a dia. Esse novo contexto impulsionou a aquisição de novas televisões de 75" e 65", que foram instaladas no plenário, auditório e salas de reunião da Presidência, Diretoria-Geral e Corregedoria.

Os novos aparelhos de 75" (foto ao lado) permitem melhor apresentação de conteúdos, inclusive para o formato híbrido de reunião. Os aparelhos de tv de 65" ajudaram a padronizar os gabinetes das secretarias, ambientes

notadamente marcados por apresentações e repasses internos, além de viabilizarem o atendimento às demandas por montagem de espaços específicos para as eleições.



CELULARES SÃO DISTRIBUÍDOS ÀS ZE'S

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará, por meio da Secretaria de Administração, disponibilizou aparelhos de telefonia móvel para as 100 Zonas Eleitorais do Pará.

A contratação, sugerida pela Diretoria-Geral do Tribunal, viabiliza o contato contínuo dos chefes de cartórios com o público externo e demais unidades do Tribunal, e moderniza os serviços de atendimento ao público e convocação de mesários.

Os celulares corporativos contribuirão, ainda, para a rápida tomada de decisões e redução de deslocamentos físicos, proporcionando economia com a redução de ligações feitas para outros telefones móveis.

Além dos celulares com chip em regime de comodato, estão inclusos na contratação o serviço de telefonia móvel pessoal local e de longa distância nacional e o serviço móvel de acesso à internet.

AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES AMPLIAM QUALIDADE DOS SERVIÇOS

O uso da tecnologia em prol da sociedade é marca dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, em especial a paraense. Para atingir os objetivos, a atualização dos equipamentos e serviços contratados é estratégica.

Nos anos de 2021 e 2022 houve diversos investimentos em aquisições e contratações, que subsidiaram diversas inovações e possibilitarão inúmeros ganhos ao público atendido pelo TRE Pará. Os destaques constam das listas abaixo (equipamentos/serviços e os principais benefícios).

WEBCAMS E HEADSETS DE ALTA DEFINIÇÃO SONORA
Atendimento de demandas relacionadas à execução e ao aprimoramento de eventos on-line na sede e Cartórios Eleitorais; Aprimoramento da qualidade das reuniões, sessões plenárias e conferências online.
NOBREAKS
Segurança dos ativos de TI perante as falhas no fornecimento de energia, principalmente nos Cartórios Eleitorais
COMPUTADORES MINI E NOTEBOOKS
Reaparelhamento tecnológico das Zonas Eleitorais e suporte nas ações de transmissão de dados nas Eleições de 2022
NOVO CONTRATO GOOGLE WORKSPACE
Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa baseada em computação em nuvem
SERVIÇOS DE TELEFONIA VOIP
Objetivando a melhoria contínua de seus serviços e desoneração de custos
GESTÃO DE CONTÍNUA DE VULNERABILIDADES TENABLE.SC E TENABLE.IO
Prover a organização de uma plataforma de cibersegurança que fornece informações oportunas e precisas sobre toda a superfície de ataque, incluindo uma análise completa dos seus ativos e respectivas vulnerabilidades
CONTRATAÇÃO DA NOVA SOLUÇÃO DE ANTIVÍRUS CORPORATIVA
A contratação da solução de antivírus, associada com as demais soluções em segurança objetivam mitigar riscos à infraestrutura deste regional
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MÓVEL VIA SATÉLITE
Adequação da malha de conectividade e redundância para Cartórios Eleitorais
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO MÓVEL À INTERNET, COM TECNOLOGIA 3G OU SUPERIOR
Adequação da malha de conectividade e redundância para Cartórios Eleitorais
REDE NAVEGA PARÁ
Adequação da malha de conectividade e redundância para Cartórios Eleitorais; Instalação de Rede Sem Fio nas ZEs.
LICENÇAS DE SOFTWARE DE BACKUP VEEAM DE BACKUP & REPLICATION ENTERPRISE PLUS
Reservação dos dados armazenados nos ativos de informação consiste em uma das atividades consideradas críticas para a garantia da resiliência e a proteção de dados
CLUSTER 2(DUAS) UNIDADES DE NEXT GENERATION FIREWALL PALO ALTO 3260, GARANTIA E LICENÇAS DE PROTEÇÃO COM VIGÊNCIA DE 3 ANOS
Proteção e segurança as estruturas informacionais do TRE-PA
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E SUPORTE TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EXISTENTES NO DATA CENTER DO TRE-PA
Proteção e segurança as estruturas informacionais do TRE-PA



TREINAMENTO SOBRE SISTEMA PLANO DE CONTRATAÇÕES

Em maio de 2022 os gestores das unidades do TRE receberam treinamento sobre como utilizar o Sistema Plano de Contratações, uma ferramenta de monitoramento utilizada para gerenciar as contratações anuais. O resultado é um melhor acompanhamento das etapas,

minimizando o risco de atrasos e subsidiando decisões sobre remanejamento orçamentário.

Na ocasião foi demonstrada a importância do planejamento e acompanhamento das contratações para o efetivo atendimento das necessidades da Administração e da sociedade.

COMPRASNET - CONTRATOS

O Comprasnet – Contratos é uma ferramenta do Governo Federal que automatiza os processos de gestão contratual e conecta servidores públicos responsáveis pela execução e fiscalização de contratos, tornando as informações disponíveis a qualquer momento e melhorando a gestão e o relacionamento com fornecedores.

Dentre as vantagens da plataforma estão a redução de problemas relacionados às rotinas de trabalho, pleno controle das informações no âmbito dos contratos de um órgão e a promoção da eficiência na gestão contratual, com maior transparência das informações dos contratos. A implantação ocorrerá em cronograma unificado na Justiça Eleitoral.

SISTEMA IMÓVEIS AMPLIA TRANSPARÊNCIA E INTEGRAÇÃO

O novo Sistema Imóveis organiza, gerencia e fornece ampla transparência às demandas relativas aos imóveis, sendo mais uma ferramenta que otimiza e aproxima os serviços oferecidos pela Secretaria de Administração. O Sistema reforça o compromisso da gestão com a integração e o aprimoramento da comunicação com as Zonas Eleitorais.

Agora, todas as servidoras e os servidores podem ter acesso às características, plantas arquitetônicas, fotos, endereço, manutenções realizadas e solicitações efetuadas para cada um dos 105 imóveis atualmente em uso pela Justiça Eleitoral no Estado do Pará, bem como o histórico daqueles não mais utilizados.

O trabalho iniciado em junho de 2021

criou a possibilidade de o sistema deixar de ser apenas um repositório dos dados técnicos dos imóveis para ser alçado à ferramenta de gerenciamento das solicitações de manutenção e reforma predial apresentadas pelos Cartórios, Corregedoria e Presidência, que atualmente são encaminhadas por diversos canais, como processo SEI, e-mail e telefone.

Após a implementação, pela equipe de desenvolvimento de sistemas, das novas funcionalidades mapeadas pela equipe de administração predial, foram incluídas as funções “mapa” e “solicitações de serviços”, e reformulado o tópico “intervenções”. Além disso, agora é possível consultar relatórios estatísticos do patrimônio imobiliário.

MANUAL DE REGULARIZAÇÃO MELHORA GESTÃO DE IMÓVEIS

A regularização imobiliária é um conjunto de procedimentos, medidas e atos necessários à retificação, complementação ou atualização de dados cadastrais e atos pertinentes à aquisição ou incorporação de bens imóveis em nome da União.

Tendo em vista a necessidade de registrar os imóveis próprios da União sob a responsabilidade do TRE Pará, bem como atualizar todos os assentamentos pertinentes no sistema

SPIUnet (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União), no Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) e nos Cartórios de Registro de Imóveis, foi elaborado pela Secretaria de Administração o Manual do Processo de Regularização Imobiliária, o qual garantirá padronização e visão sistêmica das atividades, agilizando as etapas do processo e facilitando a transmissão de conhecimento das rotinas executadas.

APRIMORAMENTO

DA SOLUÇÃO DE BACKUP

A preservação dos dados armazenados consiste em uma das atividades consideradas críticas para a garantia da resiliência e a

proteção de dados. Qualquer perda de dados ou informações pode comprometer a imagem e os serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

2019

Implantação de plataforma de backup baseada no Veeam Backup & Replication para gerenciamento e controle de procedimentos de backup em disco.

2020

Implementada a integração de equipamentos para evitar ataques de ransomwares e perda de dados.

2021

Atualização de software de backup existente no Data Center do TRE Pará e a contratação de ambiente de proteção de dados em nuvem pública.

2022

Implementação de uma terceira cópia de segurança em ambiente de proteção de dados em nuvem pública, agregando recurso de imutabilidade do backup.

LABORATÓRIO SUSTENTÁVEL

O Acordo de Cooperação Técnica nº 24/2022, firmado entre o Tribunal Regional Eleitoral do Pará e o Instituto Alachaster, com a finalidade de operacionalizar ações compatíveis com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU) e o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (2021-2026), os quais compreendem o gerenciamento de resíduos sólidos e a promoção de ações e capacitação relacionadas à educação ambiental, possibilitou a criação de

um projeto de cunho socioambiental, que consiste na doação de equipamentos e acessórios de informática, de origem particular, em bom estado ou passível de conserto.

Os materiais são destinados ao Alachaster, que realiza oficina de manutenção aberta a estudantes da rede pública, provenientes de famílias de baixa renda, cadastradas nos programas sociais do Instituto. O Laboratório Sustentável se encontra em fase inicial, e certificou dez jovens em 2022.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA É MODERNIZADA

Em janeiro de 2021, a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Pará submeteu à apreciação da Corte a reestruturação orgânica do Tribunal, para enfrentar os desafios e as demandas dentro da perspectiva do Plano Estratégico do Poder Judiciário 2021-2026, que estava recém-aprovado.

A reestruturação orientou-se em três principais pilares: 1) A adequação das nomenclaturas de unidades da Secretaria aos padrões utilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Eleitorais de médio porte em geral; 2) A adequação das estruturas de Seções e Núcleos da Secretaria às exigências dos órgãos de controle, à carga de trabalho e à transformação digital, e 3) As alterações somente de funções comissionadas (Assistências, Núcleos e Seções), restringindo-se aos limites de valores disponíveis no quadro geral da Secretaria, conforme estabelecido por lei.

GABINETE VIRTUAL

O Gabinete Virtual fornece apoio remoto operacional e processual às unidades administrativas e judiciárias do Tribunal com quadro de pessoal reduzido, sobrecarga sazonal de atividades e/ou necessidade de profissional especializado para a execução de demandas de natureza específica, urgente ou inadiável.

O apoio é prestado por equipe de servi-

O trabalho resultou na Resolução TRE Pará nº 5.676, de 27 de janeiro de 2021, que regulamentou a nova estrutura orgânica do Tribunal.

Em abril de 2022, por meio da Resolução TSE nº 23.698/2022, foi aprovada a utilização de recursos orçamentários (já disponíveis), do saldo de 35% advindos do valor integral dos cargos em comissão daquele Tribunal, quando houver opção do servidor ocupante pela retribuição do cargo efetivo, a teor do que preceitua o art. 24, parágrafo único, da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, para permitir a transformação, sem aumento de despesa, de novos cargos em comissão.

Considerando ainda a necessidade de reforçar as estruturas existentes e/ou reestruturações (inovações) pontuais na estrutura organizacional do Tribunal Regional, e assim tratar diversos gaps (lacunas), foi aprovada, em 30 de junho de 2022, a Resolução nº 5.730, com a nova estrutura orgânica.

doras e servidores recrutados por períodos específicos, que atendam aos requisitos estabelecidos por edital. O diferencial do recrutamento para o Gabinete Virtual é que a equipe selecionada acumula o apoio prestado com as atividades habituais de sua lotação de origem, recebendo como benefício autorização para o trabalho remoto.

PROGRAMA DE ESTÁGIO CHEGA ÀS ZONAS ELEITORAIS

O TRE Pará estendeu o programa de estágio para as Zonas Eleitorais (ZEs) em 2022. Com esta implantação foram contemplados os municípios que possuem mais de 100 mil eleitoras e eleitores, para os quais foram selecionados estudantes de Direito.

A seleção foi por intermédio da Associação Proativa do Pará (Appa), agente de integração

contratado para essa finalidade, por meio do Contrato nº 46/2022, sendo composta por uma etapa de prova objetiva on-line, de caráter classificatório e eliminatório, com acesso pelo portal da instituição de seleção. As contratações foram efetivadas a partir da segunda quinzena de agosto de 2022, e os estudantes já atuaram durante o período eleitoral.

RECRUTAMENTO PARA APOIO	
ATIVIDADE	Nº PESSOAS
Registro de Candidaturas	11
Apoio às Eleições 2022	130
Disque Eleitor	44
Auditoria da Votação Eletrônica	70
Prestação de Contas Eleitorais	34

PROGRAMA DE ESTÁGIO NAS ZE'S	
MUNICÍPIO	ZONAS ELEITORAIS
Belém	1ª, 28ª, 29ª, 30ª, 73ª, 76ª, 95ª, 96ª, 97ª e 98ª
Ananindeua	43ª e 72ª
Castanhal	4ª e 50ª
Abaetetuba	7ª
Santarém	20ª, 83ª e 104ª
Marabá	23ª e 100ª
Parauapebas	75ª e 106ª

RECRUTAMENTO DE PESSOAL

A cada dois anos é editado o Calendário Eleitoral, que define prazos para as ações preparatórias do processo eleitoral. Para as Eleições 2022, o Tribunal mobilizou servidores e servidoras terceirizados da área de Tecnologia da Infor-

mação (TI) e estagiárias e estagiários, por meio de recrutamento interno e alocação temporária de pessoas, a fim de reforçar o quadro dos cartórios eleitorais do interior e da capital, e atender ao aumento sazonal das demandas.

GESTÃO

QUADRO DE PESSOAL

NOMEIA CONCURSADOS

O TRE Pará possui atualmente 493 cargos efetivos criados, sendo 294 técnicos judiciários (nas especialidades: administrativa, segurança, digitação, enfermagem, operação de computadores e programação de sistemas) e 199 analistas judiciários (nas especialidades: judiciária, contabilidade, análise de sistemas, assistência social, engenharia civil, engenharia elétrica, medicina, odontologia, psicologia e taquigrafia).

POSSE DE NOVOS SERVIDORES - O Tribunal deu prosseguimento ao provimento de cargos vagos com a

nomeação de candidatas e candidatos aprovados no Concurso Público TRE Pará 2019, que teve sua validade prorrogada até agosto de 2024 (Resolução TRE Pará nº 5.718/2022). Para o cargo da especialidade Contabilidade foi feito o provimento por aproveitamento de candidato cedido pelo Superior Tribunal Militar.

CONCURSOS DE REMOÇÃO – O quadro de pessoal nas Zonas Eleitorais passou por modificações, resultantes dos concursos internos de remoção, que oferecem às servidoras e servidores efetivos a possibilidade de movimentação de lotação para outros cartórios eleitorais e para a Secretaria do Tribunal.

CESSÃO DE CADASTRO – No biênio 2021-2022, o Tribunal contribuiu para o provimento de cargos do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, por meio da cessão de pessoas aprovadas no Concurso Público TRE Pará 2019, nomeadas por aproveitamento por aqueles Tribunais.

CARGO	ESPECIALIDADE	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL
ANALISTA JUDICIÁRIO	Administrativa	20	0	20
	Administrativa - Contabilidade	5	0	5
	Apoio Especializado - Análise de Sistemas	11	0	11
	Apoio Especializado - Assistência Social	1	0	1
	Apoio Especializado - Engenharia	2	0	2
	Apoio Especializado - Engenharia Elétrica	1	0	1
	Apoio Especializado - Medicina	3	0	3
	Apoio Especializado - Odontologia	2	0	2
	Apoio Especializado - Psicologia	1	0	1
	Apoio Especializado - Taquigrafia	4	0	4
Judiciária	147	2	149	
TÉCNICO JUDICIÁRIO	Administrativa	247	5	252
	Administrativa - Segurança	8	0	8
	Apoio Especializado - Digitação	5	1	6
	Apoio Especializado - Enfermagem	1	0	1
	Apoio Especializado - Operação de Computadores	13	1	14
Apoio Especializado - Prog. de Sistemas	13	0	13	
TOTAL		484	9	493

CESSÃO DE CANDIDATAS(OS) APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO TRE-PA 2019 PARA PROVIMENTO POR APROVEITAMENTO		
TRE-AP	Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Análise de Sistemas	2
	Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Operação de Computadores	3
TRT8ª	Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Análise de Sistema	7
	Técnico Judiciário - Área Administrativa	9



POSSE NOVOS SERVIDORES – CONCURSO PÚBLICO TRE-PA 2019

Cargos providos		Unidades e Zonas Eleitorais de lotação das novas servidoras e servidores	
ANALISTA JUDICIÁRIO	Área Judiciária	7	Zonas Eleitorais: 16ª, 22ª, 35ª, 38ª, 46ª, 74ª e 79ª
	Área Administrativa	3	Belém
	Área Apoio Especializado - Especialidade Medicina	1	Belém
TÉCNICO JUDICIÁRIO	Área Administrativa	24	Zonas Eleitorais: 16ª, 17ª, 22ª, 26ª, 34ª, 38ª, 44ª, 45ª, 48ªZE, 79ª, 82ª, 86ª, 88ª, 89ª, 90ª, 91ª, 92ª, 99ª e 102ª
	Área Apoio Especializado - Especialidade Operação de Computadores	4	Belém



CONCURSOS DE REMOÇÃO

ANO	Analista Judiciário/Área Judiciária	Técnico Judiciário/Área Administrativa	Unidades e Zonas Eleitorais que receberam as servidoras e servidores removidos
2021	8	20	Secretaria, PAE33, Zonas Eleitorais: 1ª, 3ª, 7ª, 9ª, 11ª, 18ª, 20ª, 27ª, 31ª, 33ª, 39ª, 42ª, 51ª, 54ª, 61ª, 69ª, 81ª, 84ª, 96ª e 101ª.
2022	9	20	Secretaria, Zonas Eleitorais: 1ª, 7ª, 11ª, 14ª, 18ª, 24ª, 25ª, 28ª, 32ª, 33ª, 35ª, 37ª, 39ª, 40ª, 46ª, 51ª, 56ª, 57ª, 62ª, 64ª, 70ª, 75ª, 81ª, 93ª, 104ª e 106ª.

COMBATE E CONTROLE DA COVID-19

Durante todo o ano de 2021, o TRE Pará manteve constante acompanhamento da situação epidemiológica na pandemia de Covid-19, para resguardar a saúde de seu corpo funcional.

Em janeiro de 2021 foi publicada a Portaria TRE Pará nº 20.074, que criou a Comissão Técnica Especial de Saúde para Atenção à Pandemia da Covid-19 (CTESAP), visando à implementação e ao acompanhamento de medidas preventivas ao contágio da doença causada pelo novo coronavírus (Sars-COV-2), observadas as orientações e diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelas autoridades regulatórias de saúde nacionais e regionais.

Considerando que nos meses iniciais do ano houve significativo aumento no núme-

ro de casos, e elevado risco de saúde para transmissão da Covid-19, conforme verificado pela Comissão Técnica de Saúde em Atenção Especial à Pandemia da Covid-19 e pelos protocolos específicos de bandeiramento (níveis de risco), apresentados pelo Decreto Estadual nº 800, de 31 de maio de 2020, o Tribunal adotou as medidas contidas na linha do tempo abaixo.

É preciso destacar que o Tribunal sempre manteve o atendimento à sociedade por meio das ferramentas disponibilizadas no seu sítio eletrônico, a exemplo dos sistemas “Contato” e “TítuloNET”, bem como possibilitou, excepcionalmente, em casos de risco de perecimento de direitos ou impossibilidade de acesso aos serviços eletrônicos, o agendamento de atendimento presencial.

JAN/2021

PORTARIA TRE PARÁ 20.087 – estabeleceu regime de trabalho remoto nas Zonas Eleitorais do Baixo Amazonas e Sudoeste Paraense.

PORTARIA TRE PARÁ 20.097 – suspendeu, entre 1º de fevereiro e 31 de março de 2021, o atendimento presencial ao público; autorizou, de 1º de fevereiro a 30 de abril de 2021, a realização de trabalho remoto pelos servidores e estagiários de grupo de risco para agravamento da Covid-19.

FEV/2021

PORTARIA TRE PARÁ 20.130 – reduziu para seis horas a jornada diária de trabalho, no período de 18/02/2021 a 30/04/2021.

MAR/2021

PORTARIA TRE PARÁ 20.195 – estabeleceu regime de trabalho remoto, no período de 04 a 31 de março de 2021.

PORTARIA TRE PARÁ 20.262 – estendeu o prazo de regime de trabalho remoto até 16 de abril de 2021..

REGULAMENTO DO TELETRABALHO

Um dos projetos do Plano de Gestão Biênio 2021-2022 teve como objetivo a revisão da norma que regulamenta o teletrabalho no âmbito do TRE Pará. O grupo de trabalho responsável pelos estudos técnicos, fez a análise de normas similares vigentes em outros órgãos, além de ampla discussão com representantes das áreas técnicas de gestão de pessoas.

A minuta da norma revisada pelo grupo de tra-

balho incluiu a possibilidade do teletrabalho para as Zonas Eleitorais e melhoramento dos mecanismos de controle da administração com relação a sua concessão.

Considerando a publicação pelo Conselho Nacional de Justiça da Resolução 481/2022, que alterou as regras para concessão do teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário, a minuta será revista pela próxima gestão para o caso de haver necessidade de ajustes e adaptações.

ATOS SOBRE ADMISSÃO DE PESSOAL

Nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público.

As exceções são para nomeações a cargo de provimento em comissão, bem como as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o

fundamento legal do ato concessório.

O quadro ao lado sintetiza os atos de pessoal analisados pela Auditoria Interna e encaminhados para apreciação do TCU no biênio 2021/22, atualizado até agosto de 2022.

CICLO DE ESTUDOS - O Primeiro Ciclo de Estudos de Auditoria Interna foi voltado aos servidores e estagiários da Secretaria de Auditoria do Tribunal. O objetivo é a atualização e assimilação de temas, incluindo governança do Tribunal, gestão de riscos e planejamento de auditorias.

APOIO AO CONTROLE EXTERNO	
Ato Fiscalizado	Pareceres ao TCU
Admissão	28
Aposentadoria	25
Pensão civil	5
TOTAL	58

Fonte: Sistema e-pessoal (TCU)

ABR/2021

PORTARIA TRE PARÁ Nº 20.316 – estendeu até 30 de junho de 2021 o trabalho remoto ao chamado grupo de risco da Covid-19; estendeu até 30 de abril de 2021 a realização de trabalho remoto às demais servidoras, servidores, estagiárias e estagiários; suspendeu o atendimento presencial ao público em geral até 30 de junho de 2021.

JUL/2021

PORTARIA TRE PARÁ 20.463 – retorno ao regime de trabalho presencial, a partir de 02 de agosto de 2021, observado o mínimo de força laboral de dois terços em regime de revezamento; retorno do atendimento ao público externo a partir de 02 de agosto de 2021.

DEZ/2021

PORTARIA TRE PARÁ 20.846 – retorno integral ao regime de trabalho presencial, em horário de expediente regular, a partir de 10 de janeiro de 2022..

COMUNICAÇÃO MAIS INTERATIVA E INCLUSIVA

Uma das principais diretrizes para o desdobramento da estratégia no biênio foi a ampliação da comunicação com os públicos interno e externo.

As peças audiovisuais destacaram-se como fator de sucesso, alcançando um público diverso e com recursos de acessibilidade, como áudio-descrição e Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Até junho de 2022 havia no setor o total de 200 produtos audiovisuais, entre peças

para o YouTube, Instagram e canais oficiais do TRE Pará, e envio à imprensa para veiculação em TVs e portais, além de um total de 134 vídeos apenas no formato “stories”, envolvendo cobertura de eventos, ações, entrevistas e programações, sendo publicados nas redes sociais do Tribunal.

A estratégia de comunicação se utilizou de diversas campanhas e formatos, algumas citadas a seguir.

PRODUÇÃO DE VÍDEOS INFORMATIVOS

A comunicação institucional do TRE Pará se mostrou atenta às tendências das redes sociais ao produzir conteúdo com temáticas e objetivos diversos.

No âmbito interno houve projetos como o “Fique Por Dentro” e o “TRE Informa”, séries de vídeos que divulgaram ações de impacto e relevância para as servidoras e servidores do TRE Pará, na sede e nas Zonas Eleitorais.

As ações de combate ao coronavírus e os

balanços de gestão da desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento foram alguns dos temas abordados.

Entre as séries especiais que destacaram o ambiente interno do TRE Pará estão “Orgulho em ser Servidor(a) TRE Pará”, dividida em sete vídeos com depoimentos internos sobre o orgulho em fazer parte da Justiça Eleitoral no Pará, e “TRE Pará, a gente não para de Trabalhar”, mostrando que o Tribunal não parou as atividades nem mesmo no momento mais crítico da pandemia de Covid-19, e como os setores se adaptaram a isso garantindo segurança para todos.



CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DE INTERESSE PÚBLICO



O Tribunal se uniu a temas de âmbito nacional, e de forte cunho social, como os “15 Anos da Lei Maria da Penha”, o que rendeu um vídeo especial, em parceria com a Comissão de Incentivo à Participação Feminina e a Comissão de Prevenção, Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito do TRE Pará e das Zonas Eleitorais.

Além disso, foi desenvolvida a campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”, proposta pelo CNJ, mostrando a participação do Tribunal Regional e ensinando como uma vítima pode denunciar e conseguir ajuda.

Também foram realizadas séries audiovisuais comemorativas. “Vou te contar... Elas são o Máximo”, que celebrou o Dia Internacional da Mulher com depoimentos sobre o orgulho e os desafios de ser mulher.

Em “90 Anos da Justiça Eleitoral” foram registrados depoimentos de magistradas, magistrados, autoridades, servidoras, servidores, eleitoras e eleitores sobre a importância da comemoração por este marco para a Justiça Eleitoral brasileira.

Já nas produções, “77 Anos do TRE Pará” reuniu depoimentos de eleitoras e eleitores sobre a importância do Tribunal para o exercício da democracia.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Diante do dinamismo das fontes de informação disponíveis ao público atualmente – como blogs e redes sociais – é fundamental que o Tribunal possa responder à sociedade em eventuais “situações de crise”, em especial nas chamadas “fake news”, de forma célere e precisa.

Para atingir esse objetivo, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará trabalhou no sentido de ampliar e qualificar o corpo funcional de sua Assessoria de Comunicação.

A nova contratação de profissionais teve ainda como foco os serviços profissionais vol-

tados para o jornalismo, videojornalismo, revisão textual, edição e diagramação, a fim de informar, contextualizar, oferecer conhecimento, formar opinião e esclarecer, por meio da redação de acontecimentos e da cobertura de assuntos de interesse do Tribunal.

Deste modo, em complemento aos já existentes contratos – Cto. TRE Pará nº 104/2020 (dois jornalistas) e Cto. TRE Pará nº 109/2020 (audiodescrição), foi celebrado o novo Contrato TRE Pará nº 50/2021, que acresceu à equipe três profissionais jornalistas e um produtor audiovisual e do serviço de Clipping Eletrônico.

MAIS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS AOS ELEITORES

Com o objetivo de garantir com que todo eleitorado tivesse acesso a informações importantes, a Assessoria de Comunicação trabalhou de forma incansável na produção de materiais que orientaram o eleitor sobre os serviços da Justiça Eleitoral.

Entre os materiais há séries que abordaram o “Fechamento do Cadastro Eleitoral”; o funcionamento do Programa de “Mesária e Mesário Voluntário”; o exercício de direitos como o “Voto em Trânsito”, e de ferramentas como o “E-Título”, que ganhou uma série de vídeos explicando como ter o aplicativo no celular e fazer uso de suas funcionalidades.

O vídeo “PIE 2022” mostrou como foi feito o Plano Integrado das Eleições 2022; a série “Acessibilidade nas Eleições” reforçou o papel da Justiça Elei-

toral em garantir acessibilidade nas Eleições 2022, e a campanha “Combate às Fake News”.

Além dessas, outras produções de destaque relacionadas às eleições foram: “Urna Pai D’Égua”, uma série de oito vídeos ressaltando a confiabilidade da urna eletrônica e a idoneidade do processo eleitoral brasileiro – tema primordial durante as Comunicações da Justiça Eleitoral na gestão 2021/2022; “Vota Família”, série realizada em parceria com a área socioambiental do TRE, com o objetivo de incentivar as famílias ao exercício do voto, e “Vem Votar!”, campanha que abordou a importância do ato de votar para a democracia e o voto consciente, com participação de artistas representativos do cenário musical paraense.



Equipe do TRE do Pará que atuou no fechamento do cadastro das Eleições 2022



Atendimento de leitores no fechamento do cadastro



Momentos do "Urna Pai D'Égua"



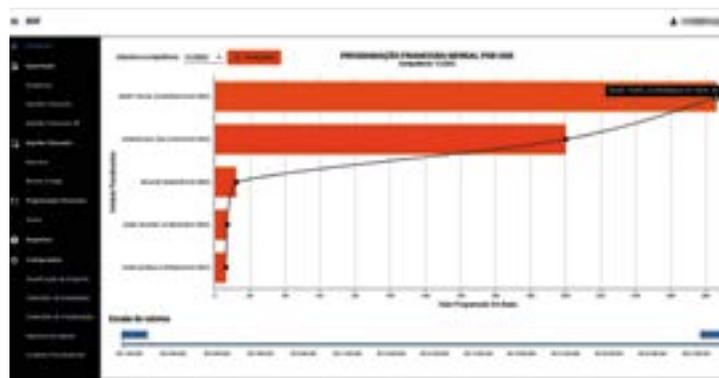
Momentos do "Vota, Família".



APRIMORAMENTO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

O Projeto de Aprimoramento da Gestão da Programação Financeira do TRE do Pará foi desenvolvido com base na implementação de solução informatizada para o gerenciamento dos recursos financeiros para captação de dados junto às áreas de fiscalização de contratos que exijam desembolsos de recursos.

O projeto foi concluído no final de abril de 2022 e imediatamente implementado, o que trouxe maior confiabilidade e celeridade referente às informações da programação financeira, assegurando a soma de recursos necessária e suficiente para melhor execução das despesas obrigatórias e discricionárias, bem como viabili-



ponibilidades financeiras e desembolsos mensais, evitando assim eventuais insuficiências de recursos para o cumprimento de obrigações pecuniárias, além de possibilitar um melhor acompanhamento do Limite de Pagamentos estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto de Gastos Públicos).

CPGF PARA USO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Demanda proveniente do Comitê Gestor Regional e Orçamentário da Política Nacional de Atenção ao 1º Grau, a partir de 2022, o TRE Pará adotou, após a edição da Resolução 5.727/2022, o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) para operacionalização de suprimento de fundos.

O Tribunal celebrou com o Banco do Brasil o Contrato 92/2022 para a prestação de serviços de emissão e administração de CPGF. Trata-se de modalidade de pagamento que proporciona mais agilidade, controle, transparência

e modernidade na gestão dos recursos aplicados por meio do regime de adiantamento, uma vez que permite o estabelecimento de limites de gastos diários, semanais e mensais. Também oferece as modalidades de saque e crédito como meio de pagamento nas aquisições de bens e serviços.

Essa ferramenta facilita a descentralização de recursos para realização de gastos em Zonas Eleitorais de municípios sem agências ou correspondentes bancários, situações que envolvem riscos e despesas com deslocamentos a outros municípios. Além disso, o uso do CPGF não gera custos de serviços ao TRE Pará.



AUDITORIA INTEGRADA

TEM IMPACTOS POSITIVOS

A auditoria financeira nas contas é anual e contínua, e sua certificação deve ser realizada até o dia 31 de março de cada ano, de acordo com a disposição contida no art. 14, § 4º, da IN TCU nº 84/2020 (Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União).

O objetivo é assegurar que as prestações de contas tratadas no título II da Instrução Normativa expressem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis, e emitir relatório e certificado de auditoria com parecer sobre

o cumprimento desses objetivos.

É importante ressaltar que a auditoria trouxe benefícios importantes à governança, sobretudo em razão dos ajustes requeridos antes do término dos exercícios de referência (2020 e 2021). A medida evita distorções maiores, mediante a necessidade evidenciada para regularização dos imóveis do TRE Pará, que reverberam como impactos positivos à gestão pública a partir da implementação, por parte dos gestores públicos, de orientações e/ou recomendações provenientes das atividades de auditoria interna, sendo, portanto, resultantes do trabalho conjunto da unidade de auditoria interna e da gestão.

ACESSIBILIDADE DIGITAL

Essa auditoria teve como objetivo avaliar, no âmbito do Tribunal, a acessibilidade digital do Poder Judiciário, especialmente em relação às medidas adotadas para cumprimento das exigências da Lei nº 10.098/2000, do Decreto nº 5.296/2004, da Resolução CNJ nº 401/2020 e das normas técnicas da ABNT aplicáveis.

Três achados de auditoria evidenciaram diversas oportunidades de melhorias na aces-

sibilidade digital, seja nos portais da intranet e internet do órgão, seja na comunicação oficial nas mídias sociais, e ainda na capacitação de pessoal sobre o tema.

Vale ressaltar que, dentro da sistemática da auditoria coordenada, esta unidade de auditoria encaminhou ao CNJ formulário com as informações obtidas após a execução do trabalho

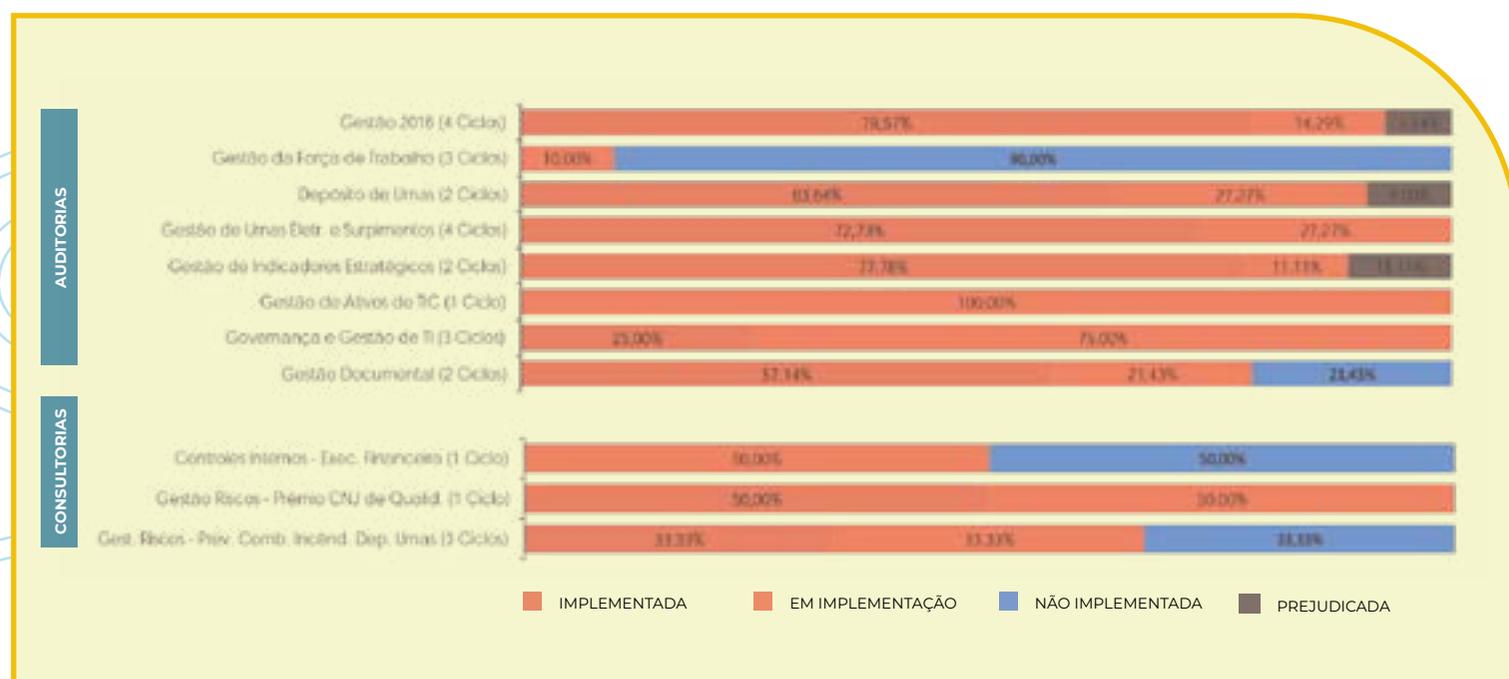
MONITORAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DAS AUDITORIAS VISA GANHOS INSTITUCIONAIS

O ciclo natural das auditorias inclui o acompanhamento das recomendações de outras auditorias e consultorias, para assegurar que o processo de trabalho resulte em ganhos institucionais, tanto pela redução de não conformidades, como pela implementação de melhorias.

Nesta perspectiva, foi desenvolvido o Projeto “Acompanhamento real e estatístico das recomendações da Auditoria In-

terna”, vinculado ao Plano de Gestão 2021-2022, para o gerenciamento em tempo real das atividades de auditoria interna, mediante visualizações rápidas, claras e objetivas do andamento dos serviços da unidade de Auditoria Interna.

Os relatórios gerados, depois de submetidos à Presidência do Tribunal, foram publicados no Portal da Internet do TRE Pará. O ciclo de monitoramento de 2022 ocorrerá em 2023.



JUSTIÇA FORTALECE A

CONNECTIVIDADE DOS CARTÓRIOS



A Justiça Eleitoral enfrenta constantes desafios na prestação de serviços de forma ininterrupta à sociedade. Neste sentido, garantir a adequação da malha de conectividade e redundâncias aos cartórios eleitorais é de extrema relevância.

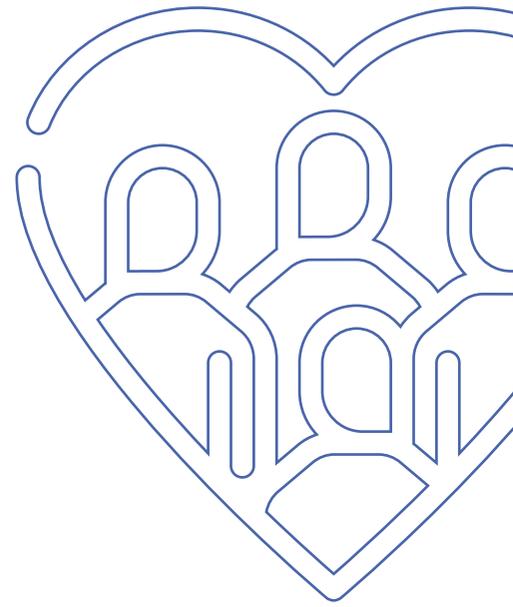
Para aprimorar essa infraestrutura e assegurar redundância de conectividade foram tomadas medidas durante os anos de 2021 e 2022.

Foi assinado o novo contrato de utilização da rede Navegapará, que passou a atender 66 unidades da Justiça Eleitoral paraense, utilizando na transmissão fibra óptica ou rádio, além de ampliar o link principal da rede de conexão com as ZEs para 200 mbps, e adicionar o serviço de acesso à internet em cada Cartório Eleitoral, o que deve possibilitar a instalação de rede sem fio nas ZEs.

Foi aberto processo licitatório de prestação de serviço de acesso à internet banda larga, via transmissão terrestre por fibra óptica, para as outras 32 unidades do TRE Pará, em substituição à comunicação via satélite.

Ata de registro de preços nº 78/2022, que visa contratação de prestação de serviços de acesso móvel à internet, com tecnologia 3G ou superior, com fornecimento de modem em comodato para cada Cartório Eleitoral.

O Tribunal Regional pretende realizar nova contratação de links de comunicação de dados por satélite, em Banda Ka, porém com franquia reduzida, provendo redundância necessária à manutenção do negócio e assegurando a alta disponibilidade dos serviços.



TRE
INCLUSIVO





PROJETO ÁGUA ACESSÍVEL MAIS SAÚDE E ECONOMIA

O projeto estratégico Água Acessível permitiu a instalação de novos modelos de bebedouros acessíveis nos corredores do prédio do TRE, visando reduzir a logística, o custo e o espaço de armazenamento que os modelos antigos exigiam.

A ação faz parte do Programa “Modernizar Instalações Físicas do Edifício-Sede”, constante do Plano de Gestão 2021-2022.

Até a concretização, o projeto passou por algumas etapas, como a limpeza e revestimento na parte interna dos reservatórios de água, além da análise técnica da qualidade da água de consumo nos prédios da sede e nos anexos.

Foram instalados bebedouros acessíveis em aço inox, que fornecem água sem contato manual, por meio de sensor infravermelho

de aproximação e duplo sistema de filtragem, que retém partículas de areia, barro, ferrugem e sedimentos, reduzindo o cloro e eliminando sabores e odores indesejáveis.

Por meio do projeto, houve a aquisição e distribuição de squeezes para servidores, terceirizados e estagiários, que compõem o quadro do TRE Pará.

Entre os principais benefícios alcançados estão a redução dos custos com aquisição de garrafões de água e dos espaços necessários para seu armazenamento; a diminuição dos gastos com energia elétrica, e redução no consumo de copos descartáveis.



DESTINAÇÃO ECOLÓGICA DE RESÍDUOS

O TRE Pará contribui com a diminuição do impacto ambiental ao retornar materiais ao ciclo produtivo, o que promove uma ação de eficiência energética, uma vez que o gasto energético do processo de fabricação destes bens será melhor aproveitado, ao contrário do que seria se os bens fossem descartados no lixo comum.

Um dos exemplos de descarte sustentável é o de garrafões vazios de 20 litros, que estavam com a validade vencida. Esse material foi recolhido pela Cooperativa de Resíduos Sólidos da Amazônia (Coopercresam), que fez a destinação ecológica e correta do material, via logística reversa.



PROJETO DÁ DESTINO ÀS URNAS DE LONA

O Projeto “Votos de Esperança” é uma parceria realizada entre o TRE Pará e a Organização Social Polo Produtivo do Pará, que há 15 anos atua, sem fins lucrativos, na reinserção social de egressas e egressos do sistema penitenciário do Pará.

A parceria visa à destinação ambientalmente correta das urnas de lona inservíveis, para evitar o descarte no meio ambiente, transformando-as em bolsas ecológicas, mochilas, lixeiras, estojos e carteiras. Além de garantir destinação sustentável ao material, o trabalho utiliza a mão de obra de egressos e egressas do sistema penitenciário.

A cooperação foi firmada sem ônus para o TRE Pará, e resultou em contribuição ambiental e social, uma vez que o projeto possibilitou a reinserção, capacitação e geração de renda de pessoas comumente excluídas do mercado de trabalho.

Acima, a desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, presidente do TRE Pará, assina acordo de cooperação. Abaixo, urnas de lonas inservíveis são transformadas em bolsas e outros acessórios.



LINGUAGEM INCLUSIVA

PARA REAFIRMAR IGUALDADE DE GÊNERO

Foi aprovado, por meio da Portaria 20.570/2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, o uso da linguagem inclusiva para flexão de gênero. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sua Resolução 376/2021, destacou que “é premente e conveniente a adoção de ações com vistas à reafirmação da igualdade de gênero, na linguagem adotada no âmbito profissional, em detrimento da utilização do masculino genérico nas situações de designação de gênero”.

A Portaria torna obrigatório o uso da flexão

para nomear profissão e demais designações na comunicação social e institucional, para todas e todos seus integrantes, incluindo desembargadores e desembargadoras, juízes e juízas, servidores e servidoras, assessores e assessoras, coordenadores e coordenadoras, terceirizados e terceirizadas, requisitados e requisitadas, estagiários e estagiárias. A norma vislumbra os princípios da igualdade e da isonomia, ampliando espaços democráticos com tratamento igualitário, ao optar por formas neutras, abrangentes e representativas de tratamento”.

DISQUE INCLUSÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará, diante da importância de oferecer um atendimento inclusivo para garantir a igualdade no acesso às informações pelas eleitoras e eleitores do Estado nas Eleições 2022, instituiu o Disque Inclusão, por meio de chamadas telefônicas para o número 148. O serviço ofereceu um atendimento mais acolhedor, voltado a pessoas com deficiências e outras dificuldades para o pleno exercício do voto.



FUNÇÃO SOCIAL DA MESA RECEPTORA DE VOTO

A formalização de parceria entre o Tribunal Regional Eleitoral e o Ministério Público do Estado do Pará visa à troca de conhecimentos técnicos e ao compartilhamento de custos das ações de capacitação de servidores, que sejam de comum interesse, e ações atinentes à sensibilização dos direitos da pessoa com

deficiência, que tratem da conscientização acerca da necessidade de implantação de medidas que assegurem a ampla e irrestrita acessibilidade física, arquitetônica, comunicacional e atitudinal. Foi elaborado plano de trabalho que estabelece as ações e competências dos órgãos participantes.



CENTRAL DE LIBRAS INICIA ATIVIDADE NAS ELEIÇÕES 2022

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará implementou o serviço de atendimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras), com início antes do 1º turno das Eleições de 2022.

A Central de Libras contou com a atuação dos intérpretes e tradutores creden-

ciados, que intermediaram o diálogo entre servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras da Justiça Eleitoral e eleitores e eleitoras, por meio de videochamadas, promovendo a acessibilidade comunicacional no dia das eleições.

MAIS COORDENADORES EM 12 MUNICÍPIOS

Projeto inclusivo, que visa garantir o exercício da cidadania às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no dia das eleições, resulta de parceria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará com instituições da área de educação.

A iniciativa proporcionou o amplo acesso dos eleitores e eleitoras com dificuldades de deslocamento à seção eleitoral. Foram 53 coordenadores de acessibilidade, que atuaram em 12 municípios do Pará durante o 1º e o 2º turnos das Eleições de 2022.



12 ZE'S OFERECEM ATENDIMENTO ESPECIAL

A PESSOAS COM AUTISMO E SÍNDROME DE DOWN

Uma ação do Tribunal Regional Eleitoral do Pará promoveu, em 1º de abril de 2022, a oferta de serviços da Justiça Eleitoral a pessoas com comprometimento intelectual, em especial as diagnosticadas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), e eleitoras e eleitores com síndrome de Down.

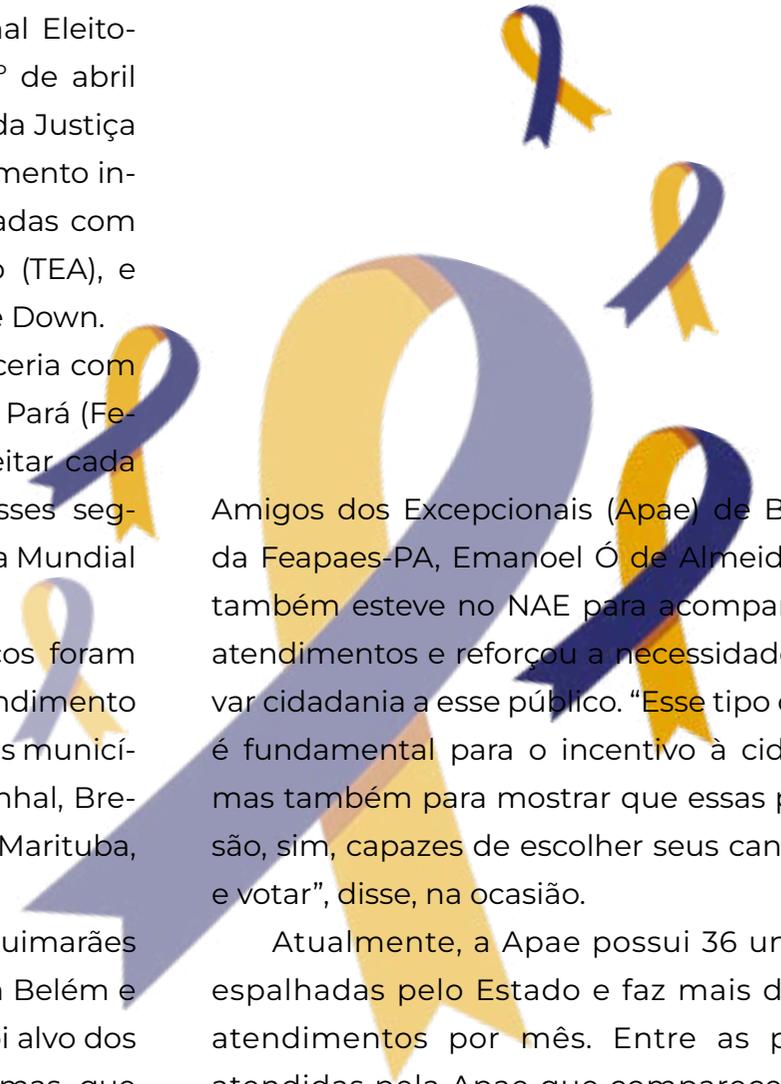
A ação foi resultado de uma parceria com a Federação das Apaes do Estado do Pará (Feapaes-PA), e teve o objetivo de estreitar cada vez mais o relacionamento com esses segmentos sociais, além de celebrar o Dia Mundial da Conscientização do Autismo.

Além da capital, onde os serviços foram disponibilizados no Núcleo de Atendimento aos Eleitores (NAE), a ação ocorreu nos municípios de Altamira, Ananindeua, Castanhal, Breves, Bragança, Capanema, Marabá, Marituba, Parauapebas, Santarém e Redenção.

A desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento acompanhou a ação em Belém e destacou que esse público sempre foi alvo dos atendimentos da Justiça Eleitoral, mas que isso está sendo intensificado.

Os atendimentos fizeram parte de um projeto-piloto, que incluiu também a orientação de mesário para oferecer o atendimento adequado a esse público.

O presidente da Associação de Pais e



Amigos dos Excepcionais (Apae) de Belém e da Feapaes-PA, Emanuel Ó de Almeida Filho, também esteve no NAE para acompanhar os atendimentos e reforçou a necessidade de levar cidadania a esse público. “Esse tipo de ação é fundamental para o incentivo à cidadania, mas também para mostrar que essas pessoas são, sim, capazes de escolher seus candidatos e votar”, disse, na ocasião.

Atualmente, a Apae possui 36 unidades espalhadas pelo Estado e faz mais de 7 mil atendimentos por mês. Entre as pessoas atendidas pela Apae que compareceram ao NAE estava Raiara Marques, 25 anos, que já dispunha de todos os documentos, exceto o título eleitoral.

Todo o atendimento ocorreu com muita tranquilidade, tendo como principal serviço requerido o alistamento eleitoral.

INFORMATIVO ESCLARECE CONCEITOS DE

ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO

O Informativo elaborado pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e da Discriminação nos âmbitos do TRE Pará e das Zonas Eleitorais tem esclarecimentos sobre as diferenças entre assédios moral e sexual, e discriminação.

O material reúne texto, ilustrações e interatividade, por meio de um QR Code, que direciona o leitor que deseja mais informações sobre o assunto para a Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação elaborada pelas comissões.

A ação também visa enfrentar a desinformação, divulgando amplamente as formas de assédio e discriminação, e incentivando a formalização de denúncias à comissão. A iniciativa faz parte da Semana Nacional de Combate ao Assédio e à Discriminação, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Poder Judiciário.

ASSÉDIO
moral - sexual - discriminação
Qual a diferença?

ASSÉDIO MORAL
É o processo contínuo, reiterado e prolongado de condutas que, independentemente de intencionalidade, sejam abusivas e atentem contra a integridade, identidade e dignidade humana da(o) trabalhadora(or), por meio da degradação das relações profissionais e do ambiente de trabalho, discriminação, humilhação, constrangimento, isolamento, exclusão social, difamação ou abalo psicológico.

ASSÉDIO SEXUAL
O assédio sexual é definido por lei como o ato de "constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função" (Código Penal, art. 216-A). Trata-se, em outras palavras, de um comportamento de teor sexual merecedor de reprovação, considerado desagradável, ofensivo e impertinente.

DISCRIMINAÇÃO
A discriminação consiste numa ação ou omissão que dispense um tratamento diferenciado (inferiorizado) a uma pessoa ou grupo de pessoas, em razão do seu pertencimento a uma determinada raça, cor, sexo, nacionalidade, origem étnica, orientação sexual, identidade de gênero, ou outro fator.

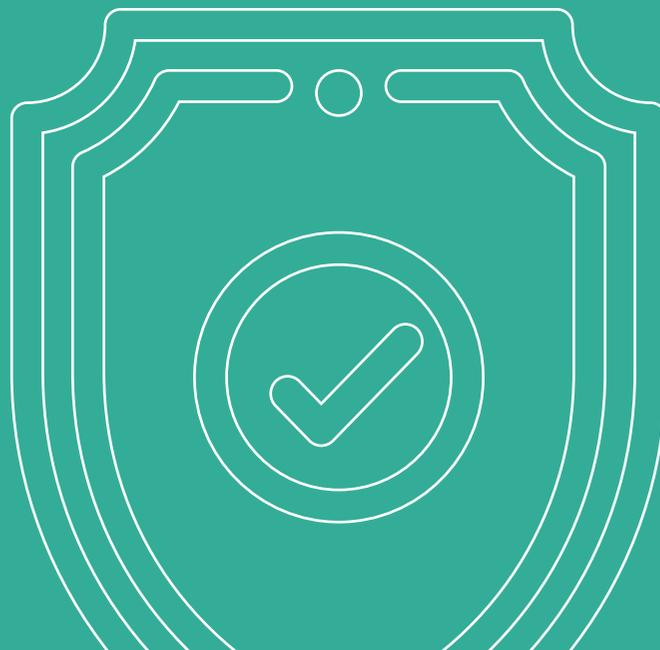
PARA MAIS INFORMAÇÕES
Escaneie o QR Code ao lado e acesse a Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação das Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação no âmbito do TRE PARÁ e no âmbito das Zonas Eleitorais.

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO NO ÂMBITO DO TRE PARÁ E NO ÂMBITO DAS ZONAS ELEITORAIS

TRE PARÁ



 **SEGURANÇA**
INTEGRAL





Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, presidente do TRE Pará, durante o curso de brigadista. Aula prática com a 1ª turma do curso (ao lado).

CURSO PREPARA BRIGADISTA CONTRA INCÊNDIO NO TRE PARÁ

Em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará foi realizado o curso de brigadista contra incêndio, em preparação à criação de brigada própria, concretizando mais um item da política de segurança do TRE Pará, estabelecida pela Re-

solução nº 5.650/2020, do Tribunal Regional. O treinamento teve participação de servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores, e estagiárias e estagiários, que se voluntariaram para a função de brigadista de incêndio nas diversas unidades da Justiça Eleitoral do Pará.

TROCA DE EXTINTORES E CAPACITAÇÃO

Ao priorizar a segurança do corpo funcional, a gestão renovou 354 extintores de incêndio, em 70 unidades da Justiça Eleitoral do Pará, localizadas nas regiões Metropolitana, Nordeste, Sudeste, Sudoeste, Oeste e Marajó.

Além disso, cerca de 370 servidoras e servidores, e colaboradoras e colaboradores, receberam treinamentos teóricos e práticos sobre como, quando e onde utilizar os extintores de incêndio no caso de ocorrências, para combate a pequenos focos de incêndio. Foram repassadas ainda orientações sobre o uso com segurança do quadro de energia elétrica (disjuntores) e os riscos relacionados ao uso do gás de cozinha e acessórios.



PORTAS COM DETECTOR DE METAIS FORTALECEM SEGURANÇA INTERNA

O Tribunal Eleitoral adquiriu quatro portas giratórias, com detectores de metal, para reforçar a segurança interna. A iniciativa torna os prédios da Justiça Eleitoral do Pará mais seguros para o público interno e visitantes, garantindo o pleno exercício da cidadania.

As unidades contempladas com o equipamento de segurança foram o Núcleo de Atendimento ao Eleitor (NAE), Fórum Eleitoral de Marabá, Fórum Eleitoral de Santarém e Anexo 1 do prédio-sede, onde funciona a Secretaria de Tecnologia da Informação.

Portas giratórias, com detectores de metal, instaladas no Fórum Eleitoral de Marabá e no NAE



SISTEMA CONTRA INCÊNDIO

O TRE Pará implantou sistema de segurança contra incêndio e pânico no prédio do Núcleo de Atendimento ao Eleitor (NAE). A implantação tem os seguintes objetivos: Prevenção e eliminação de possíveis incêndios de forma eficiente; Conformidade com as normas vigentes do Corpo de Bombeiros Militar; Preservação de vidas e do patrimônio público, e Minimização de danos e prejuízos, em caso de eventual incêndio.

É uma evolução quanto ao aspecto da segurança dos imóveis da Justiça Eleitoral do Pará. Os próximos projetos de implantação desse sistema são para

o depósito de urnas, o prédio-sede e seus anexos.

SISTEMA CFTV É AMPLIADO - O TRE Pará ampliou em 266 pontos o seu sistema de Circuito Fechado de TV para vigilância, contemplando diversas unidades eleitorais.

A aquisição do sistema de monitoramento por câmera visa garantir a integridade e segurança na circulação de pessoas, bem como o monitoramento das áreas consideradas de risco operacional e os bens patrimoniais, auxiliando a supervisão e o controle predial em imóveis da Justiça Eleitoral, complementando o sistema atual.

CONSULTORIA SOBRE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Entre os diversos esforços da Justiça Eleitoral do Pará para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no âmbito do TRE Pará, foi realizada a consultoria de governança de segurança da informação.

A consultoria objetivou auxiliar na estruturação dos processos que envolvem o tratamento de dados pessoais no Tribunal e a formalização da política de proteção de dados pessoais da instituição, tendo uma atuação de apoio e conjunta com o Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD) e o Núcleo de Governança de TI (NGTI) do Tribunal.

A consultoria visa à concretização do macrodesafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados”, que consta do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Pará (Pejepa) 2021-2026.

Entre os resultados imediatos destaca-se a melhoria da governança institucional, que visa garantir a segurança das informações, a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos clientes internos e externos, a partir da regulamentação e readequação de instrumentos de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados.

TREINAMENTOS EM CIBERSEGURANÇA

As novas tecnologias têm se tornado cada vez mais presentes no cotidiano da população. Por meio digital são realizados pagamentos, relacionamentos e diversas outras ações. Mas junto com o aumento da dependência do meio digital cresce também a quantidade de ameaças e crimes cibernéticos.

Isso torna necessário fortalecer as defesas e sistemas de segurança da informação, e incentivar que as boas práticas de segurança sejam seguidas por quem utiliza as ferramentas no dia a dia.

Nesse sentido, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará vem desenvolvendo algumas iniciativas, com o objetivo de ajudar a promover uma profunda mudança cultural no ambiente

de trabalho, além de oferecer técnicas adequadas de segurança.

TREINAMENTOS – Foram ofertados dois cursos, com a participação de 164 pessoas, na modalidade a distância, na temática da LGPD. O primeiro foi direcionado às equipes do Comitê Gestor de Proteção de Dados, Grupo de Trabalho Intersetorial e Secretaria de Auditoria do TRE Pará, tendo em vista os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos para adequação à lei.

O segundo curso foi aberto ao público, interno e externo, registrando 142 inscrições, sendo 50 de servidores do TRE Pará e o restante de outras instituições. A iniciativa faz parte das ações de conscientização promovidas pela OJE.

SEMINÁRIOS DEBATEM LGPD NOS TRIBUNAIS

TRE Pará recebeu o seminário nacional “Estratégias de Implantação da LGPD nos Tribunais”. O evento contou com a participação da ouvidora e encarregada de dados do TSE, juíza Simone Trento, e de outros palestrantes nacionais. O objetivo do seminário foi debater estratégias que vêm sendo adotadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais sobre adequação à LGPD, em consonância com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O evento contou com a participação de 250 pessoas, sendo 78 presenciais e 172 na modalidade on-line.

Durante o evento foi realizada também uma oficina de trabalho, que resultou em um Protocolo de Intenções para formação de uma rede colaborativa entre os Tribunais sobre a Lei Geral de Proteção de Dados. Entre os órgãos que assinaram o documento estão o TSE, Tribunais de Justiça do Pará (TJPA) e da Bahia (TJBA) e mais 10 Tribunais Regionais Eleitorais do País, incluindo o do Pará.

Encontro avalia desafios da Lei Geral de Proteção de Dados nos Tribunais - Promovido pelo TRE Pará, o encontro abordou os desafios que os Tribunais vêm enfrentando diante da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. O palestrante foi o conselheiro Luiz Fernando Bandeira Melo, ouvidor e encarregado de Dados do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ).

OJE/Pará ministra oficina em evento no Ceará – A organização do seminário “Impactos da LGPD na Justiça Eleitoral: A Proteção de Dados Pessoais como Direito Fundamental”, realizado pelo TRE do Ceará, contou com a participação da Ouvidoria Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Representante da unidade ministrou uma oficina sobre o tema “Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais na Justiça Eleitoral”, junto com a assessora-chefe do TSE, Eliane Bavaresco Volpato. No total, participaram 32 pessoas da oficina, integrantes de 13 Tribunais Regionais Eleitorais.

Como resultado dos grupos foi elaborado um documento, entregue ao TSE, listando as adequações mais imediatas e de médio prazo que necessitam ser realizadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais em relação à Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, e as boas práticas que podem ser replicadas com relação à Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

Encontro sobre os desafios da Lei Geral de Proteção de Dados





Agentes de Polícia Judicial em comemoração ao Ato Normativo com a Presidente e o Diretor-Geral do TRE Pará

REGULAMENTAÇÃO DA POLÍCIA JUDICIAL

O TRE Pará regulamentou a atividade funcional dos agentes da Polícia Judicial no exercício do poder de Polícia Administrativa, o porte de arma de fogo institucional e a identidade visual, no âmbito da Justiça Eleitoral do Pará.

O exercício do poder de Polícia Administrativa se destina a assegurar a or-

dem dos trabalhos do Tribunal, proteger a integridade dos seus bens e serviços, e garantir a incolumidade das magistradas e magistrados, servidores e servidoras, advogados e advogadas, partes e demais frequentadoras e frequentadores das dependências dos Tribunais. O TRE Pará foi um dos primeiros tribunais a regulamentar a Polícia Judicial.

CRIAÇÃO DA ÁREA DE INTELIGÊNCIA

O TRE Pará, buscando qualificar o processo decisório, principalmente em temas estratégicos ou críticos, criou o Núcleo de Inteligência Institucional (NINT), por meio da Resolução TRE Pará nº 5.730/2022.

Para assegurar as melhores estruturas, técnicas e qualificações viáveis para o NINT foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica nº 14/2021, com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) e a Polícia Militar do Estado do Pará.

Os frutos positivos já foram colhidos ao longo do ciclo eleitoral de 2022, com inúmeras atuações preventivas e intervenções do Núcleo, o que assegurou maior agilida-

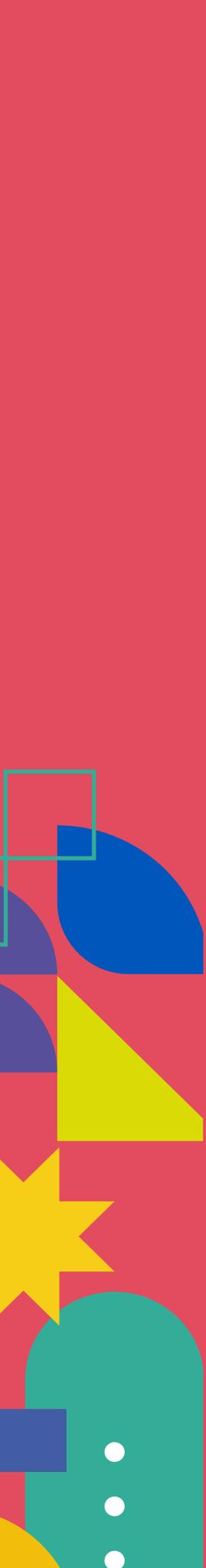
de ao processo decisório de questões mapeadas como críticas.

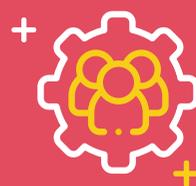
NORMAS APLICÁVEIS

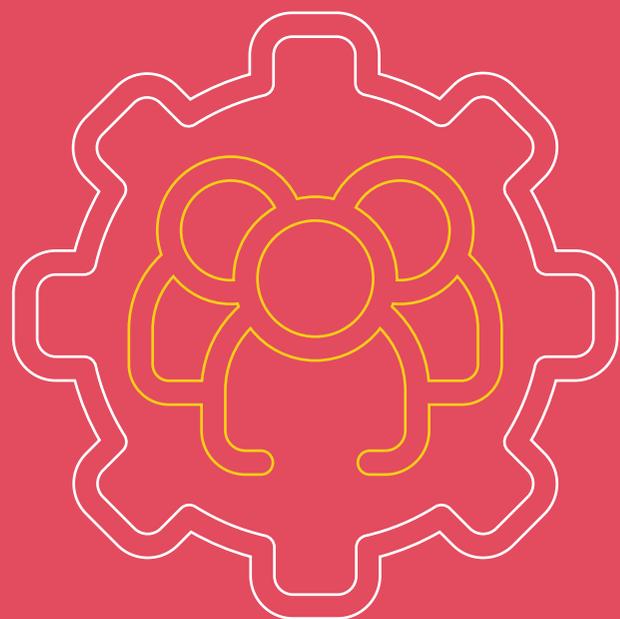
Resolução CNJ 344/2020 – Regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial; **Resolução CNJ 383/2021** – Cria o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário e dá outras providências; **Resolução CNJ 435/2022** – Dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências; **Resolução TRE-PA 5.650/2020**; **Resolução TRE-PA 5.729/2022**; **Portaria TRE-PA 21.435/2022**.



Apresentação teórica sobre inteligência institucional



+  **COOPERAÇÃO**





A Presidente do TRE Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, assina Termo de Cooperação juntamente com representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social e do Comando-geral da Polícia Militar, à esquerda, e com os representantes das Forças de Segurança, acima e na página seguinte.

COOPERAÇÃO COM FORÇAS DE SEGURANÇA

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará observou a necessidade de estabelecer políticas de tratamento e gerenciamento de informações relevantes, estratégicas ou sensíveis, objetivando aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança judiciária no âmbito da Justiça Eleitoral.

Foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 14/2021 entre o Tribunal Regional Eleitoral do Pará e o Comando-Geral da Polícia Militar do

Pará, sob a interveniência da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), objetivando a integração e o aperfeiçoamento da gestão em segurança e inteligência institucional.

O acordo previu a criação da área de inteligência do TRE Pará, assim como o fluxo de informações de interesse dos partícipes, com o objetivo de identificar, avaliar e acompanhar as ameaças reais ou potenciais aos ativos do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.



BOAS PRÁTICAS DE CONTRATAÇÕES

A secretária de Administração do TRE Pará, Hérika Sodré, apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a metodologia de monitoramento por meio do Sistema Plano de Contratações no TRE Pará.

Na ocasião, foram informadas as funcionalidades do sistema de monitoramento e as possibilidades de aplicação no âmbito do TSE.

Durante o encontro, todas as áreas envolvidas trataram da implantação do Sistema Comprasnet – Contratos na Justiça Eleitoral, uma

ferramenta do Governo Federal desenvolvida pelo Ministério da Economia, em parceria com a Advocacia-Geral da União (AGU), e assumida recentemente pelo Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados).

O Sistema Plano de Contratações foi desenvolvido em 2019 pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TRE Pará. Houve evoluções em 2021, e atualmente está em uso no TSE. Também já foi distribuído para outros dez Tribunais.

TRIBUNAL RECEBE DA SPU TERRENO PARA USINA FOTOVOLTAICA EM SANTARÉM

Em 1º de setembro de 2022 foi formalizada a entrega do terreno onde será construída a Usina Fotovoltaica do TRE Pará. A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) fez a cessão ao TRE Pará de uma área com cerca de 14.000 m², localizada na Avenida Marechal Castelo Branco, no município de Santarém, na região Oeste do Estado.

O Termo de Cessão foi assinado no Centro Cultural da Justiça Eleitoral pela presidente do TRE Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, e pelo superintendente substituto da SPU no Pará, Carlos Roberto Libonati Machado.

A área será utilizada para a futura instalação da Usina Solar Fotovoltaica, transformando o terreno – que por muito tempo foi área de



O representante da SPU e a presidente do TRE Pará formalizam a cooperação

escoamento pluvial e depósito de lixo – em um espaço sustentável de geração de energia limpa, renovável e eficiente. Será o fim do depósito de dejetos e outros poluentes nocivos à saúde e ao meio ambiente.

COOPERAÇÃO COM A PREFEITURA DE SANTARÉM

VIABILIZA ÁREA

PARA SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA

O TRE Pará selou com a Prefeitura Municipal de Santarém o Acordo de Cooperação nº 01/2022, que viabilizou a limpeza, terraplanagem e a construção de muro no perímetro do terreno cedido pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), no qual deve ser implantada o Sistema de Geração de Energia – Usina Fotovoltaica.

A parceria, concluída de forma exitosa, viabilizou tanto a economia de recursos federais que seriam empregados na limpeza e topografia do terreno, quanto proporcionou resultados sociais para a população do perímetro,

haja vista a retirada do lixo depositado no local e da vegetação alta que gerava insegurança aos pedestres.

A implantação da Usina permitirá a adequada urbanização, a valorização do perímetro e a prevenção da disseminação de doenças decorrentes do acúmulo de lixo e água parada.

Destacam-se, também, os ganhos acadêmicos, podendo haver visita agendada de alunos de escolas de ensino médio e fundamental, visando à conscientização ambiental, e aulas de campo para os cursos de Engenharia das universidades locais.



Desembargadora Luzia Nadja C. Nascimento, presidente do TRE Pará, assinando acordo de cooperação com o prefeito de Santarém, Nélio Aguiar (à esquerda), e visitando a área da Usina Fotovoltaica (à direita).

COOPERAÇÃO TÉCNICA COM MARANHÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE Pará) recebeu 1.500 urnas de lonas inservíveis, oriundas do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), resultado do Acordo de Cooperação Técnica nº 13/2022, firmado entre os dois Tribunais Regionais.

O material recebido será usado como matéria-prima para transformação em sacolas e/ou bolsas ecológi-

cas, por meio do Projeto Votos de Esperança, uma parceria do Tribunal com a Organização Social Associação Polo Produtivo Pará (APPP). Os itens são confeccionados pelas egressas e pelos egressos do Sistema Penitenciário do Estado do Pará atendidas e atendidos pela Fábrica Esperança. Parte do que for produzido pelo projeto no Pará será encaminhado para o TRE do Maranhão.

UNICEF E TRE FORTALECEM DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No ano de 2021, o TRE Pará e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) assinaram um acordo de cooperação técnico-científica e cultural para desenvolverem, em conjunto, ações, programas e projetos de promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, que fortaleçam a participação cidadã e a democracia.

Uma das ações realizadas, previstas no planejamento, ocorreu no período de 7 a 10 de abril, para aproximadamente 250 alunas e alunos indígenas, da aldeia do Cajueiro, instalada no município de Paragominas, no sudeste do Pará. Na ocasião, foram atendidas crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Os alunos indígenas participaram de palestras, quando receberam instruções relevantes sobre política, cidadania e importância de

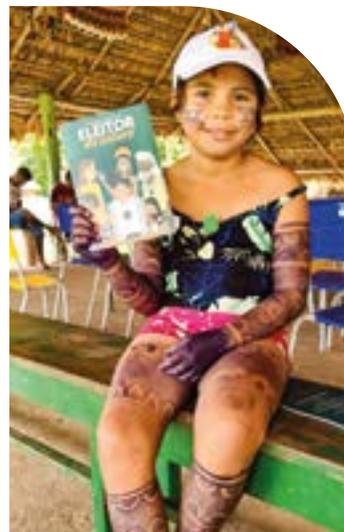
as minorias se engajarem ativamente na política, obtendo representatividade. Também receberam informações sobre segurança do processo eleitoral, em especial a urna eletrônica, e a importância do alistamento eleitoral.

Além de serem ouvidas e ouvidos pela representante do Unicef, Núcleo Belém, Anyoli Sanabria, as adolescentes e os adolescentes indígenas puderam manifestar o sonho da construção de uma universidade na aldeia, e ainda de estrada asfaltada, que faça a ligação da aldeia à sede do município de Paragominas, solicitação feita pelos indígenas à vice-prefeita do município.

Cabe destacar a participação na ação da desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, e diretora da Escola Judiciária Eleitoral.



VIDEO: TRE do PARÁ e UNICEF juntos pela infância e adolescência.



Desembargadora Luzia Nadja G. Nascimento, presidente do TRE Pará, assina termo de cooperação ao lado de Anyoli Sanabria (em pé), coordenadora do Unicef na Amazônia; Presidente do TRE na aldeia Cajueiro, E, 2 – Futura eleitora indígena na aldeia Cajueiro.



COOPERAÇÃO ENTRE TRIBUNAIS DO PARÁ E AMAPÁ

Os Tribunais Regionais Eleitorais do Pará e Amapá assinaram Acordo de Cooperação Técnica para realizar, por intermédio de suas Escolas Judiciárias Eleitorais (EJEs), a ação intitulada “Justiça Eleitoral em Fronteiras”, que levou atendimentos da Justiça Eleitoral a jovens do distrito de Monte Dourado, no município de Almeirim, no Baixo Amazonas, Oeste do Pará, e Laranjal do Jari, na região Sul do Amapá.

A iniciativa “Justiça Eleitoral em Fronteiras”

abrangeu ações do “Programa Nacional Eleitor do Futuro” e “Te Liga, Jovem!”, para incentivar o alistamento eleitoral de jovens de 16 e 17 anos, além de conscientizá-los sobre questões ligadas à democracia, à política, à cidadania e à importância do voto livre e consciente.

O projeto também levou à população local serviços de atendimento itinerante, como alistamentos, emissão de 2ª via do título de eleitor, regularização da situação eleitoral e transferência.

LIVES

DEBATEM ASSUNTOS DE INTERESSE PÚBLICO

De forma conjunta, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) e as Escolas Judiciárias Eleitorais de outros Regionais e Comissões internas do TRE Pará realizaram lives de capacitação em temas recomendados pelo Conselho Nacional de Justiça. Cada EJE responsabilizou-se por parte das ações, a fim de otimizar esforços e alcançar maior número de audiência nacional nas redes sociais. Em 2021 foram realizadas três ações conjuntas entre EJEs parceiras:

DIVERSIDADE E INCLUSÃO – A live “TRANSformando a Democracia: meu nome, minhas lutas e conquistas” discutiu o nome social e a participação das minorias sociais na política. O objetivo foi oportunizar espaços de fala para a população Trans e oferecer mais conhecimentos sobre as questões relativas à diversidade.

O evento foi realizado em parceria com a Comissão de Incentivo à Participação Feminina do TRE Pará (CIPF) e das Escolas Judiciárias Eleitorais da Paraíba (PB), Rio Grande do Sul (RS), Mato Grosso do Sul (MS), Piauí (PI), Alagoas (AL), Pernambuco (PE), Pará (PA), Bahia (BA), Ceará (CE) e Amapá (AP).

COMBATE AO RACISMO – A roda de conversa “Não importa o lado da sentença: o racismo é um problema de todos!” discutiu o racismo dentro do Judiciário.

O evento foi realizado em parceria com as EJEs da Paraíba, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Piauí, Alagoas, Pernambuco, Pará, Amapá, Bahia e Ceará.



DIVERSIDADE E INCLUSÃO

<https://www.youtube.com/watch?v=F6k8OMymrC4&t=943s>



COMBATE AO RACISMO

<https://www.youtube.com/watch?v=ttUCQRIfieU>



CIDADANIA

<https://www.youtube.com/watch?v=T3dVpmTZHus&list=PLMcLcQIXM2XohU2My-yDX4SGkNkchQHkz&index=12>



CIDADANIA – “Voto branco nulo ou anulável: fatos e fakes” foi tema da live organizada pela Escola Judiciária Eleitoral do Pará, em parceria com as EJES de outros Regionais (Paraíba, Amapá, Roraima e Ceará). A iniciativa, por meio de uma live, teve como objetivo difundir os conceitos e implicações do voto branco, nulo e anulável, bem como cumprir determinação de meta específica do CNJ.



TRE PARÁ PARTICIPA DO PROGRAMA “DEFENDA-ME”

A Defensoria Pública do Estado do Pará, por meio do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen), o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e o Tribunal Regional Eleitoral do Pará lançaram, no dia 19 de agosto, o Programa “Defenda-me”, direcionado às parlamentares do Pará. O objetivo foi criar procuradorias municipais da mulher.

A Comissão de Incentivo à Participação Feminina na Política participou do evento,

representada pela analista judiciária e coordenadora da CIPF, Maira Domingues, que aproveitou a oportunidade para promover a divulgação institucional do Dia Internacional da Não-Violência contra Mulheres, por meio da série “TRE do Pará Comemora”, nas redes sociais do Tribunal.

A iniciativa faz parte das ações da campanha “Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica”, desenvolvida pela Justiça Eleitoral do Pará.

PARCERIAS TRE PARÁ COM UNAMA E OAB **DEFENDEM A DEMOCRACIA E O DIREITO ELEITORAL**

Em 2022 foram assinados acordos de Cooperação Técnica com a Universidade da Amazônia (Unama) e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB-PA) com o objetivo de ampliar o compartilhamento de experiências no campo da democracia e do Direito Eleitoral, com prazo de duração de 36 meses.

Os dois acordos de cooperação têm em vista a importância e a tradição das instituições na formação e aperfeiçoamento das (e dos) profissionais e da

sociedade em geral, mediante a produção de eventos e material de conhecimento acadêmico e a análise doutrinária e jurisprudencial, sem qualquer dispêndio econômico-financeiro.

Dentre as ações realizadas em parceria pelas instituições destacam-se o Seminário de Direito Eleitoral - Pará 2022 e o Seminário “Advocacia Eleitoral na Prática”, realizado pela OAB-PA, em parceria com o TRE Pará, nas cidades de Belém, Itaituba, Santarém, Marabá, Redenção e Xinguara.



Mesa da conferência de abertura e participantes do Seminário “Advocacia Eleitoral na Prática”



PARÁ ELEITORAL: PRESIDÊNCIA VAI ÀS ZONAS ELEITORAIS

O Programa Pará Eleitoral, constante do Plano de Gestão 2021–2022, propiciou visitas institucionais da presidência e administração do TRE Pará às Zonas Eleitorais Estado, atendendo aos seguintes programas e ações: a) Programa “A Serviço da Sociedade - Gestão da Qualidade ao Atendimento à Sociedade; Gestão do Processo Eleitoral”; b) Programa “Justiça 5.0 - Justiça em Dia”; c) Programa “Administração 5.0 - Acervo Digitalizado”, e d) Programa “Cooperação - Convênios para Atendimentos”.

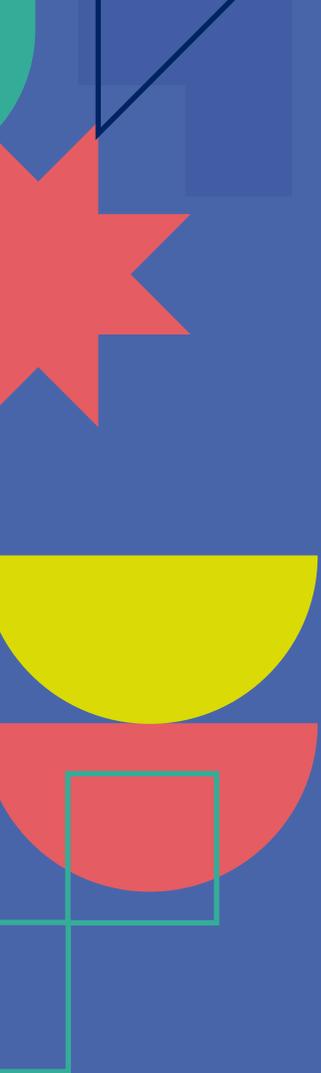
A cada ciclo de visitas institucionais foram realizadas reuniões com o Cartório Eleitoral, os entes municipais, a imprensa local e outros representantes da sociedade civil organizada, necessários à boa promoção, ao aprimoramento e à digitalização da prestação jurisdicional e dos serviços entregues à eleitora e ao eleitor por esta Justiça Especializada, em especial para levantamento de melhorias de infraestrutura predial, ambiente de trabalho e reforço de quadro de pessoal.

Em 2021 e 2022 foram visitadas 34 Zonas Eleitorais, em 24 municípios. Nas ZEs foi possível fazer o levantamento de mais de 130 ações de melhoria, dentre as quais: a) Projeto Acervo Digitalizado; b) Força de Trabalho na Justiça Eleitoral - recomposição do quadro de servidores requisitados; c) Termos de cooperação,



convênios e parcerias; d) Atendimento aos eleitores; e) Promoção de serviços eletrônicos; f) Metas e melhoria na prestação jurisdicional; g) Melhorias na infraestrutura de TIC e predial, e h) Preparativos para as Eleições 2022.

Uma das principais ações do programa foi a celebração de quatro acordos de Cooperação Técnica com os entes municipais (78ª Zona Eleitoral – Benevides e Marituba; 31ª Zona – Maracanã; 18ª ZE – Altamira), a fim de reforçar o quadro funcional dessas Zonas Eleitorais até o período do fechamento nacional do cadastro de eleitores, em 04 de maio de 2022, e apoio em demais atividades dos Cartórios Eleitorais.



EVENTOS



CENTRO CULTURAL REABRE COM EXPOSIÇÕES E EVENTOS

Após quase um ano e meio, o CCJE reabriu suas portas ao público com a exposição *Crescentia cujete*, do artista Francelino Mesquita. A abertura ocorreu no dia 24 de setembro, às 19 horas durante a 15ª Primavera dos Museus, permanecendo até o dia 28 de outubro de 2021. As esculturas são produzidas com apropriação das cuias, fruto da *Crescentia cujete* (cuieira), árvore característica das várzeas nas margens de rios e igarapés da Região Amazônica. No Estado do Pará é encontrada em abundância no município de Santarém, onde as cuias são utilizadas como material de produção do artesanato considerado como significativo componente do universo da visualidade popular e artística da região paraense, sendo hoje Patrimônio Cultural Brasileiro, título concedido pelo IPHAN.



CENTRO CULTURAL NAS PRIMAVERAS DOS MUSEUS

A Primavera dos Museus é um evento anual, com duração de uma semana, resultado de uma ação conjunta entre as instituições museológicas de todo o país e o Ibram - Instituto Brasileiro de Museus - com o objetivo de oferecer ao público uma programação diferenciada voltada para o tema do evento.

Em setembro de 2021 tivemos a 15ª Primavera dos Museus com os seguintes destaques na programação do Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará: Oficina de Fotografia com smartphones – técnicas, composição e aplicativos – facilitador: Faustino Castro; Abertura da exposição Crescentia cujete - cuieira, passado e presente, do artista plástico Francelino Mesquita, pela Desembargadora Presidente Luzia Nadja Guimarães Nascimento; Lançamento do livro “Peripécias” com sessão de autógrafos do autor, o servidor Analista Judiciário do TRE-PA, Alessandro Andrade Severino.

No ano de 2022, a 16ª Primavera dos Museus aconteceu entre os dias 19 e 25 de setembro de 2022 e os destaques foram: A palestra “A evolução da moeda brasileira nos 200 anos de independência”, proferida pelo magistrado, Claudemiro Avelino de Souza de Alagoas, Curador do Centro de Cultura e Memória do Poder Judiciário-TJ/AL; Exposição de numismática.

Assim, a realização das atividades em conjunto, fortalece a memória do Poder Judiciário no Estado do Pará.



Exposição de numismática foi destaque na 16ª Primavera dos Museus

CENTRO CULTURAL NO PROJETO CIRCULAR

O Projeto Circular Campina-Cidade Velha foi criado em 2013, por iniciativa de um grupo de agentes culturais independentes, com o objetivo de resgatar as relações de vizinhança do Centro Histórico de Belém. Atualmente, envolve 40 espaços, projetos e ações socioculturais em atuação na cidade. O CCJE participa das edições do Projeto Circular desde 2015.

Ao longo dos anos de 2021 e 2022, o Centro Cultural da Justiça Eleitoral participou de todas as edições do Projeto Circular Campina, a partir da 37ª edição, em 3 de outubro de 2021, até a 43ª edição, em 4 de dezembro de 2022.

Foram oferecidas as mais variadas programações ao público, tais como a exposição “Crescentia cujeite – cuieira, passado e presente”, do artista plástico Francelino Mesquita; a Exposição “Novos Olhares sobre as eleições do Pará”; Encontros de Numismática e Multicoleccionismo, ponto de troca de figurinhas do



álbum da copa Fifa World Cup Qatar 2022 e ponto final do Roteiro Geo-Turístico Estrada de São José.



EXPOSIÇÃO DIÁRIO-TEMPO

Para celebrar o mês da Consciência Negra, o Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará (CCJE) abriu no dia 25 de novembro, às 18h, a exposição “Diário-Tempo”. A mostra coletiva trouxe trabalhos de artistas dos estados do Pará e da Bahia, com curadoria de Glauce Santos e Jean Ribeiro. O trabalho foi selecionado pelo Edital 2020 do CCJE, mas somente em novembro de 2021, por conta das restrições impostas pela pandemia, pode ser aberto ao público. As obras expostas utilizam as técnicas do desenho, pintura, arte-digital, gravura, escultura e bordado, de 13 artistas: Alexandre Alexandrino (BA), Elton Galdino (PA), Gyselle Kolwalsk (PA), Ione Reis (BA), Itatiane

Moraes (PA), Kátia Lima (PA), Livia Prestes (PA), Maurileno Sanches (PA), Mário Noronha (PA), Mileide Barros (PA), Otávio Castro (PA), Rosângela Colares (PA) e Verônica Limma (PA).

De acordo com eles, ao produzirem seus trabalhos, esses artistas buscaram formas de trabalhar seus projetos, de se reinventar através da arte, vivendo o tempo remoto, online, de plataformas digitais e de exposições virtuais. “Esse foi um tempo necessário na travessia lenta, onde a paciência, o silêncio e o resguardo têm sua importância. Que a arte nos traga sempre força, alento, a oportunidade de viver novas experiências e a esperança em dias melhores”, escreveram.

NOVOS OLHARES SOBRE AS ELEIÇÕES

Para incentivar o registro das Eleições por quem as realiza, o Centro Cultural da Justiça Eleitoral lançou edital de concurso de fotografia para premiar as melhores imagens das eleições daquele ano tão desafiador. Parte do material inscrito, formado pelas imagens premiadas e selecionadas, foi reunido na exposição “Novos Olhares sobre as Eleições no Pará”, que busca representar os olhares e as experiências daqueles que constroem o processo eleitoral.

Ao estimular a produção desses registros o CCJE-PA pretende reunir, em um acervo imagé-

tico institucional, as imagens capturadas pelos que, em meio a tantos afazeres, são encantados por uma cena...uma paisagem...uma curiosidade...um movimento...que, de tão irresistíveis, são tomados pelas lentes das câmeras.

É um novo olhar, com as lembranças dos desafios já superados, a experiência para enfrentar os novos, e a certeza de que a Justiça Eleitoral do Pará não mede esforços para garantir aos seus eleitores o direito ao voto! A abertura ocorreu em 17 de maio de 2022, às 19h; estendendo-se até 11.11.2022.

EXPOSIÇÃO MÍSTICOS E BÁRBAROS: CORPO, SABOR E FÉ

Esta exposição parte conceitualmente da noção de modernidade expandida, ampliada entre os séculos XIX e a contemporaneidade, focalizando a produção artística desenvolvida na Amazônia, especialmente no Pará, sob três linhas discursivas essenciais: o universo do corpo, do retrato e dos antropomorfismos; as representações da fé, da religiosidade e das dimensões do sagrado; e por fim, os aspectos relacionados ao campo visual e simbólico do paladar, da comida, do gosto e dos modos gustativos da cultura paraense.

Embora a efeméride do centenário da Semana de Arte Moderna, ocorrida em 1922, em São Paulo, tenha sido o mote originário da exposição, optamos por enfatizar o conceito de modernidade ao invés de modernismo. Consideramos escapar de uma história da arte presa a fases e períodos fruto de tiranias classificatórias. Examinando as obras em exposição, a equipe curatorial busca dialogar com as transformações da própria vida cotidiana, que se reflete inclusive nas instituições políticas, econômicas e culturais nos últimos dois séculos. O embate entre presente e passado, no largo esquadro de leis, costumes, hábitos, convenções, procedimentos, práticas, usos, praxes, é em si um sintoma de modernidade.

A identidade visual da exposição toma como insight o (Antônio de Nazaré Frazão Ta-



A modernidade amazônica nos acervos de integrantes do judiciário paraense.

vernard, 1908-1936). Recorde-se que Tavernard, em 1926, ingressou na faculdade de Direito do Pará, destacando-se entre os discentes, fazendo parte do grêmio e com forte atuação nas revistas literárias da época. No entanto, teve sua vida encurtada por ter contraído hanseníase.

Com curadoria do professor Aldrin Moura de Figueiredo, o conjunto de obras apresentado na exposição foi selecionado de acervos de personalidades e atores integrantes do judiciário paraense – advogados, magistrados, servidores públicos da esfera jurídica.

CELEBRAÇÃO DO DIA DA MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO

Nos anos de 2021 e 2022, a Justiça Eleitoral do Pará, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e Tribunal de Contas do Estado, realizaram programação conjunta para celebrar o Dia da Memória do Judiciário, a Semana Nacional dos Museus e a Primavera dos Museus. A data que integra o calendário nacional da Justiça para celebrar a memória institucional e social e seu legado para as gerações presentes e futuras, orientando ainda, que todos os órgãos do judiciário comemorem a data e lancem suas programações.

Da mesma forma, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), todo ano no mês de maio, realiza a Semana Nacional de Museus e mobiliza todos os Museus cadastrados a apresentarem sua programação.

Em 2021 os temas tratados foram: A Importância dos Novos Normativos do CNJ - Resoluções 316 e 324 e do Manual de Gestão da Memória e seus Instrumentos”; 18/05 - Julgamentos memoriais; 19/05 - Roda de Conversa “Memória Institucional”, lançamento do E-book: Entre Atos e Autos: gestão documental, história(s) e memória(s) do judiciário na Comarca de Bragança-PA (1939-2019).

Já em 2022, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará, por meio de seu Centro Cultural - CCJE, participou da 20ª Semana Nacional dos Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. As atividades da semana, de 17 a 20 de maio, foram desenvolvidas em parceria com



o Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA, Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - TRT 8 e Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE. A abertura do evento aconteceu no dia 17 de maio, no Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará - CCJE, com os seguintes destaques na programação: Programa de Gestão da Memória do TRE Pará; Inauguração do Centro de Memória Virtual da Justiça Eleitoral do Pará; Abertura da exposição “Novos olhares sobre as eleições no Pará”, com obras fotográficas que contam um pouco da logística desafiadora para realizar as eleições no nosso estado.



LANÇAMENTOS DE LIVROS NO CENTRO CULTURAL

O Centro Cultural da Justiça Eleitoral no biênio 2021-2022 atuou como espaço de divulgação da literatura produzida pelos magistrados e servidores.

Durante a 15ª Primavera dos Museus, foi lançado o livro “Peripécias”, do servidor do TRE/PA, Alessandro Severino (foto abaixo, à direita).

No dia 23 de novembro de 2021, dando continuidade à política de incentivo artístico às servidoras e servidores, foi lançado o terceiro livro

do servidor do TRE Pará, Samuel Marinho, “Fotografias para perfis fakes”.

No dia 27 de outubro de 2022, realizamos o lançamento do Livro “Direito eleitoral – O pensamento das Cortes”, de autoria do desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior e das servidoras do TRE Pará Rosemeire Oliveira Nascimento, Eula Gorayeb Santos Fonseca e Fernanda Moreira Sousa (foto acima).



GALERIA DE PRESIDENTES É ATUALIZADA

Galeria de presidentes atualizada - senhor Antônio Costa Monteiro Valdez, bisneto do primeiro presidente do TRE Pará, desembargadora Luzia Nadja Nascimento e o servidor Rodrigo Valdez

A aposição das fotografias dos primeiros presidentes do TRE Pará é um resgate da Memória Institucional dos primeiros anos do Tribunal Regional (1932-1939). A iniciativa inclui os primeiros presidentes da instituição, os locais simbólicos e físicos ocupados na cidade e a relação do Tribunal com a população de Belém.

Durante a pesquisa, os historiadores Flávio William Brito Matos e Luís Augusto Barbosa Quaresma, com o auxílio das estagiárias de História, identificaram os três primeiros presidentes do TRE Pará, bem como algumas inconsistências na Galeria de Presidentes.

Foram localizadas a imagem do primeiro presidente, Júlio César de Magalhães Costa, no Museu da Universidade Federal do Pará (MUFGPA), e dos demais presidentes, Alcebíades Buarque de Lima e Francisco Dantas de Araújo Cavalcante, no Museu do TJ-PA, no período entre 1932 e 1937, antes do Período Vargas, quando a Justiça Eleitoral

foi extinta no País.

“A pesquisa inicial buscou o que existia de informação sobre a Justiça Eleitoral antes do Período Vargas, ou seja, entre 1932 e 1937, que era uma história não escrita. Foram feitos convênios com o Centro de Memória Virtual da Amazônia, e tivemos acesso a várias caixas de documentos antigos, onde foram encontrados os nomes dos primeiros presidentes”, informa a servidora Lísia Dias, que coordenou a pesquisa histórica.

A equipe buscou pelos descendentes vivos dos três presidentes para prestar homenagem, e chegou-se ao pai do servidor Rodrigo Valdez, Antônio Costa Monteiro Valdez, que é bisneto do primeiro presidente do TRE Pará, desembargador Júlio César de Magalhães Costa.

O senhor Antônio Valdez compareceu à cerimônia, e afirmou que “a homenagem é sempre algo necessário porque honra a nossa família e a nossa história”.



MEDALHA COMEMORATIVA JOÃO MAROJA

Com o fim de homenagear e condecorar as pessoas e entidades que, por seus méritos e relevantes serviços prestados ao Centro Cultural da Justiça Eleitoral, mereçam especial distinção honorífica, o TRE-PA instituiu a Medalha Comemorativa João Maroja - Alusiva ao aniversário do Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará (CCJE),

Assim, no dia 19 de dezembro de 2022, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará realizou cerimônia de outorga da Medalha João Maroja, que homenageou servidores, magistrados, autoridades, empresas e entidades que contribuíram para a construção e realização do CCJE/PA. A medalha recebe o nome do presidente do TRE do Pará entre 2009 e 2011 e idealizador

do Centro Cultural, inaugurado em 2010.

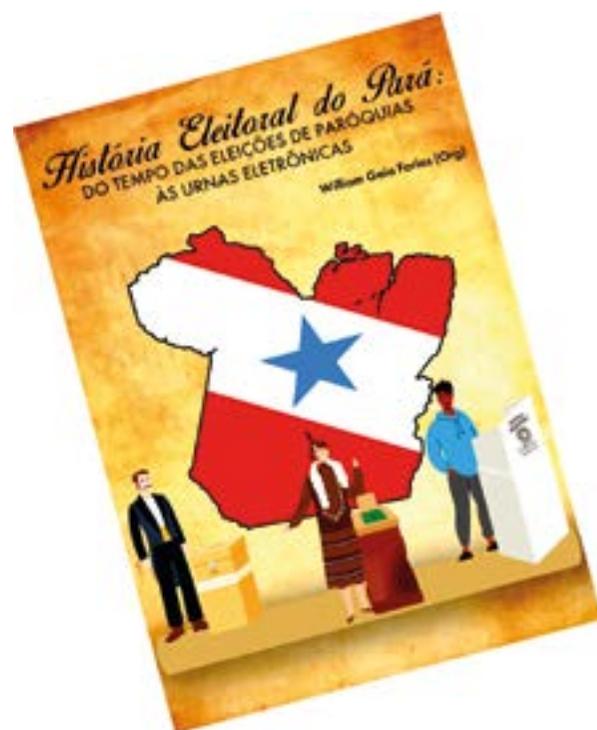
Durante a cerimônia foi apresentado o projeto de atualização e modernização das áreas expositivas do CCJE/PA, de autoria do museólogo Antônio Carlos Lobo Soares, sob supervisão do Grupo Gestor do Centro Cultural da Justiça Eleitoral. Entre as novidades, estão exposições interativas e em realidade virtual.

No evento, também foi lançado o livro “História Eleitoral do Pará: do tempo das eleições de paróquias às urnas eletrônicas”, produzido e publicado sob a coordenação do professor doutor William Gaia Farias, da Universidade Federal do Pará, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Pará. A publicação em formato digital está disponível no site do TRE do Pará.



O desembargador João José da Silva Maroja, esse grande sonhador e visionário, percebeu o potencial deste local de incentivo à cultura. Esta medalha é um simples gesto de reconhecimento e agradecimento a todas e a todos que se dedicaram a tornar esse sonho possível”, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, presidente do TRE Pará.

Plateia dos agraciados com a medalha João Maroja; Equipe do CCJE; Capa do livro lançado no evento;



MEMÓRIAS POLÍTICAS DE SANTARÉM

EXPOSIÇÃO
PERMANENTE DO CCJE:
<https://www.tre-pa.jus.br/o-tre/memoria-e-cultura/centro-de-memoria-virtual-1/acervo-virt>



A exposição Memórias Políticas de Santarém ocorre de forma permanente no Fórum Eleitoral “Desembargador Manoel Cacella Alves” e no Centro de Memória Virtual da Justiça Eleitoral. A abertura ocorreu no dia 11 de julho de 2022 e contou com a presença do ministro do TSE, Carlos Bastide Horbach, além da corte eleitoral do TRE Pará e dos juízes atuantes na Comarca. No dia 12 de julho a mesma exposição foi aberta no Museu João Fona, na sede municipal de Santarém, que recebeu a doação do acervo temporário.

Fruto do trabalho da equipe da Escola Judiciária Eleitoral, a exposição possui adesivos,

fotos e vídeos, que retratam a história política das eleições no município desde sua fundação, com destaque para fatos do período colonial, imperial e republicano. Insera a história de Santarém e seus plebiscitos na história da Justiça Eleitoral. O historiador Flávio William Brito Matos e as estagiárias Maria Vitoria de Oliveira Cardoso e Josylene da Glória da Souza da Rocha realizaram extensa e detalhada pesquisa. A construção do design gráfico e da editoração da exposição foi realizada pelos estagiários Sofia Oliveira Lira e Davi Lucas Mindello Bittencourt. Coube ao colaborador Adan Costa a curadoria da exposição.



Autoridades presentes à exposição “Memórias Políticas de Santarém”, no Fórum Eleitoral



90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL



No dia 24 de fevereiro de 2022 foi lançado, pela desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, o planejamento das ações comemorativas aos 90 anos da Justiça Eleitoral, contendo 12 ações, incluindo cartões comemorativos aos 90 anos da Justiça Eleitoral; série de vídeos comemorativos aos 90 anos; Programa “Beiju com Histórias: Memórias da Justiça Eleitoral”; implantação do Centro de Memória Virtual da Justiça Eleitoral do Pará;

sessão Especial na Assembleia Legislativa do Estado do Pará; Exposição Memórias Políticas de Santarém; exposição temporária sobre as

Eleições no Pará, encerrando com a premiação de título comemorativo aos 90 membros que contribuem há mais tempo com a Justiça Eleitoral do Pará, no dia 30 de novembro de 2022, as 15h, no plenário Antônio Koury.

BEIJU COM HISTÓRIAS

Inserido nas ações comemorativas aos 90 anos da Justiça Eleitoral, “Beiju com Histórias: Memórias da Justiça Eleitoral” é um programa de entrevistas mensais transmitido pelo YouTube do TRE Pará e apresentado pelo juiz-membro, vice-diretor da Escola Judiciária Eleitoral e presidente da Comissão de Gestão da Memória da Justiça Eleitoral do



PLAYLIST DAS ENTREVISTA:
https://www.youtube.com/playlist?list=PLMcLcQIXM2Xp_y51aJTMjK4_0-tm0VJvr

Pará, Diogo Seixas Condurú.

O programa busca resgatar memórias pessoais, profissionais e coletivas com as eleições e o processo eleitoral, de forma leve, lúdica e informativa. A primeira entrevistada foi a desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, presidente do TRE Pará.



Desembargadora Luzia Nadja G. Nascimento, presidente do TRE Pará, e Carlos Bastide Horbach, ministro do TSE, foram alguns dos entrevistados.

SESSÃO ESPECIAL NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A sessão solene em homenagem ao aniversário de 77 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral no Pará foi realizada na tarde de 8 de junho de 2022, no plenário do Palácio

Cabanagem, em Belém, onde está sediada a Assembleia Legislativa (Alepa).

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, deputado Francisco Melo (Chicão), abriu oficialmente a solenidade, que contou com a presença da presidente do TRE Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento. “Parabéns a todos que integram a Justiça Eleitoral do Pará, e desejamos que vocês continuem trabalhando pela consolidação da nossa democracia”, disse o presidente da Alepa.

Na mesa oficial da cerimônia também estavam o diretor-geral do TRE, Felipe Brito; a presidente do Tribunal de Contas do Estado, Maria de Lourdes Lima; a presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, conselheira Mara Lúcia Barbalho; o chefe de Gabinete do Governo do Estado, Carlos Kayath, e o deputado estadual Galileu Moraes.

Também estiveram presentes à homena-

Presidente da Alepa, deputado Francisco Melo (Chicão) e a presidente do TRE Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento

gem a juíza Carina Senna e os juízes Edmar Pereira e Rafael Fecury, que integram a Corte Eleitoral. A data oficial da reinstalação da Justiça Eleitoral no Pará é 6 de junho. No discurso oficial, a presidente relembrou o percurso histórico da Justiça Eleitoral no país - que este ano comemora o 90º aniversário no Estado -, bem como as atribuições específicas desta Justiça

Especializada, desde a promulgação do Código Eleitoral, em 1932.





"Celebramos os 77 anos da data em que foi reestabelecida a normalidade democrática. Os 77 anos ininterruptos de atuação da Justiça Eleitoral no estado do Pará devem ser motivo de reflexão e orgulho para todas e todos paraenses que no passado participaram ativamente do retorno da democracia", afirmou.

Para o Diretor-Geral do TRE Pará, Felipe Brito, celebrar os 77 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral "é muito mais do que apenas entregar a democracia para o país, mas também celebrar as pessoas que trabalham para fazer a Justiça Eleitoral, que traz inovação e deixa marcas na sociedade. É uma [Justiça] especializada que nunca deixou de olhar para a frente", afirmou o diretor.

Ao final da cerimônia, a presidente do TRE entregou ao presidente da Alepa o selo comemorativo dos 77 anos lançado em parceria com

Presentes na sessão solene em homenagem ao aniversário de 77 anos, a desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento; o diretor-geral do TRE, Felipe Brito; a presidente do Tribunal de Contas do Estado, Maria de Lourdes Lima; a presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, conselheira Mara Lúcia Barbalho; o chefe de Gabinete do Governo do Estado, Carlos Kayath; o deputado estadual Galileu Moraes; a juíza Carina Senna e os juízes Edmar Pereira e Rafael Fecury, que integram a Corte Eleitoral, entre outras autoridades.

os Correios durante a sessão administrativa da terça-feira, dia 7.

Também prestigiaram o momento as secretárias Judiciária, Mayra Cavalcante, e de Administração, Hérika Sodré; a assessora da Ouvidoria Judicial Eleitoral, Valéria Fonteles, a chefe de Gabinete da Presidência, Patrícia Saboya e a Assessora de Comunicação Institucional, Renata Ferreira. O secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Edson Costa, as demais servidoras e servidores do Tribunal.



Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, presidente do TRE Pará, fala a servidoras e servidores durante evento.



SEMANA DO SERVIDOR

Em comemoração aos Dias da Servidora e do Servidor Público, o Tribunal promoveu programações com variados eventos de integração, motivação e bem-estar, enfatizando a valorização das pessoas que compõem o TRE Pará. Houve torneio de futebol, apresentações musicais, oficinas de dança, palestras e encontros sobre programação neurolinguística, inteligência emocional, prevenção do câncer de mama, cuidados com a pele, prevenção e combate ao assédio e à discriminação, alimentação saudável, autocuidado pessoal, oficina de artes manuais, sessões de curtas-metragens e feira de produtos naturais.





RECONHECIMENTO A SERVIDORES DO TRE PARÁ

Em cerimônia no plenário do Tribunal, a presidente Luzia Nadja Guimarães Nascimento entregou placas em reconhecimento ao tempo de serviço prestado por servidoras e servidores à Justiça Eleitoral. No evento realizado na Semana da Servidora e do Servidor, receberam homenagem do Tribunal as servidoras e os servidores ativos, requisitados e aposentados, que completaram 10, 20 e 30 anos de atividades no TRE Pará.

Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, presidente do TRE Pará, entrega placas ao diretor-geral, Felipe Houat Brito; desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, vice-presidente e corregedor Regional Eleitoral, entrega placa a servidor, acompanhado da presidente do Tribunal; servidora Hérika Sodré de Souza, secretária de Administração, e servidor Evandro Ramos, coordenador de Auditoria, com suas placas de 10 e 20 anos, e secretária de Gestão de Pessoas, Sabrina Bittencourt Castro, recebendo a condecoração.



CONFRATERNIZAÇÃO DE NATAL

No final do ano, o Tribunal promoveu a confraternização de Natal das colaboradoras e colaboradores terceirizados, festejada com música natalina, distribuição de cestas com produtos da época e sorteios de brindes entre os homenageados. O evento é resultado da colaboração e participação de servidoras e servidores do Tribunal, em reconhecimento ao trabalho dedicado das equipes que prestam serviços de limpeza, manutenção, segurança, condução de veículos e outros serviços especializados.



Desembargadora Luzia Nadja G. Nascimento, presidente do TRE Pará (acima) entrega presente a colaboradores (abaixo).



NATAL COM PAPAÍ NOEL DOS CORREIOS

O Tribunal apoiou uma das ações sociais mais tradicionais da época do Natal, a Campanha do Papai Noel dos Correios nos anos de 2021 e 2022. As cartinhas foram

selecionadas pelas servidoras e servidores que atenderam ao chamado para doação dos pedidos das crianças estudantes de escolas públicas.



ARTICULAÇÃO NACIONAL E EVENTOS DE OUVIDORIAS

A Ouvidoria Judicial Eleitoral (OJE) do TRE-PA ao longo do Biênio 2021-2022 teve uma atuação articulada a nível nacional com diversas outras Ouvidorias Judiciárias. Destacamos alguns destes momentos a seguir.

Colégio de Ouvidores Eleitorais (COJE) –

Em reunião ocorrida no dia 1/7/2022, o Juiz Ouvidor Edmar Silva Pereira foi eleito para integrar a diretoria do Colégio de Ouvidores Eleitorais (COJE) no biênio 2022/2023. O COJE desenvolve atividades mensais, com o objetivo de aperfeiçoamento e inovação institucional das Ouvidorias. O ouvidor do TRE-PA tem colaborado ativamente com diversas discussões nacionais de temas de interesse das ouvidorias.

Elaboração de manual para Ouvidorias

– A Ouvidoria do TRE-PA fez parte do Grupo de Trabalho (GT) que elaborou o conteúdo do Manual “Orientações Procedimentais para as Ouvidorias Eleitorais”. O GT foi formado pela Ouvidoria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais Eleitorais de Goiás, São Paulo, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Pará, em conjunto com integrantes do Colégio de Ouvidores Eleitorais. O documento foi lançado no TSE, em cerimônia realizada no dia 08/08/2022.

Audiência pública sobre registros das candidaturas – Além disso, a OJE também participou de maneira presencial da Audiência Pública sobre registros das candidaturas que aconteceu no TSE em Brasília, nos dias 2 e 3/6/2022.



ENCONTRO DE MULHERES DO JUDICIÁRIO

A juíza Rosa de Fátima Navegantes, representou o TRE Pará no 1º Encontro das Mulheres do Judiciário Estadual Paraense, que debateu o papel da mulher na sociedade e as estratégias para acabar com a desigualdade de gênero. A juíza participou do painel “A experiência dos Comitês de Incentivo à Participação Feminina nos Tribunais do Pará”, abordando desafios e conquistas no trabalho à frente da Comissão de Incentivo à Participação Feminina na Política (CIPF) do TRE Pará.



Integrantes do Comitê de Proteção às Mulheres foram apresentadas aos presentes. Dinâmica do Círculo de Paz realizada durante o I Encontro de Mulheres do Poder Judiciário.



Dra. Rosa Navegantes abre a Oficina Liderança e Oratória para Mulheres

OFICINA **LIDERANÇA E ORATÓRIA** **PARA MULHERES**

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, e para fomentar a participação feminina na política, a Comissão de Incentivo à Participação Feminina realizou a oficina “Liderança e Oratória para Mulheres!” no dia 7 de março

de 2022 no auditório Ivan Mello. Participaram da oficina mulheres líderes comunitárias e/ou pré-candidatas a cargos políticos. A abertura da oficina foi feita pela juíza substituta da Corte Eleitoral, Rosa Navegantes, coordenadora da Comissão.

MULHERES NA DISPUTA POLÍTICA

Na busca de promover maiores debates e por consequência potencializar a participação feminina na política regional foi realizado no dia 18 de maio de 2022 o evento que debateu temas como: “Conquistas das mulheres na política: uma visão histórica”; “Um olhar sob a perspectiva de gênero do Registro de Can-

didatura e da Prestação de Contas”; “Violência Política de Gênero: uma análise à luz da Lei nº 14.192/2021”; e “Compartilhando experiências do TSE Mulheres”. Entre as palestrantes estiveram: Karen Santos Simão, Roberta Castro, Nathalia Mariel, Maíra Domingues, Juliana Sesconetto - Membro Fundadora do TSE Mulheres.



LINK DO EVENTO:
<https://www.youtube.com/watch?v=Cp-DkieHHSg&list=PL-McLcQIXM2XoeO-vIx9QVDkFdDgnPx-GWjY&index=5>

DONAS DO PEDAÇO

A Roda de Conversa “Donas do Pedaco: Diálogos sobre a importância da Participação Feminina nos Partidos e na Política” foi organizada pela Comissão de Incentivo à Participação Feminina do TRE Pará (CIPF) em formato virtual, no canal do Tribunal no YouTube, em abril de 2022. O evento teve como convidadas Mônica Maciel, juíza eleitoral da 76ª ZE e membro da comissão, e Maíra Domingues, chefe de cartório da 1ª ZE e membro da comissão, e

como mediadora Luzimara Moura, supervisora e membro da comissão (de 2019 a maio 2021).

O evento, com diversas lideranças partidárias, teve como pauta o fomento à participação feminina na política, estímulo à liderança e verificação de oportunidades de ingressar na política, partindo da informação de que todo, ou quase todo, comitê estadual ou municipal possui uma liderança ou representatividade feminina.



LINK DO EVENTO:
<https://www.youtube.com/watch?v=Q-Jsa44di3tE>



CIPF DO TRE PARÁ É RECEBIDA NA ALEPA

Uma comitiva da Comissão de Incentivo à Participação Feminina (CIPF) do TRE (foto), formada pelas servidoras Patrícia Saboya, chefe de gabinete da presidência, Ingrid Agrassar, coordenadora de Educação e Desenvolvimento, e Elaine Santana, diretora da Escola Judiciária Eleitoral e coordenadora substituta da Comissão, participaram de reunião na Assembleia Legislativa do Estado (Alepa) com a deputada Nilse Pinheiro e com setores internos da casa, como a Escola Legislativa e a Procuradoria Especial da Mulher.

A agenda conjunta dos órgãos relativa a ações com temática da mulher e tópicos como a

cota de gênero, os problemas de candidaturas laranjas, a prestação de contas e os direitos ao acesso à propaganda e ao fundo eleitoral foram os principais temas discutidos durante o encontro.

Essas ações integradas entre as duas instituições têm como objetivo principal a promoção ao incentivo à participação da mulher na política e nos cargos de gestão, além de ações de esclarecimento dos direitos das mulheres através das redes de divulgação das instituições. Durante a reunião a agenda dos projetos e ações das instituições foram compartilhadas para divulgação com o público de alcance de cada uma.

15 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA

No dia 7 de agosto de 2021 a lei Maria da Penha completou 15 anos, essa foi um marco na história contemporânea do Brasil, uma vez que a lei criou mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, graças à coragem e determinação de Maria da Penha Maia Fernandes que foi vítima de violência doméstica e transformou a sua dor em ação e luta.

Para celebrar a data, a Comissão de Incentivo à Participação Feminina, as Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual do TRE Pará e no âmbito das Zonas Eleitorais, lançaram o vídeo, divulgado nas redes sociais do Regional, que contou um pouco dessa história. No âmbito das Zonas Eleitorais, lançaram o vídeo, divulgado nas redes sociais do Regional, contando um pouco dessa história.

MESA-REDONDA DO DIA DO HOMEM

No dia 18 de novembro de 2021 foi realizada “Mesa Redonda em alusão ao Dia Internacional do Homem”, em formato híbrido, com o objetivo de debater pers-

pectivas de desconstrução da masculinidade tóxica. As palestrantes foram a juíza de Direito Reijjane de Oliveira, e a psicóloga Rosana Faraon.



TRE PARÁ E OAB INAUGURAM SALA DOS JURISTAS

O TRE Pará inaugurou, no dia 12 de dezembro de 2022, a “Sala dos Juristas Leonam Gondim da Cruz”. O espaço dedicado às advogadas e aos advogados também ganhou uma placa comemorativa, em acrílico, com o nome das juízas e dos juízes da classe das (e dos) juristas que integraram a Corte Eleitoral do Pará desde 1966.

A ideia de homenagear a classe que ocupa duas cadeiras no Tribunal partiu do membro da Corte, juiz Diogo Condurú, em razão da relevância do exercício da advocacia para a prestação jurisdicional.

A Assessoria de Gestão da Memória e o historiador Luís Augusto Barbosa Quaresma fizeram a pesquisa nos registros históricos do Tribunal, de 1966 até os dias atuais, que poderá ser ampliada posteriormente.

Já a denominação da sala dos juristas, em homenagem a Leonam Gondim da Cruz, foi sugestão da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, uma vez que o advogado (in memoriam) exerceu plenamente

a advocacia e a função de juiz eleitoral em diversos períodos, sendo três deles como efetivo, de maio de 1966 a maio de 1970, de agosto de 1980 a agosto de 1982, e de fevereiro 1983 a fevereiro de 1985, tendo ainda exercido como substituto de agosto de 1979 a julho de 1980.



Descerramento da placa da Sala dos Juristas. Juiz-membro do TRE Pará, Diogo Seixas Condurú, e presentes na inauguração da Sala dos Juristas “Leonam Gondim da Cruz”



EVENTO COM **LIDERANÇAS** **COMUNITÁRIAS**

No dia 28 de setembro de 2021, a Comissão de Incentivo à Participação Feminina do TRE Pará (CPIF) realizou o encontro “Eu me defino! A importância da mulher líder comunitária”, em formato híbrido (presencial e com transmissão ao vivo pelo canal do TRE Pará no YouTube). A pauta do evento foi o reconhecimento da liderança como fundamental para atrair pessoas aos espaços políticos de decisão, pois quando uma pessoa se sente incomodada com determinadas situações no local onde vive, e tem a iniciativa de buscar melhorias e resultados eficazes para o que a incomoda, tem potencial para se tornar líder, sobretudo quando consegue despertar o mesmo sentimento em outras pessoas.



Equipe responsável pela organização e realização do evento, e parte da plateia de lideranças comunitárias



<https://www.youtube.com/watch?v=T9es4zVsaaA&list=PLM-cLcQIXM2XoeOv1x9QVDkFd-DgnPxGWjY&index=7>

TEMAS ELEITORAIS **RELEVANTES**

O Tribunal realizou diversos eventos de integração direcionados ao seu quadro de pessoal, assim como promoveu iniciativas abertas a grupos específicos e sociedade em

geral para disseminação de temas relevantes inter-relacionados às atividades finalísticas da Justiça Eleitoral, dentre as quais destacamos as listadas abaixo.

EVENTO	PERÍODO	INSTRUTORIA
Palestra “E a sua família, como vai?”	mai/21	Contratado: Aluísio Almeida (PA)
Palestra Online sobre Consumo Sustentável	jun/21	Professor Mário Frota (Portugal)
Palestra “Linguagem inclusiva para flexão de gênero: aspectos práticos”	set/21	Instrutora Interna: Fábila Galvão (TSE)
Mesa Redonda sobre Assédio e Gênero	mai/22	Instrutoras: Conselheira Ivana Farina (CNJ) e Riane Freitas (PA)
Formação em Assédio e Discriminação para Magistrados e Gestores	ago/22	Instrutora: Rose Helen Shimabuku (GO)
Curso Online de Português Jurídico e Feitura de Decisões	abr/21	Instrutor Interno: Dimitri Pinheiro)
Treinamento “Descubra sua melhor versão” (estagiários e terceirizados)	ago/21 e Jun/22	Instrutor Interno: Bruno Giorgi

ENCONTRO INCLUSÃO E DIVERSIDADE



O TRE Pará participou, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do I Encontro Inclusão e Diversidade, que teve como objetivo discutir temas que geram impactos na vida organizacional dos Tribunais Eleitorais (abaixo), e nas Eleições 2022, além de dar visibilidade aos Tribunais Regionais em ações de boas práticas referentes às temáticas específicas, a fim de estimular a troca de experiências:

Tema 1. Combate à discriminação racial no processo eleitoral; Tema 2. Inclusão e participação indígena no processo eleitoral; Tema 3. Acessibilidade e inclusão no processo eleitoral;

Tema 4. Estímulo à participação das mulheres no cenário institucional e na política; Tema 5. Combate ao assédio e à discriminação no ambiente laboral.

Na ocasião, houve a exposição do servidor Felipe Houat de Brito, então diretor-geral, sobre o “Ciclo de Atendimento Itinerantes 21-22: Ribeirinhos, Povos Indígenas e Quilombolas”, e da servidora Lena Hérik, chefe de Cartório da 39ª ZE, em Tomé-Açu, referente à apresentação “Libras: Acessibilidade eleitoral para surdos e deficientes auditivos”, no município de Tomé-Açu/PA”.



I SIMPÓSIO JURÍDICO

O diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Rui Moreira, esteve na capital paraense para participar do I Simpósio Jurídico e de Normas Gerais de Ação para a Garantia da Votação e Apuração (GVA) 2022, no Quartel-general Integrado do Comando Militar do Norte, onde proferiu palestra sobre a participação das Forças Armadas nas eleições de 2022.

O evento teve como objetivo repassar informações sobre a Justiça e a Lei Eleitoral às Forças Armadas, com ênfase na atuação nas próximas eleições no Pará. No Comando-geral, o diretor do TSE, a presidente do TRE Pará e o diretor-geral do Regional foram recebidos pelo general do Exército João Chalella Júnior, comandante do Comando Militar do Norte; pelo general Otávio Miranda Filho e pelo chefe de Operações, general de brigada Evandro Lopes Pereira Filho. O encontro contou ainda com representantes do Ministério Público Militar e outros do TRE Pará.

Na ocasião, o general João Chalella destacou ser fundamental esse encontro antes das eleições. “Esse tipo de atividade é de extrema importância para nós, que somos leigos. Temos um trabalho difícil daqui para frente, especialmente porque estamos no Pará, que pelas suas dimensões é um Estado-nação, com desafios logísticos gigantes. Portanto, os problemas vão acontecer, mas precisamos estar preparados para atender a qualquer necessidade que o TRE Pará tenha”, disse o general.

Rui Moreira iniciou a sua palestra contextualizando a atuação das Forças Armadas nas eleições. “Temos desafios imensos. Fazer eleições em um país como o Brasil exige parcerias, e o Exército tem sido nosso parceiro. Temos contado com vocês para irmos a locais onde poucos têm coragem de ir”, ressaltou, para a plateia formada, em sua maioria, por militares do Exército, Marinha e Força Aérea.

13 de maio de 2022

Assédio e Gênero:
reflexões sobre discriminação e violência
no âmbito do Poder Judiciário

Evento online e presencial
Inscrições pelo endereço
<http://eventos.br-pa.jus.br>

Local: Plenário do TRE Pará
Hora: 9h30
Organização: STDCODES/SGP

Ivana Farina
Procuradora de Justiça - GO /
Conselheira do CNJ (2019-2021)

Riane Freitas
Pedagoga e membro da Comissão
de Participação Feminina
do Tribunal de Justiça do Pará

Logos: STDCODES/SGP, Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional de Poder Judiciário.

ASSÉDIO
Moral - sexual - discriminação
Qual a diferença?

ASSÉDIO MORAL
É o processo contínuo, reiterado e prolongado de condutas que, independentemente de intencionalidade, sejam abusivas e atuem contra a integridade, identidade e dignidade humana (sicil, 2018/2019), por meio da degradação das relações profissionais e do ambiente de trabalho, discriminação, humilhação, constrangimento, isolamento, exclusão social, difamação ou abuso psicológico.

ASSÉDIO SEXUAL
O assédio sexual é definido por lei como o ato de "humilhar alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendente inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função" (Lei nº 7.379, art. 2º, IV). Trata-se, em outras palavras, de um comportamento de tipo sexual motivado de reprovação, constrangimento, ofensa e impertinência.

DISCRIMINAÇÃO
A discriminação consiste numa ação ou omissão que dispõe um tratamento diferenciado (diferenciado) e não previsto no grupo de pessoas, em razão de seu pertencente a uma determinada raça, cor, sexo, nacionalidade, origem étnica, orientação sexual, identidade de gênero, ou outra base.

Logos: STDCODES/SGP, Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional de Poder Judiciário.

SEMANA DE COMBATE AO ASSÉDIO

Assédio, questões de gênero e atos discriminatórios no Judiciário foram os temas debatidos durante a Semana de Combate ao Assédio, em maio de 2022. O evento foi promovido pelo TRE Pará, por meio das Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e da Comissão de Incentivo à Participação Feminina.

Realizado de maneira híbrida, o evento teve como palestrantes a procuradora de Justiça do Estado de Goiás, Ivana Farina, e a pedagoga, analista judiciária e membro da Comissão de Participação Feminina do Tribunal de Justiça do Pará, Riane Freitas.

No centro dos debates, o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2021, e os impactos da violência no ambiente de trabalho.

A mediação do evento foi feita pela juíza da Corte Eleitoral Rosa Navegantes de Oliveira, presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e supervisora dos trabalhos da Comissão de Incentivo à Participação Feminina no TRE Pará.

Também participaram da mesa oficial da cerimônia a presidente do TRE, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento; o



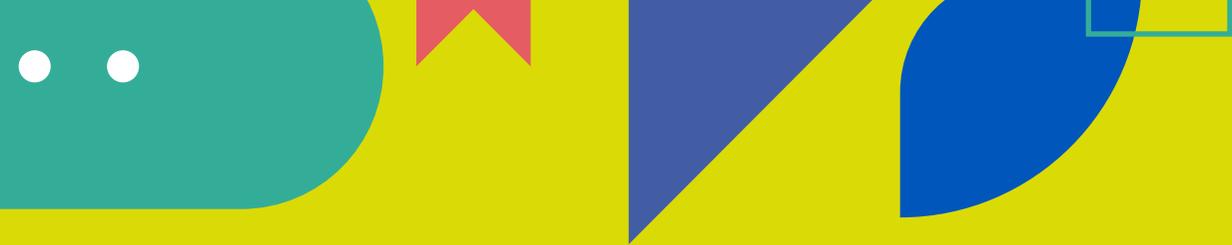
procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, César Mattar Júnior; a subprocuradora e presidente da Comissão de Acessibilidade do MPPA, Ubiragilda Pimentel, e a juíza titular da 1ª Vara Criminal e coordenadora estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica, Reijane Oliveira.

Na abertura, a juíza Rosa Navegantes destacou a relevância dos temas propostos para o evento. “O TRE já tinha incluído este evento no seu plano de ação, e o Protocolo é de absoluta necessidade para que todas as pessoas ligadas ao Judiciário conheçam esse guia sobre a perspectiva de gênero, o que deve ser um incentivo à participação feminina no Poder Judiciário, e contribui para a igualdade dos gêneros, diminuindo o preconceito”, ressaltou.

Para a presidente do TRE Pará, “os espaços precisam ser construídos para que hajam deter-

minados debates na busca por uma sociedade mais igualitária. Os jovens que aqui estão precisam conscientizar-se e assumir o papel do processo político, que nos trará políticas públicas efetivas, e que confirmem à sociedade as suas necessidades”, disse a desembargadora Luzia Nadja G. Nascimento.

O procurador de Justiça do MPPA reforçou que a equidade entre gêneros vai além do que se costuma pensar. “A audiência aqui é maciçamente feminina, e o fato de ser o único homem nesta mesa me faz sentir incluído neste processo. Quando se fala em igualdade dos gêneros, não se trata apenas de oportunidades iguais para homens e mulheres, mas que dentro de um mesmo ambiente sejam reconhecidos os mesmos tratamentos para quem tem qualificação e competência para ocupar cargos na iniciativa pública ou privada”, pontuou César Mattar Júnior.



+  + **ELEIÇÕES**



PLANO INTEGRADO DAS ELEIÇÕES



O Plano Integrado das Eleições (PIE) 2022 é a melhor ferramenta de acompanhamento da organização e realização do processo eleitoral, pois consiste em ações e estratégias elaboradas previamente para execução no ano eleitoral.

A diretriz deste ciclo foi a ampliação da participação de todo o corpo funcional, em especial das Zonas Eleitorais, que tiveram a oportunidade de contribuir ativamente com 298 sugestões de inovações ou melhorias no planejamento e execução dos trabalhos.

Foi registrada a participação presencial de 65% das Zonas Eleitorais, além da representação de todas as mesorregiões. O pro-

cesso de planejamento começou em setembro de 2021 e contou com seis oficinas, com mais de 300 horas de ativo trabalho de construção do plano.

O resultado final foi um plano atualizado às demandas atuais para a realização das eleições, considerando as características das diversas realidades do Estado do Pará e possibilitando a melhoria continuada dos trabalhos.



Elaboração (acima) e lançamento do PIE 2022 (abaixo) e acesso via celular por servidora.

RELATÓRIOS DE APOIO ÀS METAS DE TOTALIZAÇÃO

Em busca da melhoria contínua no Planejamento de Eleições, em 2022 foram produzidos dois relatórios com o objetivo de apoiar a Administração, em especial as Zonas Eleitorais, na celeridade da apuração do pleito de 2022, em ambos os turnos.

Em setembro, foi confeccionado o Relatório de Proposta de Metas de Horário de Totalização, com metodologia que usou estudo estatístico dos dados para identificar, a partir do horário de transmissão da urna, o melhor tempo de transmissão entre os municípios pertencentes a cada Zona Eleitoral, considerando o desempenho dessas cidades. Como referência, foi utilizado o horário de encerramento do 1º turno das cinco últimas eleições: em 2012, 2014, 2016, 2018 e 2020.

Para aprimoramento das previsões foi considerado o impacto da biometria, no tempo de encerramento dos anos 2018 e 2020, permitindo uma previsão ponderada, inclusive para as Zonas que tiveram votação biométrica pela primeira vez.

Neste contexto foram fixadas as metas de transmissão para as Zonas Eleitorais a partir de critérios técnicos.

Posteriormente, foram gerados os Relatórios de Logística de Apuração, individualizados por Zona Eleitoral, tendo sido explicados e entregues no ciclo de reuniões com juízes e che-

fes de Cartório por todo o Estado.

Esse relatório comparou o desempenho de cada ZE, tendo como referência o horário de encerramento em três eleições: 1º turno de 2018, 2º turno de 2018 e 1º turno de 2020, para identificar as características das seções nesta tríade e aperfeiçoar a logística.

Em seguida, foi elaborado um estudo estatístico dos dados para proceder as seguintes identificações: A partir do horário de encerramento da urna, as seções com horário de finalização fora do padrão observado dentre as demais seções da Zona Eleitoral; A partir do horário da primeira transmissão do boletim de urna, as seções com horário de transmissão fora do padrão observado dentre as demais seções da Zona Eleitoral; e A partir da diferença entre o horário de encerramento da última seção do local de votação e o recebimento do último boletim de urna daquele local de votação, o tempo de logística para cada local de votação.

Foi possível identificar inúmeras oportunidades de melhorias, como seções eleitorais que reiteradamente apresentaram problemas de operação pelos mesários no encerramento dos trabalhos.

Desta forma, as análises estatísticas repercutiram de forma concreta na melhoria da logística de trabalho nos dias de votação.

REGISTRO DE CANDIDATURAS NAS ELEIÇÕES 2022



Nas eleições gerais de 2022 houve apresentação de 1.109 pedidos de registro de candidaturas, englobando os Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários (DRAPs), e dos próprios registros, que totalizaram 1.043.

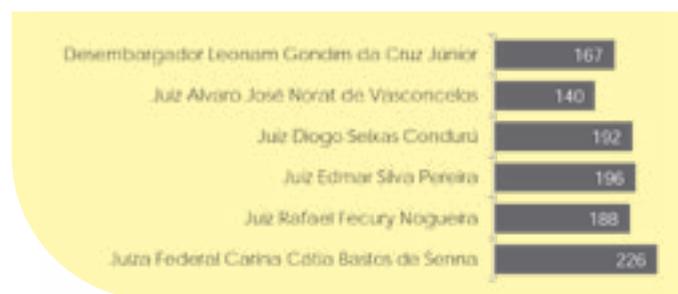
O panorama está exposto nas tabelas da página ao lado, conforme dados do DivulgaCandContas.

Para controle dos RCANDs foi utilizada ferramenta de gestão processual, idealizada na Secretaria Judiciária e desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

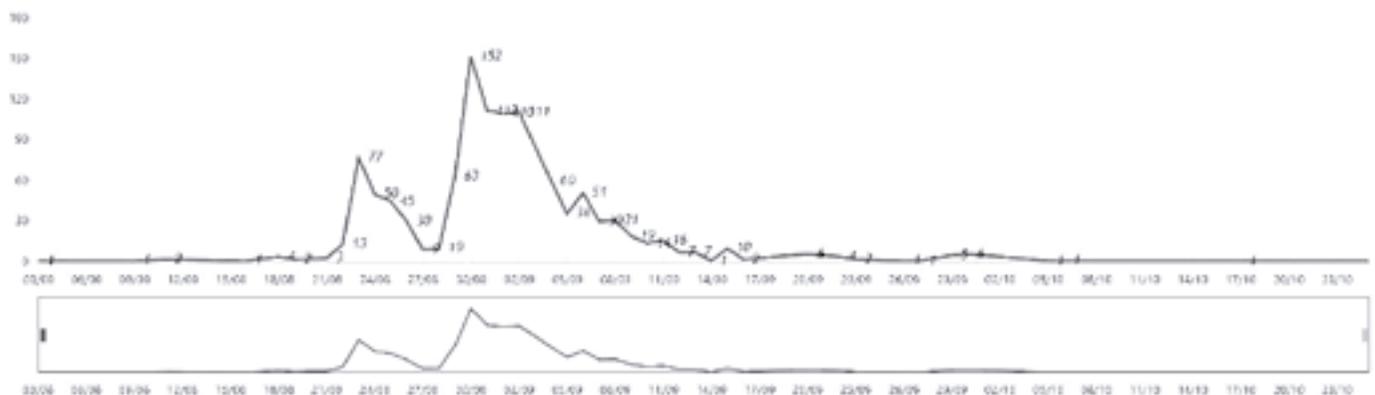
A nova ferramenta permitiu a obtenção de

dados estatísticos não apenas do sistema de processo judicial eletrônico, mas também dos sistemas de candidaturas (CAND) e de totalização (Sistot).

O fechamento do Sistema CAND ocorreu no dia 15 de setembro de 2022.



PROCESSOS RCAND JULGADOS POR DIA



ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS DE REGISTRO DE CANDIDATURAS DAS ELEIÇÕES 2022

Candidaturas por Cargo		
Governador	9	0,86%
Vice-Governador	10	0,96%
Senador	12	1,15%
1º Suplente de Senador	19	1,82%
2º Suplente de Senador	18	1,73%
Dep. Federal	323	30,97%
Dep. Estadual	652	62,51%
Total	1043	100%

Motivo do Indeferimento		
Ausência de Requisito de Registro	64	82,05%
Ficha Limpa	8	10,26%
Indeferimento de partido, federação ou coligação	4	5,13%
Gastos Ilícitos de recursos	1	1,28%
Abuso de poder	1	1,28%
Total	78	100%

Pedidos de Registro de Candidaturas	
Aptos	936
Inaptos	107
Total	1043

Candidaturas Inaptas		
Indeferido	66	61,68%
Renúncia	40	37,38%
Cancelados	1	0,93%
Total	107	100%

Candidaturas Aptas		
Deferidas	927	99,04%
Indeferido com recurso	8	0,85%
Deferido com recurso	1	0,11%
Total	936	100%

ACOMPANHAMENTO DAS ELEIÇÕES

O Projeto Observatório de Tramitação de Macroprocessos da SJ nas Eleições de 2022 visou facilitar o acompanhamento pela sociedade de todo o ciclo eleitoral. Foi criado um site no Portal do TRE Pará a fim de consolidar informações para o público externo sobre registro de candidatura, propaganda eleitoral e prestação de contas de candidatos e partidos políticos, com diversos links úteis, como: Notícias, Redes sociais, Calendário das sessões, Plenárias, sessões plenárias no YouTube, Acórdãos, Diário de Justiça Eletrônica, Mural Eletrônico, Dados estatísticos, Normas TSE, Normas TRE, Legislação eleitoral

As áreas Judiciária e de Tecnologia de Informação atuaram conjuntamente na construção da página, dentro do menu Eleições 2022, no Portal do TRE.

SISTEMA UIRAPURU

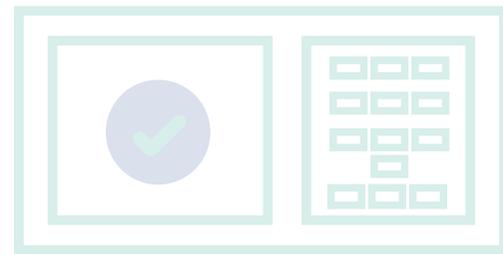
O acompanhamento das denúncias recebidas no período eleitoral contou com a disponibilização no portal do TRE do Pará de informações pertinentes ao Poder de Polícia na internet, bem como de formulário eletrônico para eleitores notificarem irregularidades aptas a atrair o exercício do citado Poder de Polícia.

E para gerenciar o recebimento das denúncias apresentadas via formulário eletrônico, a área de TI desenvolveu o Sistema Uirapuru, o qual permite a gestão das notícias recebidas com a indicação do número da denúncia, da URL, nome do denunciante, número do processo SEI e/ou PJe, entre outros dados.

NORMA APLICÁVEL:

Portaria TRE Pará nº 21.270/2022.

VEM TREINAR ELEIÇÕES 2022!



O Projeto VEM TREinar – Eleições 2022! levou urnas eletrônicas para locais de grande circulação de pessoas na Região Metropolitana de Belém, com o objetivo de treinar a ordem de votação para as Eleições de 2022, e ainda tirar dúvidas das eleitoras e eleitores sobre a utilização da urna eletrônica e o processo eleitoral.

As ações foram realizadas nos shoppings Bosque Grão-Pará; Metrópole Ananindeua; Boulevard; Pátio Belém e Castanheira, além do shopping na Avenida João Alfredo, centro comercial de Belém, e na Feira Pan-Americana do Livro e das Multivozes, no Hangar – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia.

O projeto foi executado em conjunto com a Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica (CAVE), no recolhimento dos votos manuais para auditoria das urnas eletrônicas em diversas faculdades e escolas, incluindo o Centro Universitário do Pará (Cesupa), Universidade da Amazônia (Unama), Faculdade de Belém (Fabel), Colégio Estadual Augusto Meira e Colégio Nazaré (da rede particular).

Enquanto ocorria a coleta de votos, a equipe da Escola Judiciária Eleitoral treinava alunas e alunos em outro ambiente.

O programa foi levado ainda a um grupo

de idosas e idosos no Centro Social de Nazaré; à instituição Yolanda Martins Silva, especializada no atendimento a pessoas com deficiência intelectual, e à comunidade de Piriquitaquara, na Ilha do Combu (área insular de Belém).

Nestas ações também foram repassadas informações sobre a importância de participar das eleições para o exercício da cidadania, e a segurança do processo eleitoral e da urna eletrônica.

Também aderiram ao Projeto os Cartórios Eleitorais de mais de 26 municípios do Pará.

PESSOAS ATENDIDAS

Shoppings

5.500

Escolas
e Faculdades

600

aproximadamente



VERÃO COM JUSTIÇA

Durante os finais de semana de julho de 2022, o TRE Pará participou do Projeto “Verão com Justiça”, a convite do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nas praias de Mosqueiro e Outeiro (distritos de Belém), e Salinópolis, no nordeste do Estado.

Serviços públicos foram prestados à população. A Escola Judiciária levou urna eletrônica para treinamento da ordem de votação, e envolveu na ação 1.147 veranistas.



BONECO “CIDADANIA”

O boneco “Cidadania” também participou das ações. Idealizado pela servidora Márcia Rachel Storck Costa, da 101ª ZE do Pará, “Cidadania” trouxe leveza e informação ao Programa Nacional Eleitor do Futuro.

Com carinho e seriedade, o boneco informou às eleitoras e aos eleitores do futuro que votar é um assunto muito sério e cheio de responsabilidades, pois é pelo voto que a população dá voz e poder aos seus representantes eleitos.



ESTUDOS ELEITORAIS

Estudos Eleitorais é um programa de cursos e aulas sobre direito público e eleitoral, destinados à qualificação e ao aperfeiçoamento do público interno e externo, atuando na promoção da democracia, por meio da disseminação de pesquisa e conhecimentos.

No período 2021/2022, a Escola Judiciária Eleitoral alcançou 100% das Zonas Eleitorais com palestras e cursos. Além de aulas ao vivo, os cursos são disponibilizados por seis meses na plataforma Moodle ou na playlist “Estudos Eleitorais”, no YouTube.



8.664



1.600



449 h/a



CURSOS **18**



ACESSOS AO MOODLE **147**



VALOR POR CURSO R\$ **7.896**

SEMINÁRIO DIREITO ELEITORAL PARÁ 2022



Nos dias 27 e 28 de junho, em Belém, e nos dias 30 de junho e 1º de julho, em Parauapebas, ocorreu o Seminário de Direito Eleitoral - Pará 2022. No Teatro Maria Sylvia Nunes, na Estação das Docas, em Belém, o seminário foi aberto com a presença do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, que proferiu a Conferência “Os desafios da Justiça Eleitoral para as Eleições de 2022”. Na ocasião, ele ressaltou a necessidade de se “respeitar a escolha do povo, assumir e garantir o resultado das eleições.”

Em Belém, a programação cultural contou com apresentações de grupos locais no hall do teatro Maria Sylvia Nunes, como o Grupo Toca Guitarrada e o Grupo de Dança laçá. Além das atrações culturais, no hall foram montados estandes com alguns projetos do TRE Pará, como o “Programa Nacional Eleitor do Futuro” e “Mesária e mesário voluntários”.

Havia ainda espaço para mostra das ações relacionadas à sustentabilidade, promovidas pelo Núcleo Socioambiental (NSA) do TRE Pará; espaço para lançamento de livros e exposição de urnas eletrônicas, que permitiu “treinar” o voto e tirar dúvidas.

Já em Parauapebas, no sudeste paraen-

se, o seminário ocorreu no Centro Cultural da cidade, incluindo oficinas, palestras e painéis. O seminário contou com a participação de especialistas do Pará e de outros estados, com destaque para a ministra Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro, que proferiu a Conferência Magna “Violência Política contra as Mulheres”.

Ao final do evento, houve apresentação de grupos musicais e momento de confraternização entre os participantes e organizadores do evento.

O Seminário de Direito Eleitoral - Pará 2022 contou com oito painéis, 18 painelistas, duas palestras, três conferências, três oficinas, três rodas de conversa e o lançamento do livro “Liberdade de Expressão e Desinformação em Contextos Eleitorais”, do autor Me. Elder Maia Goltzman. A realização do Seminário em Belém e em Parauapebas faz parte do projeto de descentralização da gestão do Tribunal.

Ministro Edson Fachin, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na conferência de abertura (no alto). Na página seguinte (da esquerda para direita) desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (de verde), na plateia do Seminário em Parauapebas; 2º painel: Grupos minorizados no processo eleitoral; lançamento do livro “Liberdade de Expressão e Desinformação em Contextos Eleitorais”; conferência de abertura em Parauapebas; uma das rodas de conversa que ocorreram ao longo do evento; espaço para treinar a ordem de votação das Eleições de 2022; tribuna de honra do Seminário de Direito Eleitoral - Pará 2022.





Servidores da SJ coordenaram a reunião e público participante da reunião RCAND e PCE.



PLANEJAMENTO TÁTICO DA SJ PARA ELEIÇÕES 2022

A Secretaria Judiciária elaborou planejamento tático unificado, envolvendo os macroprocessos de trabalho do Registro de Candidaturas (RCAND) e das Prestações de Contas Eleitorais (PCE) nas Eleições de 2022.

A metodologia privilegiou a ampla participação das equipes envolvidas na execução dos trabalhos, detalhando desde a recepção dos feitos, sua instrução e julgamento, até a sa-

ída com eventual recurso ou arquivamento definitivo.

Entre os principais benefícios estão: esclarecimento dos procedimentos para toda a equipe; antecipação dos possíveis cenários futuros, sempre levando em conta as lições aprendidas nas eleições anteriores, e a nova conformação da legislação, visando, principalmente, alcançar maior celeridade e segurança jurídica.

RCAND E PRESTAÇÃO DE CONTAS À ASCOM

Na perspectiva de melhorar a qualidade da comunicação do Tribunal Regional Eleitoral do Pará com a sociedade foi idealizado um repasse pela Secretária Judiciária, à Assessoria de Comunicação (Ascom) de informações sobre temáticas de Registro de Candidaturas e Prestação de Contas Eleitorais, entre os dias 12 e 18 de fevereiro de 2022.

Foram abordadas as eleições gerais, cargos em disputa, ritos processuais, requisitos

para candidaturas, finalidade da arrecadação e gastos de campanha, e apresentadas as diversas ferramentas on-line, e em tempo real, para acompanhamento do processo eleitoral, disponíveis a toda a sociedade, a exemplo do DivulgaCandContas e as Estatísticas Eleitorais.

A partir destas informações, a Ascom construiu um plano de comunicação para viabilizar à sociedade e aos meios de comunicação em geral as informações de interesse público.

O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA NA INTERNET

Para assegurar melhor estrutura, além de um tratamento isonômico nas questões de propaganda na internet, o exercício do poder de polícia na internet ficou a cargo dos juízes membros do TRE Pará até 31 de maio de 2022.

A partir de 1º de junho de 2022, esse poder foi assumido pelos juízes auxiliares designados pelo TRE Pará. Para isso, foi necessário estudo para definição do procedimento a ser seguido no 2º grau, com a identificação dos atos pertinentes e, em especial, das unidades responsáveis por sua execução.

O planejamento enfatizou que os atos seriam mais eficientes se realizados por unidade independente, para que não houvesse indesejada sobreposição dos feitos do poder de polícia com as representações por propaganda eleitoral irregular, cujo procedimento é também extremamente célere e implica em alta carga de trabalho para as unidades envolvidas

(Secretaria Judiciária e Gabinetes dos Juízes Membros e Juízes Auxiliares). Foi sugerida a criação de uma comissão específica.

Devido à ausência de regulamentação específica, foi proposta a edição de portaria com a definição do procedimento da notícia de irregularidade de propaganda eleitoral na internet, para confirmar, em especial, os meios de entrada da notícia de irregularidade no TRE, bem como as demais atribuições da referida comissão.

Nesse sentido, a Presidência do Tribunal Regional criou a Comissão do Poder de Polícia sobre a Propaganda Eleitoral na Internet (Copei), com finalização de suas atribuições logo após a realização do 2º turno das Eleições de 2022, e também publicou a Portaria TRE Pará nº 21.270/2022, estabelecendo rotinas para o exercício do Poder de Polícia sobre a Propaganda Eleitoral na Internet no TRE Pará (2º Grau) nas Eleições Gerais de 2022.

Juízes membros e auxiliares em reunião com a desembargadora Luzia Nadja G. Nascimento, presidente do TRE Pará (ao centro).





AUDITORIA DA VOTAÇÃO ELETRÔNICA DAS ELEIÇÕES 2022

A Auditoria da Votação Eletrônica é mais um dos diversos procedimentos de segurança do processo eleitoral realizados a fim de verificar a confiabilidade e integridade dos sistemas presentes nas urnas eletrônicas.

Para viabilizar a devida fiscalização e o acompanhamento por toda a sociedade, o Tribunal Superior Eleitoral publica normas que regem todo o processo de trabalho, além de constituir comissões locais que, no Tribunal Regional Eleitoral do Pará, foi instituída pela Resolução TRE Pará nº 5.738/2022, sob a presidência do juiz Marcus Alan de Melo Gomes.

Neste ciclo eleitoral houve a ampliação significativa do quantitativo de urnas auditadas, passando de quatro urnas eletrônicas para 27, além da maior capilarização, a partir da implementação do Polo de Marabá, com 10 urnas auditadas.

O teste de integridade das urnas eletrônicas,

que é uma simulação da votação realizada de forma pública, por amostragem aberta e auditável, que tem como objetivo verificar se a quantidade de cédulas preenchidas pelos partidos e eleitores voluntários, depositadas em urnas de lona, é o mesmo contabilizado nas urnas eletrônicas, sempre acompanhado pela empresa de auditoria externa.

O teste é filmado durante o processo de votação para que, no caso de ocorrência de divergências, elas sejam resolvidas e o resultado validado pela auditoria externa contratada e pelas demais entidades fiscalizadoras do processo.

Ao final, os resultados foram aceitos e validados pelas entidades fiscalizadoras do processo, mediante assinatura das atas atestando a confiabilidade das urnas eletrônicas por meio da Auditoria da Votação Eletrônica. As atas foram encaminhadas ao TSE, em cumprimento ao art. 72 da legislação que rege a matéria.



Na página à esquerda, a equipe de servidores do TRE Pará que atuou na auditoria das urnas em Marabá. Acima, estudantes de escola em Marabá preenchem cédulas de votação para serem utilizadas na auditoria.

Área do Mangueirinho preparada para os trabalhos de auditoria das urnas; uma das auditoras externas que atuaram na verificação das urnas eletrônicas; servidores convocados de outros órgãos do Judiciário atuam nos trabalhos de auditoria em Marabá, sob a orientação e acompanhamento de equipe de auditores externos. Juiz Marcus Alan de Melo Gomes, presidente da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica (2º) e servidores que atuaram na Comissão em Belém.



PROPAGANDA PARTIDÁRIA+



Aos partidos políticos é assegurado o direito de se comunicar com a sociedade. A Constituição concede o “direito de antena” - acesso gratuito ao rádio e à televisão.

A propaganda partidária, extinta pelo art. 5º da Lei nº 13.487/2017, foi reintroduzida pela Lei nº 14.291, de 3 de janeiro de 2022, regulamentada pela Resolução do TSE nº 23.679, de 8/02/2022.

Caracteriza-se pela gratuidade relativa, mediante compensação fiscal. É veiculada por inserções de 30 segundos, nos intervalos da programação, entre as 19h30 e 22h30. As inserções nacionais são exibidas nas terças e quintas-feiras, e nos sábados, e as estaduais nas segundas, quartas e sextas-feiras.

A propaganda partidária visa difundir programas partidários, transmitir mensagens sobre sua execução, eventos relacionados e atividades congressuais dos partidos, e seus posicionamentos sobre temas políticos e ações da sociedade. Também incentiva a filiação

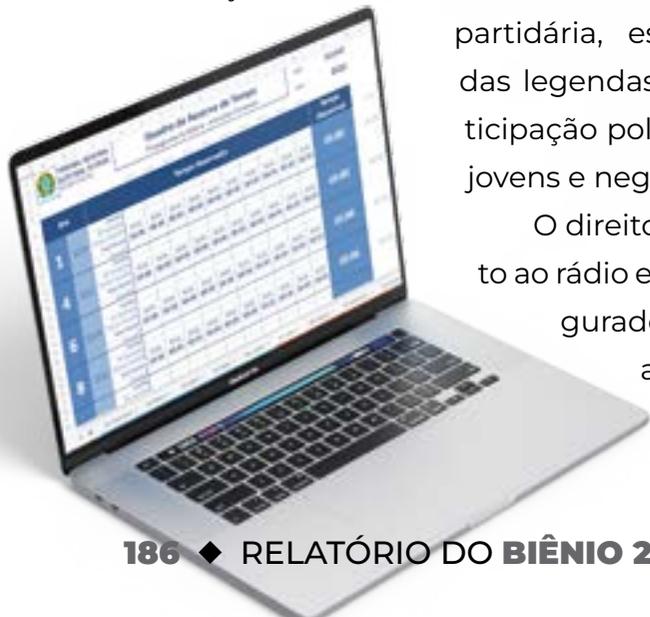
partidária, esclarece o papel das legendas e difunde a participação política de mulheres, jovens e negros.

O direito ao acesso gratuito ao rádio e à televisão é assegurado aos partidos que atinjam a cláusula

de desempenho, prevista no § 3º do art. 17 da Constituição, na proporção da bancada eleita na última eleição geral.

A Secretaria Judiciária, por meio da Seção de Gerenciamento de Dados Partidários (Sedap), da Coordenadoria de Dados Partidários e Prestações de Contas (CDPP/SJ), é responsável pela instrução e tramitação dos pedidos ao TRE Pará. Oferece ainda aos partidos, e a seus advogados e advogadas, página na internet para propaganda gratuita (<https://www.trepa.jus.br/partidos/propaganda-partidaria/propaganda-partidaria-gratuita>), com informações sobre a matéria, finalidade, legislação e, totalmente on-line e com atualização em tempo real, o quadro de reserva de tempo para as inserções do ano, que permite a formulação de pedidos ou alteração de datas coincidentes com as de outras legendas.

Também oferece, após os julgamentos, planos de mídia aprovados pela Corte para cada requerente. No TRE Pará foram recebidos e julgados 19 pedidos para inserção de propaganda partidária no 1º semestre de 2022.





ORDEM DE VEICULAÇÃO E PLANO DE MÍDIA

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará realizou no dia 19 de agosto de 2022, no auditório Antônio Koury, sede do Tribunal, reunião com as (os) representantes de partidos, coligações e federações partidárias

na qual ficou definida a ordem inicial de veiculação para o horário eleitoral gratuito em rádio e televisão, bem como a distribuição do tempo entre os partidos e a elaboração do chamado Plano de Mídia.

PAGAMENTO DO BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO POR MEIO DE PIX

Em decorrência de um convênio firmado com o Banco do Brasil, o Tribunal Eleitoral paraense viabilizou o pagamento do benefício alimentação diretamente aos mesários, auxiliares e demais colaboradores por meio de modalidade de transferência financeira instantânea – Pix.

A iniciativa, uma novidade nas Eleições Gerais de 2022, se mostrou bastante salutar para as Zonas Eleitorais que optaram por usar a fer-

ramenta. Considerando a diversidade logística do Estado, o pagamento direto aos colaboradores da Justiça Eleitoral, além de facilitar e aumentar a celeridade dos repasses, mostrou-se prático, seguro e sem custos para o TRE Pará.

NORMAS APLICÁVEIS:

Resolução TSE nº 23.673/2021 (alterada pelas Resoluções TSE nº 23.687/2022, 23.693/2022 e 23.711/2022) e Resolução TSE nº 23.710/2022.

REUNIÃO COM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará realizou, no dia 24 de junho de 2022, pela primeira vez, reunião com representantes das instituições bancárias em funcionamento no Estado.

A ação constou de planejamento tático da Secretaria Judiciária para as eleições 2022, fundada no importante papel que as instituições bancárias exercem como serviço essencial para partidos políticos e candidatos e candidatas, com reflexos na fiscalização da arrecadação e gastos de recursos, principalmente os de natureza pública (Fundo Partidário e Fundo Especial de Financiamento de Campanha) e nas prestações de contas eleitorais.

Foram abordados os seguintes temas: 1) Contas bancárias: abertura, movimentação e obrigações estabelecidas pela Lei nº 9.504/97

e Resolução TSE nº 23.607/19; 2) Extratos bancários: identificação do CPF ou CNPJ da pessoa doadora e fornecedora de campanha, e emissão de extrato definitivo; 3) Obrigação de fornecimento de extratos eletrônicos consolidados; 4) Impacto no controle social e na análise das contas pela Justiça Eleitoral; 5) Regime jurídico das sobras de campanha, e 6) Novo sistema único de contas (exercício financeiro, eleições e consultas populares), ainda em fase de consulta pública.

O evento contou com a participação da desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, presidente do TRE Pará, que destacou a relevância da aproximação com os bancos, os quais atuam como parceiros do Tribunal no que diz respeito ao controle e à transparência das movimentações de campanha.



REUNIÃO SOBRE O REGISTRO 2022

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará realizou, no dia 13 de julho de 2022, no plenário Antônio Koury, no prédio-sede, reunião para tratar sobre os procedimentos relacionados ao processo e uso dos sistemas de candidaturas para as Eleições Gerais de 2022.

O evento foi realizado em formato híbrido (presencial e on-line), com transmissão ao vivo para o canal do Tribunal Regional no YouTube, onde está disponível para acesso a qualquer momento.

A iniciativa é prevista no Planejamento Tático, que visa aproximar a Justiça Eleitoral dos seus clientes - partidos políticos, federações, advogadas e advogados e futuras pessoas candidatas – oferecendo informações sobre os principais eventos do calendário eleitoral, panorama de candidaturas ao pleito e detalhamento das regras envolvendo as convenções partidárias, atendimento às cotas de gênero, transmissão eletrônica dos pedidos, integra-

ção entre os sistemas CANDex, CAND e PJe, requisitos e documentos legais exigidos no RCAND e atos de comunicação em período eleitoral, especialmente o uso do mural, entre outros assuntos.

Na ocasião, foi lançada a 5ª edição do Manual de Registro de Candidaturas, elaborado pela Coordenadoria de Dados Partidários e Prestações de Contas, da Secretaria Judiciária, devidamente revista, ampliada e atualizada com as mais recentes modificações da legislação voltadas ao pleito de 2022. O Manual está disponível para acesso e download no Portal das Eleições.



MANUAL DE REGISTRO DE CANDIDATURAS 2022

Cabe à Justiça Eleitoral a relevante atribuição constitucional de organizar e realizar as eleições no Brasil a cada dois anos. A Coordenadoria de Dados Partidários e Prestações de Contas da Secretaria Judiciária do TRE Pará, visando difundir os principais tópicos relacionados à matéria, elabora, desde 2014, extenso e detalhado estudo abordando as mais diversas etapas do registro, desde a realização de convenções, requisitos para ser candidata ou candidato, análise e instrução dos pedidos, impugnações, aspectos essenciais para peticionamento e diligências até seu julgamento, interposição de recursos e acompanhamento das situações jurídicas.

Cada tópico é analisado sob a ótica da legislação correlata, tratada de forma didática e direta, conforme necessário, excertos doutrinários, jurisprudência e súmulas. Também são avaliados os liames operacionais para uso e compreensão dos demais sistemas correlatos - CANDex e Pje.

Para as eleições de 2022 a obra foi revista, ampliada e atualizada, ultimando-se, ainda, as



adequações para flexão de gênero (Res. CNJ nº 376, de 2 de março de 2021).

O Manual foi lançado oficialmente no dia 13 de julho de 2022, durante encontro com representantes de partidos políticos e futuras pessoas candidatas, sendo disponibilizado em versão eletrônica no site do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

PRESTAÇÕES DE CONTAS 2022 DOS PARTIDOS

No dia 10 de agosto de 2022, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará promoveu reunião com representantes dos partidos políticos para tratar das prestações de contas eleitorais.

O encontro, que ocorreu de forma híbrida no Plenário Antônio Koury, na sede do Tribunal, teve transmissão ao vivo para o YouTube, onde ficou disponível para todas as pessoas interessadas.

O encontro constou do Planejamento Tático, da Secretaria Judiciária, para as eleições de 2022, e objetivou esclarecer sobre as normas que orientam a arrecadação de recursos durante as eleições.

Também foram abordados outros temas, como integração do Sistema de Prestação de Contas com o SPCE, requisitos para arrecadação, gastos permitidos, emissão de CNPJ de campanha, abertura de conta bancária, envio de relatórios financeiros, prestações de contas parciais e finais, e as principais datas que envolvem a matéria, além da divulgação de manual e conteúdo on-line disponível nos portais da Justiça Eleitoral.

A abertura desse canal permite a todas as pessoas participantes do pleito a obtenção das informações necessárias para a arrecadação e realização de gastos de campanha eleitoral.



GESTÃO DO CADASTRO DE ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS E FILIADOS A PARTIDOS POLÍTICOS

O gerenciamento das informações referentes a órgãos de direção de partidos políticos, de seus integrantes e delegados, é realizado pela Seção de Gerenciamento de Dados Partidários (SE-DAP) por meio do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Vejamos, abaixo, os números consolidados do biênio 2021/2022, relativos a pedidos de anotação ou alteração de composições partidárias, bem como de anotação de delegados ou delegadas, todos os quais demandam análise e atuação da SEDAP:

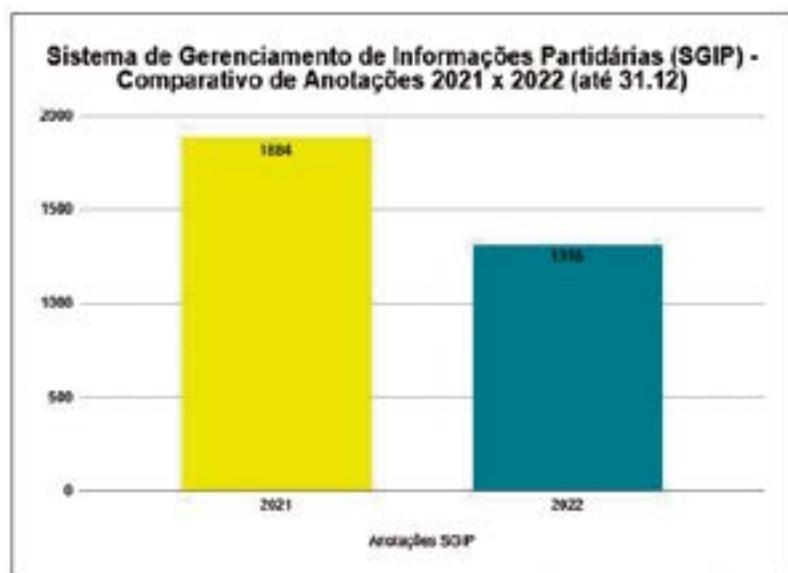
Ressaltamos que tais números tendem a aumentar substancialmente em 2023 e 2024, considerando a realização das eleições municipais.

Em relação às anotações de filiados e filiadas, as informações referentes a filiações partidárias são inseridas

pelos partidos políticos no Sistema de Filiação Partidária - FILIA, após deferido internamente o pedido de filiação, com finalidade de comunicação à Justiça Eleitoral da relação dos nomes de todos os seus filiados e filiadas, nos termos do art. 19 da Lei nº 9.096/1995, cabendo à SEDAP orientar as clientes e os clientes externos e internos quanto ao uso das ferramentas disponibilizadas no sistema.

Nos meses de abril, junho, outubro e dezembro, em virtude da dinâmica de listas, ordinária e especial, cuja utilização se dará até a efetiva implementação do processamento de registros de filiação automático e diário, a unidade enfrentou o aumento da demanda, por meio dos canais de atendimento de praxe, provocado pelas agremiações e por filiadas e filiados, os quais visavam obter informações atinentes ao sistema FILIA.

O site do Tribunal Superior Eleitoral aponta, a título de exemplo, que em dezembro de 2022 o estado do Pará contava com 586.963 (quinhentos e oitenta e seis mil novecentos e sessenta e três) eleitoras ou eleitores filiados a partido político (Fonte: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>).



VOTANET

AUXILIA 76 ELEIÇÕES NO PARÁ

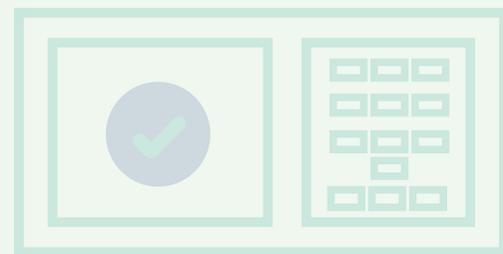
O VOTANet é uma solução de votação eletrônica on-line criada em 2020 pelo TRE Pará, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). O sistema permite aos eleitores, em eleições parametrizadas (comunitárias)/não oficiais, a votação por meio de dispositivos móveis e computadores, via internet.

O sistema VOTANet pode ser acessado por um aplicativo que permite

ao eleitor, com o uso de uma senha segura, eleger dirigentes por meio de celulares, tablets ou computadores. O sistema oferece uma votação segura, prática e com redução substancial de custos, que seriam necessários no caso de uma eleição presencial.

Graças à segurança dessa tecnologia, no biênio 2021/2022 o TRE Pará auxiliou 76 eleições de instituições, associações e clubes.





DUAS ELEIÇÕES SUPLEMENTARES EM 2021

A primeira Eleição Suplementar em 2021 ocorreu no município de Goianésia do Pará, na região Sudeste, no dia 03 de outubro, e a segunda no dia 07 de novembro, em Tomé-Açu, no Nordeste.

Goianésia do Pará integra a Zona Eleitoral 103, que tem como sede o município de Breu Branco. O início oficial da votação que definiu o novo prefeito e vice-prefeito do município foi presidida pela desembargadora Luzia Nadja

Guimarães Nascimento, e contou com as presenças dos demais membros da Corte, em formato virtual.

Já a Eleição Suplementar em Tomé-Açu envolveu 147 seções eleitorais, distribuídas em 27 locais de votação, sendo 12 na área urbana e 15 na zona rural do município.

As duas eleições ocorreram em total normalidade, dentro do planejamento feito pelo TRE Pará, e contaram com votação paralela.







APURAÇÃO E TOTALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES 2022

A Comissão Apuradora do Tribunal Regional Eleitoral do Pará para as Eleições Gerais de 2022 foi instituída pela Resolução nº 5.744, de 26 de setembro de 2022, tendo como integrantes o excelentíssimo juiz Edmar Silva Pereira, na qualidade de presidente; a excelentíssima juíza Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira; o excelentíssimo juiz José Maria Rodrigues Alves Júnior e o excelentíssimo senhor Alan Rogério Mansur Silva, procurador Regional Eleitoral substituto.

Para auxiliar os trabalhos foram designadas servidores e servidoras titulares das seguintes unidades: Diretoria-Geral, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria Judiciária, Coordenadoria de Dados Partidários e Prestações de Contas, Seção de Votação Eletrônica e Assessoria Especial Técnica de Apoio à Gestão. A secretaria dos trabalhos coube aos integrantes da área judiciária, tudo nos termos da Portaria TRE Pará nº 21.539/2022.

A equipe elaborou roteiro e cronograma de traba-

lho, envolvendo as diversas atividades previstas no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.669/2021, as quais envolvem: 1) Publicação de edital convocatório aos representantes da Procuradoria Regional Eleitoral, da Ordem dos Advogados do Brasil, fiscais, delegadas e delegados dos partidos políticos, das federações e das coligações, bem como a qualquer pessoa interessada em acompanhar a emissão da zerésima do sistema de gerenciamento da totalização; 2) No dia do pleito, acompanhamento remoto da votação e da transmissão de resultados pelas Zonas Eleitorais; 3) Análise dos eventuais recursos e impugnações azeitados, e 4) Apresentação, ao final, dos relatórios de que tratam o § 5º do art. 199 do Código Eleitoral e art. 218





Desembargadora Luzia Nadja G. Nascimento, presidente do TRE Pará (em pé), o diretor-geral e secretário de Tecnologia da Informação durante trabalhos de apuração; técnicos do TRE acompanham andamento da apuração no Estado (na página anterior). Juiz Edmar Silva Pereira (ao centro), presidente da Comissão Apuradora e demais membros acompanhados de observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA); Comissão Apuradora, presidente do TRE Pará, autoridades e servidores do Tribunal durante os trabalhos; juiz José Maria Rodrigues Alves Júnior, membro da Comissão de Totalização mostra a zerésima do Sistema de Totalização, e à esquerda, juízes e juíza integrantes da Comissão Apuradora em reunião durante os trabalhos.

da Resolução TSE n.º 23.669/2021, proclamando-se o resultado na circunscrição.

Após o transcurso dos prazos legais sem a apresentação de qualquer reclamação, o relatório geral de apuração foi submetido à Corte, lavrando-se a ata geral das eleições com a consequente proclamação do resultado do pleito, ex vi Resolução TRE Pará n.º 5.746, de 11 de outubro de 2022.

Os atos normativos, editais, atas, relatórios e demais peças produzidas no curso dos trabalhos constam do Processo de Apuração de Eleição, no sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) n.º 0602366-95.2022.6.14.0000. A consulta é livre por qualquer interessada ou interessado.

No pleito de 2022 os trabalhos de apuração se concentraram na estrutura especial montada no Auditório Ivan Melo, 3º andar do prédio-sede.



PREMIAÇÕES





Tribunal Regional Eleitoral do Pará alcançou em 2021 o nível máximo de maturidade em tecnologia, garantido o primeiro lugar entre todos os TREs do país, ao lado o Secretário de TI Alessandro Cruz.

PRIMEIRO LUGAR NO RANKING IGOVTIC-JUD 2021

Com uma média geral de 93,16%, conforme os parâmetros exigidos na avaliação, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará alcançou em 2021 o nível máximo de maturidade em tecnologia, garantido o primeiro lugar entre todos os Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil. O resultado foi apontado pela pesquisa feita anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e que mostra o nível de maturidade de governança, gestão e infraestrutura em TI dos 93 órgãos do Judiciário.

O levantamento tem como resultados possíveis: Excelente, Aprimorado, Satisfatório ou Baixo. O TRE Pará alcançou o nível máximo de maturidade em tecnologia, figurando entre as 16 instituições a atingirem o patamar de excelência do IgovTic-JUD 2021. Sessenta órgãos

foram ranqueados no nível “Aprimorado”, e outros 17 Tribunais foram classificados no patamar “Satisfatório”.

O TRE Pará obteve nota máxima em alguns dos principais temas avaliados, como: Sistemas de Informação (100%); Estruturas Organizacionais e Macroprocessos (100%); Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem (100%) e Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados (100%).

Os resultados completos de 2021 estão publicados em um painel interativo em <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/>. Nele, é possível pesquisar os resultados de cada Tribunal, além de usar filtros para gerar relatórios com o desempenho dos segmentos da Justiça, de cada Regional, tema ou domínio da avaliação. Em 2022, o TRE Pará alcançou o 5º lugar.

PRÊMIO CIEE

PROGRAMA DE ESTÁGIO ENTRE OS MELHORES DO PAÍS

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE Pará) foi contemplado, em abril de 2022, com o “Prêmio CIEE Melhores Programas de Estágio” e está entre as três melhores instituições públicas federais para se estagiar no Brasil. A premiação é referente a 2021.

O 13º Prêmio CIEE destina-se a distinguir e reconhecer as organizações que conferem oportunidades de crescimento profissional a jovens estudantes, por meio de programas de estágio. Todas as organizações e instituições inscritas passaram por avaliação de seus próprios estagiários, coletada em formulários eletrônicos específicos e sigilosos.

A iniciativa é do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos - Seccional São Paulo (ABRH-SP) e o instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Ltda. (Ipec).

O Tribunal concorreu na categoria Organizações Públicas Federais e do Judiciário. Essa premiação confirma a satisfação dos estagiários com as atividades

desenvolvidas no Tribunal, que está preparando esses estudantes para o mercado de trabalho, valorizando e promovendo, principalmente, a troca de experiências positivas e inovadoras.

Ao todo, 117 estudantes compõem atualmente o quadro de estagiários do TRE Pará em funções de aprendizagem administrativa e jurídica. Todos participaram da avaliação.

A premiação reforça ainda mais o empenho do Tribunal, por meio da Coordenação de Educação e Desenvolvimento (Codes) e da Seção de Lotação e Gestão de Desempenho (SGD), em garantir oportunidades à juventude. “O TRE Pará já é uma instituição consolidada no âmbito da premiação, e o mais

interessante é que ela é fruto de uma avaliação na qual os próprios estagiários e estagiárias participam e reputam as instituições como organizações que investem na capacitação desses alunos e alunas, no bem-estar, na qualidade do trabalho, na segurança no ambiente de trabalho e, sobretudo, no aprendizado das atividades que eles realizam no dia a dia do órgão”, avaliou a coordenadora da Codes, Ingrid Agrassar.



Palestra sobre o Dia do Estagiário realizada pela Coordenação de Educação e Desenvolvimento (Codes) e da Seção de Lotação e Gestão de Desempenho (SGD), ao lado.





O TRE Pará havia sido classificado na categoria Prata, mas, após revisão dos dados a pontuação foi alterada para Diamante. A metodologia de avaliação inclui acompanhamento das políticas judiciárias, eficiência, gestão e organização de dados

DIAMANTE E PRATA NO PRÊMIO CNJ

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará alcançou a categoria Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade referente ao ano de 2022. A premiação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) avalia e reconhece o trabalho de-

envolvido nos 27 Tribunais de Justiça (TJs), os cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), os 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TRES) e os três Tribunais de Justiça Militar (TJMs) dos estados.



De acordo com o regulamento, é utilizada uma metodologia de avaliação dos tribunais sob o olhar do acompanhamento das políticas judiciárias, eficiência, gestão e organização de dados. Anteriormente, o TRE Pará havia sido classificado na categoria Prata, mas, após revisão dos dados encaminhados ao CNJ, a pontuação foi alterada para Diamante. **No ano de 2021 o TRE Pará alcançou a categoria prata.**

PREMIAÇÃO - O Prêmio CNJ de Qualidade foi criado em 2019, em substituição ao antigo Selo Justiça em Números, implementado desde 2013. Ao longo dos anos, vários critérios foram sendo aperfeiçoados e incluídos no regulamento da premiação, que é dividida em quatro eixos principais: governança, produtividade, transparência, dados e tecnologia.

A premiação é anualmente conferida durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário, onde todos os presidentes dos tribunais reunidos debatem e votam as Metas Nacionais do ano seguinte.

Em cada segmento de Justiça, os tribunais são classificados em três categorias: “Diamante”, “Ouro” e “Prata”. O tribunal que mais se destaca entre todos os 90 e que atinge maior pontuação, é congratulado com o “Prêmio Excelência”.





1º LUGAR EM TRANSPARÊNCIA

Em 2022, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará conquistou o 1º lugar no Ranking da Transparência do Poder Judiciário na categoria Justiça Eleitoral, alcançando 100% dos 84 quesitos previstos na Portaria n.º 106, de 31 de março de 2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O resul-

tado foi divulgado no dia 1º de setembro durante a 2ª Reunião Preparatória do Poder Judiciário.

A premiação é um instrumento de estímulo para o aperfeiçoamento dos órgãos da Justiça brasileira que mais se destacam no fornecimento de informações de forma transparen-



Desa. Luzia Nadja, Presidente do TRE/PA (centro); Juiz Edmar Silva, ouvidor do TRE-PA (direita) e Valéria Athayde, assessora da Ouvidoria (esquerda).

te, clara, acessível e organizada.

Os 84 itens avaliados pelo CNJ estão distribuídos em 10 temas: Gestão, Audiências e Sessões, Serviço de Informações ao Cidadão, Ouvidoria, Tecnologia da Informação e Comunicação, Gestão Orçamentária, Licitações e Contratos, Gestão de Pessoas, Auditoria e Prestação de Contas, Sustentabilidade e Acessibilidade.

O ranking também busca identificar, por exemplo, se os órgãos do Judiciário publicam os objetivos estratégicos, metas e indicadores; os levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão; o calendário das sessões colegiadas; a ata das sessões dos órgãos colegiados; disponibilizam respostas a perguntas mais frequentes, entre outros assuntos.

RELATÓRIO DE
GESTÃO
BIÊNIO 2021-2022

